

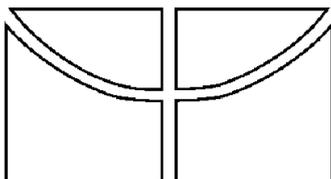
Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Atendimento psicossocial a homens autores de violência contra mulheres: Uma
revisão integrativa da literatura a partir da perspectiva crítica feminista**

Liliany Silva Souza

Brasília, DF
Dezembro de 2020



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Psicologia - IP
Departamento de Psicologia Clínica - PCL
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura - PPG-PsiCC

**Atendimento psicossocial a homens autores de violência contra mulheres: Uma
revisão integrativa da literatura a partir da perspectiva crítica feminista**

Liliany Silva Souza

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Isabela Machado da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura, Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Brasília, DF
Dezembro de 2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Dissertação de Mestrado avaliada pela seguinte banca examinadora:

Professora Doutora Isabela Machado da Silva – Presidente
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

Professor Doutor Benedito Medrado Dantas – Membro Externo
Departamento de Psicologia – Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos – Membro Interno
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

Professora Doutora Sheila Giardini Murta – Membro Suplente
Instituto de Psicologia – Universidade de Brasília

"Os homens. O que são os homens se não corpos que também performam?
Também atores que seguem roteiros bem estabelecidos com o ensinamento dos outros.

Performando num plano de privilégios,
numa estrutura posicionada, tensionada, violenta.

Estrutura de sofrimento, de impossibilidades. Vivenciado como normalidades.

Quanta fragilidade da masculinidade viril!

Quanta sutileza nessas amarras! ... É preciso treinar o olhar... e olhar!"

Os homens - Fernanda Sá

Agradecimentos

À Isabela Machado, pela orientação maravilhosa e afetiva, que me proporcionou chegar até aqui depois de tantos percalços. Por me ensinar a diferença entre abandono e autonomia, por confiar na qualidade do nosso trabalho e por acreditar e respeitar o posicionamento crítico e político no meu estilo de escrita. Saiba que a sua forma dedicada, sensível e humana fizeram toda a diferença nesse processo de aprendizado.

À minha flor, Fernanda Sá, pelo companheirismo, amor e incentivo, principalmente por enxergar o potencial deste trabalho nos momentos de desânimo e desesperança. Por todo o suporte, auxílio e apoio que me deu ao longo desta etapa.

Às(aos) minhas(meus) auxiliares de pesquisa, Natalie Delci e Ezra Souza, que se empenharam na leitura e sistematização dos artigos, a participação de vocês nessa etapa foi indispensável para este trabalho. Agradeço mesmo aquelas que passaram rapidamente por essa pesquisa, Letícia Godoy, Thayse Rios, Ana Clara Piccolo, Vinicius Teixeira, mas que contribuíram de uma forma singular para as diferentes etapas deste estudo.

Um agradecimento especial à Karoline Braz e à sua Olguita, que estiveram presentes desde a primeira etapa desta pesquisa e que foram fundamentais para a estruturação, análise e discussão dos dados. Por sua dedicação e empenho nos mais diversos momentos. Sem você, tenho certeza que essa pesquisa não seria a mesma.

À professora Luciana Santos, que me auxiliou em todo o preparo para o processo seletivo de admissão no mestrado, com sua disponibilidade e assertividade em pontuar todas as alterações necessárias e me orientar quando outros indiretamente se negaram.

Às(aos) professoras(es) membros da banca examinadora, Benedito Medrado, Silvia Lordello e Sheila Murta, pelo tempo dedicado a este trabalho.

Às(aos) estudantes de graduação que fizeram parte da minha experiência docente, pelas discussões e aprendizado proporcionado. À todas(os) as(os) professoras(es) e colegas do mestrado, pelas trocas e aprendizados nas disciplinas.

Às queridas amigas de vida, que mesmo de longe, me proporcionaram bem-estar quando precisei.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de mestrado que financiou essa pesquisa.

À mim, pelo tempo dispensado, pelo esforço, pela dedicação e empenho, por não desistir, apesar das dificuldades enfrentadas.

À todas(os) que direta ou indiretamente fizeram parte do meu mestrado, o meu muito obrigado.

Sumário

Lista de Siglas	8
Lista de Figuras	10
Lista de Anexos	11
Resumo	12
Abstract	13
Apresentação	14
Objetivos	20
Objetivo Geral	20
Objetivos Específicos	21
Referencial Teórico	21
Masculinidade Hegemônica e Violência contra Mulheres	21
Contextualização da Violência contra Mulheres no Brasil e no Mundo	33
O Paradoxo Tratamento - Reeducação - Responsabilização	41
Políticas Públicas Brasileiras e o Atendimento a Homens Autores de Violência	44
Método	54
Resultados e Discussão	62
Contexto de Produção	62
Processo de Recuperação dos Trabalhos	62
Momento de Publicação dos Trabalhos	63
Autoria das Pesquisas	66
Origem Geográfica das Pesquisas	71
Método das Pesquisas	78
Atendimentos	84
Abordagem Teórica e a Perspectiva Feminista nos Atendimentos	84
Formas de Encaminhamentos dos Homens aos Serviços de Atenção Psicossocial para Autores de Violência Contra Mulheres	89
Modalidades de Atendimentos Ofertadas	92
Diferentes Modelos Interventivos para Diferentes Perfis de Homens	98
A Importância do Gênero na Coordenação dos Grupos	99
Quantidade de Encontros e Acompanhamento Pós-atendimento (Follow-up)	104
Técnicas Utilizadas nos Atendimentos	106
Entrevistas	107
Grupos reflexivos	108
Questionários	108

Enfrentamento de conflitos	110
Atividades individuais	112
Dinâmicas de grupo	113
Audiovisual	114
Profissionais	117
Áreas de Formação Profissional das(os) Facilitadoras(es)	117
Crenças e Questões Psicoemocionais das(os) Profissionais	119
Capacitação Profissional	122
Atitudes Relevantes aos Atendimentos	124
Homens Autores de Violência	127
Resistência às Intervenções, Desistência e Reincidência	127
Questões Raciais no Contexto das Intervenções Voltadas para Homens Autores de Violência Contra Mulheres	130
Aspectos Socioculturais e Psicossociais	135
Aspectos Psicológicos e Emocionais	138
Crenças dos Autores de Violência Contra Mulheres	140
Sensibilização dos Homens	143
Ações Preventivas e Responsabilidade do Estado.	145
Temas Sugeridos para Futuros Estudos	150
Considerações Finais	152
Referências Bibliográficas	169
Anexos	195
Anexo 1 - Modelo Do Formulário Para Análise Dos Artigos	195
Anexo 2 - Lista de Artigos Recuperados na Revisão Integrativa	201

Lista de Siglas

LMP - Lei Maria da Penha

CEPIA - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

SPM - Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PNAISH - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

BBC - British Broadcasting Corporation

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

B.O. - Boletim de Ocorrência

PM - Polícia Militar

MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FLACSO - Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais

Sinan - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUS - Sistema Único de Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

PBE - Prática Baseada em Evidências

PICO - Paciente/Problema, Intervenção, Comparação/Controle e *Outcomes* (desfecho)

LGBTQ+ - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Queer, entre outros

BVS - Biblioteca Virtual em Saúde

BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde

CSW - Commission on the Status of Women

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

EBC - Empresa Brasileira de Comunicação

SOF - Sempreviva Organização Feminista

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

EUA - Estados Unidos da América

TCC - Terapia Cognitivo Comportamental

ACP - Abordagem centrada na Pessoa

ONG - Organização não governamental

IPVRAS - Intimate Partner Violence Responsibility Attribution Scale

Lista de Figuras

Figura 1. Processo de recuperação dos artigos revisados	65
Figura 2. Anos e quantitativos de publicação	67
Figura 3. Autoria por gênero	70
Figura 4. País e região de publicação	76
Figura 5. Forma de encaminhamento	95

Lista de Anexos

Anexo 1 - Modelo Do Formulário Para Análise Dos Artigos	202
Anexo 2 - Lista de Artigos Recuperados na Revisão Integrativa	208

Resumo

A violência contra as mulheres é parte da expressão de um modelo de masculinidade socialmente problemático, que perpassa os homens de maneira transgeracional, por meio de aspectos sócio-histórico-culturais. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, esse tipo de violência é um grande problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos das mulheres. Porém, não é possível enfrentar matricialmente o problema da violência contra mulheres voltando-se exclusivamente à vítima. O enfrentamento da violência contra mulheres precisa abranger o atendimento dos autores de violência, propondo novas formas de masculinidades. Este estudo apresenta uma revisão integrativa da literatura mundial publicada entre 2000 e 2018 sobre o atendimento a homens autores de violência contra mulheres. Trata-se de uma pesquisa mista que analisou 162 artigos segundo quatro eixos centrais: contexto de produção dos artigos, atendimentos, profissionais e homens autores de violência, por meio da perspectiva crítica feminista. Teve como objetivo identificar os referenciais teóricos e os diferentes modelos interventivos de atendimento psicossocial voltados para esses homens, buscando ter um panorama detalhado sobre as intervenções oferecidas para esse público. Notou-se que ainda há relativamente poucos estudos com foco nos autores de violência contra mulheres, que apenas metade dos programas relatados utilizam a perspectiva feminista e que não há uma metodologia específica de atendimento a ser utilizada nas intervenções, podendo variar de acordo com a abordagem teórica e o objetivo do atendimento. A partir da discussão realizada e dos resultados encontrados, são necessários mais estudos que demonstrem estratégias interventivas que obtiveram êxito em seus objetivos junto aos homens. Em relação aos modelos interventivos, sugere-se mais estudos sobre a efetividade das intervenções e a variedade dos programas e de público; a intersecção das questões socioculturais (raça, classe econômica, etnia, etc.); e níveis de resistência, desistência e reincidência. Por fim, recomendam-se mais pesquisas sobre a efetividade dos programas que utilizam a perspectiva feminista e seus efeitos a longo prazo.

Palavras-chave: homens, autor de violência, masculinidade, feminismo, violência contra mulheres, violência doméstica, violência por parceiro íntimo, revisão integrativa

Abstract

Violence against women is part of the expression of a socially problematic masculinity model, which permeates men in a transgenerational way, through socio-historical-cultural aspects. According to the World Health Organization, this type of violence is a major public health problem and a violation of women's human rights. However, it is not possible to tackle the issue of violence against women in a matrix-only way. The confrontation needs to turn to look at perpetrators of violence's assistance, proposing new forms of masculinities. This study presents an integrative review of the world literature published between 2000 and 2018 on assistance to men who commit violence against women. This mixed-method research analyzed 162 articles around four central axes: production context of articles, counseling, professionals, and men who committed violence, through a critical feminist perspective. It aimed to identify the theoretical references and the different interventional models of psychosocial counseling aimed at these men, seeking to have a detailed overview of the interventions offered to this audience. It was noted that there are still relatively few studies focusing on the authors of violence against women. Only half of the programs use the feminist perspective. There is no specific methodology to be used in the interventions, which may vary according to the service's theoretical approach and purpose. Based on the data, further studies are needed to demonstrate intervention strategies that have achieved success in their goals. In relation to the intervention models, more studies are suggested on the effectiveness and the variety of programs and audiences; the intersection of socio-cultural issues (race, economic class, ethnicity, etc.); and levels of resistance, withdrawal, and recurrence. Finally, more research is recommended on the effectiveness of programs that use the feminist perspective and their long-term effects.

Keywords: men, author of violence, masculinity, feminism, violence against women, domestic violence, intimate partner violence; integrative review;

Apresentação

A possibilidade de se construir conhecimento corporificado abarca os projetos científicos feministas críticos e paradoxais por meio de uma objetividade feminista que recusa o modelo objetivista e totalizante (Haraway, 1995). A essa objetividade carregada de sentido, Haraway (1995) deu o nome de *saberes localizados*, saberes que resgatam a escrita feminista a partir do corpo, que reconhecem a nomeação do lugar de fala, que consideram como meu corpo se situa ao produzir este trabalho e, mais ainda, que vinculam esse corpo ao objetivo desse instrumento de produção de saber, teórico e político. No exercício da minha produção de *saberes localizados* é que considero fundamental contextualizar a localização desta dissertação e de mim mesma, a fim de facilitar a compreensão desta pesquisa.

A visão crítica e política proposta neste trabalho baseia-se na Psicologia Política, que é um campo de estudos com foco na compreensão das ações humanas relacionadas aos processos políticos e sociais (Hur & Lacerda Júnior, 2016). Estuda a atividade sociopolítica, buscando transformar o mundo por meio de lutas sociais, apresentando o compromisso político e ético de analisar criticamente problemáticas produzidas por uma sociedade estruturalmente desigual, tendo como projeto ético-político a transformação, seja nos âmbitos psíquico e/ou social, no que se inclui a mudança social, a conscientização e o empoderamento, comprometendo-se com os setores oprimidos (Hur & Lacerda Júnior, 2016).

Os primeiros estudos relacionados à temática violência de gênero e masculinidades surgiram por meio do movimento feminista a partir dos anos 70, mudando a lógica de se produzir conhecimento (Aquino, 2006; Gonçalves, 2017). Entendendo o poder do feminismo como uma teoria crítica moderna sobre como significados e corpos

são construídos socialmente e sobre suas possibilidades de futuro (Haraway, 1995), baseio este trabalho nessa dimensão epistemológica e política, utilizando como principal lente teórica a perspectiva feminista crítica dos estudos de gênero sobre masculinidades, homens autores de violência contra mulheres¹ e os serviços oferecidos a eles.

Início também delineando esse posicionamento epistemológico na tentativa de eliminar a possibilidade de qualquer utilização de trechos deste trabalho para fins de justificar a hipótese de transtorno mental nesses homens, pois não pactuo com o entendimento de que homens que praticam a violência contra mulheres sofrem de algum tipo de desordem psíquica ou psicopatologia, e sim que esse fruto coletivo intitulado violência contra mulheres² está relacionado a um modelo de masculinidade dominante vigente, resultado da construção social e histórica presentes nas relações de gênero e nos dispositivos institucionais, afetando identitariamente as subjetividades masculinas.

Tenho consciência de que falar sobre o atendimento a homens autores de violência contra as mulheres a partir da perspectiva feminista pode ser considerado polêmico e controverso. Tal discussão me compele a salientar que, neste trabalho, ao debater o atendimento psicossocial a esses homens, não estou defendendo o fim da sua responsabilização e punição pelos atos cometidos, tampouco defendo que os recursos originalmente direcionados à proteção das mulheres vítimas de violência sejam destinados para ações voltadas aos homens. Porém, entendo que o processo de responsabilização e punição não é suficiente no combate à violência contra as mulheres. Para que tenha o impacto necessário na promoção da equidade de gênero e efetivamente

¹ Ao longo deste trabalho, optei por utilizar o termo homem autor de violência, e não *agressor*, a fim de não estigmatizar o sujeito, reduzindo-o ao ato cometido, mas apresentar um caráter epistemológico baseado na possibilidade de mudança de seus delitos e ações violentas.

² Chamo a atenção para a diferenciação da utilização da palavra "mulher" no singular e no plural. O primeiro traz uma referência essencialista única do feminino. Por sua vez, "mulheres", no plural, expressa a diversidade e a historicidade do que é ser mulher em seus diferentes contextos sociais (Barbieri, 1992; Medrado & Lyra, 2008)

proteja as mulheres e as crianças em nossa sociedade, é necessário integrá-lo paralelamente a ações voltadas aos homens, fomentando reflexões acerca dos modelos de masculinidades dominantes vigentes.

Saffioti (2011) afirmou que não é possível enfrentar matricialmente o problema da violência contra mulheres lidando exclusivamente com a vítima. Compreendendo que esse fenômeno é resultado de uma construção social e histórica das masculinidades, defendendo que olhar para os homens que cometem a violência - e, portanto, são originalmente responsáveis pela sua prática - é crucial para que seja possível a construção de novos modelos de masculinidades e, conseqüentemente, haja o efetivo enfrentamento desse tipo de violência. Para que os homens se constituam como sujeitos de outras maneiras, que não por meio da violência, colocá-los como cerne dessa discussão, por meio dos atendimentos psicossociais disponibilizados a eles, pode potencializar a esfera da responsabilização e mudança dessa realidade social, lidando com a raiz do problema: as masculinidades hegemônicas vigentes.

Este trabalho parte de um incômodo que se iniciou na minha experiência acadêmica ocorrida no estágio final do curso de Psicologia, em que realizei o atendimento individual a homens autores de violência doméstica (Lei Maria da Penha [LMP]), a homens que cometeram estupro e que cometeram o abuso sexual infantil. Os atendimentos aconteceram a partir do encaminhamento judicial de diferentes órgãos estatais para cumprimento de medida em regime semiaberto, após terem cumprido parte de sua sentença em regime fechado, ou, no caso de violência doméstica, como cumprimento de medida alternativa. Aqui me deterei à experiência referente ao atendimento dos homens autores de violência doméstica.

Frente a esse desafio da época, eu e outras estagiárias revisamos a literatura, de maneira não-sistemática, em busca de estudos que pudessem nos auxiliar e nos direcionar

metodologicamente nesses atendimentos. Os textos encontrados (Araújo, 2002; Fontoura & Ramos, 2009; Michener et al., 2005; Ramos, 2013; Rodrigues et al., 2007) auxiliaram no processo de conhecimento do perfil desse autor de violência, porém não auxiliaram diretamente na intervenção individual. Percebemos que, de maneira geral, a teoria conseguia suportar as explicações das características do autor e que a maior parte dos estudos identificados tratava apenas de atendimentos em grupo, porém sem justificar por que esse modelo seria o mais adequado. Além disso, os textos afirmavam que os estudos de masculinidades vinculados à violência contra mulheres ou com o foco nos homens eram recentes, de caráter instrumental e que havia pouco material publicado sobre o tema (Deeke, 2007; Fontoura & Ramos, 2009).

Aparentemente, havia uma lacuna na existência de estudos que apresentassem diretrizes e metodologias para o atendimento aos autores de violência contra mulheres, principalmente no que se referia a atendimentos individuais. Em 2014, Beiras destacou a lacuna nos serviços ofertados a essa população, afirmando que “o contexto brasileiro ainda apresenta de forma incipiente estes serviços, havendo necessidade de criação de muitos outros para contemplar o território nacional e a necessidade da população” (Beiras, 2014, p. 6). Com isso, entendi que esse público necessitava de atenção, em especial por meio da psicologia, pois se fazia necessário o desenvolvimento de metodologias de atendimento que demonstrassem eficácia no processo terapêutico e que servissem de base para outros atendimentos de ordem psicossocial com as mesmas características.

Saliento que, para o estudo desse tema, o olhar feminista crítico apresenta o diferencial de evocar os estudos de gênero como uma categoria analítica e por ser a dimensão em que ocorre a significação e articulação do poder nas relações (Scott, 1995).

Permite, portanto, a compreensão do fenômeno da violência contra mulheres relacionando-o aos processos políticos e sociais.

Lauretis (1984), ao falar sobre as tecnologias de gênero, por exemplo, chamou a atenção para como os mais diversos espaços sociais são *gendrados*, ou seja, marcados por representações de gênero. Tais espaços, inclusive os institucionais, concebem um sujeito sociocultural através de tecnologias que interferem nas relações sociais e produzem, promovem e implantam efeitos, discursos, comportamentos e desdobramentos complexos das representações de gênero nos sujeitos ao longo da história da sociedade ocidental. A partir desse pensamento, ela apontou que o feminismo nos permite um olhar integral para a história e uma prática de transformação sociocultural, (re)construindo outras formas de existência longe do referencial androcêntrico e dos discursos hegemônicos.

Essa perspectiva nos permite pensar para além de um viés remediador e punitivista de atendimento, propondo uma reflexão que nos leve a entender que o modelo de masculinidade vigente é problemático, a fim de que seja possível a construção de novos modelos de masculinidades, em que os homens não necessitem se utilizar da violência para se constituírem como sujeitos. Percebe-se que, para além da necessidade de um trabalho interventivo, há também a necessidade de mais produção de literatura por parte da psicologia com foco na descrição das metodologias de atendimento e nos modelos interventivos (base teórica, técnicas, objetivos e resultados) utilizados nos atendimentos a homens autores de violência. Com isso, este trabalho preencherá uma lacuna ao realizar o delineamento de cada prática utilizada e de quais os resultados foram alcançados ao utilizá-la, porém considerando sempre a importância da perspectiva feminista sobre as questões ligadas às masculinidades e ao patriarcado nessas intervenções.

Existem poucas políticas públicas voltadas para os homens autores de violência contra mulheres e as existentes possuem baixa implementação, tanto no que tange ao

direcionamento de recursos quanto no fortalecimento da rede de serviços ofertada pelo Estado para o combate da violência contra mulheres por meio de políticas econômicas (Portal da Transparência / Painel do Orçamento Federal, 2019). Segundo dados de 2014 e 2015, considerando os 27 estados brasileiros, os serviços voltados ao atendimento de homens que cometeram violência contra mulheres estavam presentes somente em 10 capitais, havendo aproximadamente 25 programas ativos em todo país nesse momento (Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação [CEPIA], 2016).

Outro ponto sensível, no caso do Brasil, é a inconsistência das políticas já existentes, sendo que não há o detalhamento necessário na LMP sobre os atendimentos voltados para os homens. Essa questão é apresentada de forma insuficiente para ancorar a construção de um serviço voltado para esse público. Temos, ainda, as divergências nas abordagens desse atendimento psicossocial entre a LMP e as *Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores*³, sendo que a primeira fala sobre a necessidade da instauração de centros de educação e de reabilitação para os homens/programas de recuperação e reeducação, enquanto a segunda defende esse serviço de reeducação como um cumprimento da pena e a responsabilização pela violência cometida. A LMP deve atuar de forma articulada com os demais serviços da rede, considerando ações intersetoriais e transdisciplinares, além de possibilitar a construção de mais políticas públicas voltadas para o atendimento desses homens. Por isso, são necessários mais estudos e parâmetros empíricos para embasá-las.

³ O atual Governo Federal, com suas ações políticas de extrema direita, provocou mudanças estruturais na forma de direcionar os ministérios de seu governo, adotando uma postura conservadora na escolha de seus ministros e na forma de governar o país. Nesse sentido, o Ministério dos Direitos Humanos foi renomeado para Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, ao qual a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM) está vinculado desde 2018, desde o governo Temer. Com a extinção do site da SPM pelo atual Governo Federal, as *Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores*, assim como outras legislações voltadas para o combate à Violência contra Mulheres não se encontram mais disponíveis no site oficial do seu respectivo Ministério.

É partindo do argumento de que essas violências se inscrevem no contexto social como reguladoras das ações e relações entre homens e mulheres (Bourdieu, 2011; Guattari & Rolnik, 2013; Segato, 2003; Welzer-Lang, 2001), que considero de fundamental importância a realização de mais estudos sobre as metodologias de atendimento psicossocial para os autores de violência por meio de um olhar feminista. Esse olhar contribui para a desconstrução desse padrão normativo e violento, dito como masculino, tornando possível para os homens uma nova visão sobre si mesmos e sobre os outros, com o auxílio de processos interventivos por meio do atendimento psicossocial.

Acredita-se que o enfrentamento da violência contra mulheres precisa voltar o olhar para o atendimento psicossocial dos autores de violência, propondo novas formas de masculinidades, pois, apesar dos grandes avanços no cuidado e atenção às vítimas, faz-se necessário descortinar a raiz do problema da violência contra mulheres: as masculinidades, uma vez que esse modelo de masculinidade dominante vigente, resultado de uma construção social e histórica, necessita ser colocado como cerne dessa discussão.

Objetivos

Objetivo Geral

Identificar os referenciais teóricos e os diferentes modelos interventivos de atendimento psicossocial utilizados com homens autores de violência contra mulheres, a fim de ter um olhar detalhado sobre as intervenções voltadas para esse público. Pretendeu-se traçar um panorama dos estudos sobre esse tema, levando em consideração as variáveis dos modelos interventivos, tais como tipo de população atendida, questões socioculturais, em que contexto os modelos encontrados podem ser mais adequados, dentre outras questões.

Objetivos Específicos

- Aprofundar o estudo teórico sobre masculinidades segundo uma perspectiva feminista, com auxílio dos estudos de gênero, para que o tema seja tratado de forma crítica;
- Revisar a literatura nacional e internacional sobre o atendimento a autores de violência contra mulheres, buscando-se identificar os referenciais teóricos utilizados;
- Identificar os diferentes modelos interventivos (base teórica, técnicas e objetivos) utilizados nos atendimentos a homens autores de violência;
- Identificar os resultados obtidos nas práticas dos diferentes modelos interventivos (base teórica, técnicas e objetivos) com esse público;
- Comparar as informações recuperadas levando em consideração os diferentes contextos entre os países (tipo de população, questões socioculturais, etc.);
- Analisar os modelos de atendimento encontrados de forma crítica e política, utilizando-se das lentes feministas;
- Delinear um panorama geral do atendimento a homens autores de violência contra mulheres, apontando os principais aspectos a serem considerados numa intervenção voltada para homens autores de violência contra mulheres.

Referencial Teórico

Masculinidade Hegemônica e Violência contra Mulheres

Sabendo que as questões de gênero passam pelas esferas políticas, institucionais e das relações sociais, busquei contribuir para os estudos feministas sobre homens e

masculinidades tomando o cuidado de não fixar as reflexões aqui realizadas no modelo tradicional binário, dicotômico ou descritivo-maniqueísta. Entendo que a dimensão relacional de poder hierarquiza as relações entre os gêneros, conforme proposto por Medrado e Lyra (2008).

A partir dos estudos feministas, compreende-se que a masculinidade hegemônica se constitui por meio de padrões sociais que atravessam a subjetividade masculina. Badinter (1993) sugere que, no mundo ocidental, ela se dá na negação do feminino, reafirmando o seu estado de não-mulher e de afastamento de qualquer coisa semelhante a isso, mostrando-se extremamente frágil. Então, exige-se a negação do feminino por meio da não demonstração de fragilidade, sensibilidade ou fraqueza, bem como qualquer determinante que possa ser interpretado por outros homens como características de um não-homem (Welzer-Lang, 2001).

Nesse sentido, o ser masculino depende-se do fato de que são exigidas dos homens práticas sociais específicas e constantes para a comprovação da sua masculinidade, tais como demonstrações de força, virilidade e agressividade, o que aqui vou chamar de *estética do super-herói*. Há ainda a potência sexual e a produção/manutenção do capital financeiro familiar chamado de *virilidade sexual e laborativa* (Zanello, 2018). Com o patriarcado como referência de organização social, as relações de gênero se configuram como um processo dominante dos homens e de subordinação das mulheres (Connell, 1995).

Esse conjunto de práticas ditas como masculinas é conhecido como *masculinidade hegemônica* (Connell & Messerschmidt, 2013) e deflagra a existência de um modelo central a ser seguido para que os homens sejam reconhecidos como tais. Porém, sabe-se que, dentro da construção do masculino e da experiência dos corpos dos homens, há uma variedade de hierarquias masculinas que se entrelaçam para além dos aspectos de gênero,

levando em conta, ao mesmo tempo, a classe, raça e/ou etnia. Essa variedade demonstra que não é possível a universalização de características determinadas e nem a sua homogeneização para abordar a categoria *homem*, marcando então a diferença de *masculinidades* para masculinidade. Nesse sentido, um homem branco, heterossexual e rico se posiciona melhor dentro desse *status* masculino do que um homem homossexual, negro e pobre, por exemplo, o que demonstra que outras variáveis sociais dialogam transversalmente com os aspectos estruturais hegemônicos das masculinidades.

A partir desses aspectos, Connell e Messerschmidt (2013) classificou as masculinidades com subdivisões de *subordinadas*, *cúmplices* e *marginalizadas*, destacando-se aqueles homens que mais se aproximam do ideal da masculinidade hegemônica. Aqui, ressalto que tal subdivisão não deve ser entendida indiscriminadamente como universal. Falar de tipos de masculinidades segundo a realidade de um país em desenvolvimento da América Latina, que foi colônia de exploração, com 300 anos de escravização, com a miscigenação e a valorização do embranquecimento como carro chefe da política do Estado, com 55% da população de negras(os) e pardas(os) (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [Pnad] Contínua do IBGE, 2020) é diferente de falar das masculinidades de um país europeu, que escravizou e que tem a população majoritariamente branca, por exemplo. Portanto, ao utilizar essa classificação de Connell e Messerschmidt (2013) sobre as masculinidades, é necessário considerar a dimensão histórica e cultural de cada local. Em contrapartida, não se pode negar o pioneirismo dessa nomenclatura para os estudos sobre homens e masculinidades e é por isso que ela é abordada neste trabalho.

Considerando as subdivisões propostas por Connell e Messerschmidt (2013), temos que as *subordinadas* que incluem as homossexuais, por se aproximarem do feminino e se distanciarem do modelo hegemônico. A *cumplicidade* masculina é atribuída

aos homens que recebem os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina, porém sem se distanciar dela. Por fim, a classe masculina denominada *marginalizada* é aquela marcada pela relação entre masculinidades nas classes subalternas ou grupos étnicos, atentando para o caráter sempre relativo da marginalização social, como, por exemplo, a cor da pele, classe econômica ou, até mesmo, a origem étnica. Todavia, apesar de diferenças, entrelaces e classificações internas desse grupo, todas elas fazem parte da mesma classe dominante, que é o masculino, figurado como um estado de poderio dentro do patriarcado e que tem um modelo hegemônico de masculinidade padrão que tende a ser seguido (Connell & Messerschmidt, 2013).

Os estudos feministas apontam que a base patriarcal reforça diariamente a inscrição desse modo de ser no corpo, na sexualidade, na subjetividade e no gênero (Braidotti, 2004; Butler, 2019; Langaro & Souza, 2012; Louro, 1997; Wittig, 2010). Por meio de modelos padronizados que funcionam como determinantes de um ajustamento para condutas ditas femininas ou masculinas de forma naturalizada, performam-se padrões de comportamento desde antes do nascimento até a vida adulta (Butler, 2019).

Nesse processo performativo de construção masculina, não podemos nos enganar acreditando que o patriarcado afeta apenas a relação desigual entre homens e mulheres, pois ele também perpassa a relação dos homens com os outros homens, por meio de práticas chamadas de *homossociabilidade* (Welzer-Lang, 2001). Essa relação é afetada a partir da própria infância, na qual os meninos são convocados constantemente a agirem como homens (não agirem como uma menina) e, com isso, aprendem que esse é o processo "natural" para serem reconhecidos como *verdadeiros homens*.

Ao deixarem de frequentar unicamente o espaço materno, os homens começam a se inserir também em agrupamentos exclusivamente de meninos, seja na escola, na prática

de esportes, seja com homens da família ou em outros ambientes tidos como exclusivamente masculinos. Badinter (1993) afirmou que esse é o momento em que o menino se separa de sua mãe, por essa ser a representação do mundo feminino para ele. Grossi (2004) traz exemplos de antropólogos que descrevem esse momento como uma espécie de ritual de iniciação masculino, que sempre envolve violência física, muitas vezes marcando o seu corpo com a masculinidade por meio do sofrimento, e a inculcação de que eles detêm segredos daquele grupo dos quais as mulheres não podem tomar conhecimento. A partir de então, inauguram as distinções de qual posição ocupam socialmente, do que é permitido ou não a eles e de quais ações devem ter quando há apenas a presença de sujeitos do sexo masculino, dando início ao processo de *homossociabilidade*, período que se inicia na pré-adolescência e que se estende até a vida adulta. Esse termo, presente nos estudos de masculinidades, recupera a ideia de que, ao se reagruparem com outros meninos, criam uma espécie de código de honra entre os homens, um universo de cumplicidade e de rivalidade, porém com práticas violentas em vários momentos contra si mesmos e contra terceiros. Vale lembrar que aqui se fala dos diferentes tipos de violência: psicológica, moral, física e sexual.

Nessa fase da vida de construção do masculino, já se inicia o treinamento para as pequenas violências, o entendimento do que efetivamente é necessário para que sejam reconhecidos como sendo mais homens que outros e o entendimento da necessidade de se combater práticas que poderiam fazê-los serem comparados às mulheres (Badinter, 1993; Welzer-Lang, 2001). Nesses momentos de *homossociabilidade*, há a iniciação da sexualidade por meio da pornografia. A necessidade de demonstração de potência sexual, por exemplo, se apresenta por meio de disputas sexuais, compostas pelo compartilhamento de tipos de materiais de pornografia, de masturbações coletivas e simultâneas entre si. Há ainda as provas de quem consegue aquela resistência sexual por

mais tempo, de quem ejacula mais, de quem tem o pênis maior, de quais são os primeiros a terem relações sexuais, de quais são os que *pegam* mais meninas/mulheres, entre outras possibilidades de competições sexuais. São nesses momentos também que acontecem, sobre a presença de homens mais velhos, a iniciação dos meninos nessas práticas, muitas vezes dando espaço para violações sexuais dos mais novos. Não é de se espantar que o reflexo na vida adulta dessas práticas sexuais masculinas em grupo, permeadas de violência simbólica, se sofisticuem e que, em paralelo com a objetificação das mulheres, deem vazão a execução de atos similares com corpos considerados subalternos, como os famosos casos de *estupros coletivos*, que resgatam o código de honra masculino e exigem a cumplicidade entre eles, naturalizando essa prática violenta e criminoso associada ao silenciamento.

Outra competição muito presente na construção da subjetividade masculina é a *estética do super-herói*, relacionada à valorização da virilidade, da força física e de uma aparência com musculatura grande e rígida. Os que são entendidos como *fracos* sofrem chacotas e incentivos a buscarem não só a força muscular, mas a aparência física que demonstre isso. Os que se diferem desse padrão estético, podem ser considerados próximos do estético feminino, sofrendo a possibilidade de rejeição do grupo. Porém, independente do delineamento das disputas dentro de seus aspectos de potência sexual, *estética do super-herói*, resistência emocional, capacidade econômica/patrimonial ou qualquer outro ato que demonstre poder e superioridade, essas formas de competição entre os homens se estendem à vida adulta masculina, apenas sofisticando as maneiras de se apresentarem. Nessa lógica, é possível perceber que existe um ponto de aprendizagem inicial do desprezo pelo que é feminino, que, mais tarde, vai ampliando a ideia de superioridade dos homens em detrimento das mulheres, com a obtenção de privilégios simbólicos e materiais do masculino.

Nesses espaços de *homossociabilidade*, também chamado de *casa dos homens* (Welzer-Lang, 2001), os homens aprendem que quem valida o ser ou não ser homem são os outros homens e que, não importa o que aconteça naquele espaço, deve permanecer ali. Com isso, a partir da tomada de consciência plena da potência masculina perante o social, aprendem o ato de objetificação das mulheres, ou seja, a transformação das mulheres em coisa/objeto, a aversão ao feminino e a necessidade da cumplicidade e fidelidade entre os homens para que o *clã masculino* seja mantido a partir desse agrupamento misógino e androcêntrico. E é exatamente aí, onde começou a violência para com os próprios homens já iniciados nessa construção do masculino quando meninos, que se perdura a lógica da prática da violência simbólica e material por toda a sua vida adulta. Essa prática se estabelece e se mantém por meio do silêncio dos homens para o *bem* coletivo da perpetuação do privilégio masculino, não importa o que essa lógica viole: se a seus iguais (outros homens) ou se a outras pessoas (não-homens).

Que se pense nos diferentes golpes: socos, pontapés, empurrões. As pseudobrigas nas quais, na realidade, o maior mostra sua superioridade física para impor seus desejos. As ofensas, o roubo, a ameaça, a gozação, o controle, a pressão psicológica para que o pequeno homem obedeça e ceda às injunções e aos desejos dos outros... Há um conjunto multiforme de abusos de confiança violentos, de apropriação do território pessoal, de estigmatização de qualquer coisa que se afaste do modelo masculino dito correto. Todas as formas de violência e de abuso que cada homem vai conhecer, seja como perpetrador da violência, seja como vítima. (Welzer-Lang, 2001, p. 464)

Poderia utilizar como exemplo, ainda, o campo do trabalho ou da paternidade que circunda os processos identitários da subjetividade masculina, porém os explorarei em outra oportunidade. Considerando todos os aspectos abordados até aqui, compreendemos

que o poder coletivo dos homens não é construído exclusivamente na esfera individual da subjetividade masculina, mas também nas esferas das instituições sociais, como meios de comunicação, escola, religião, políticas públicas, dentre outras, que perpassam as relações (Medrado & Lyra, 2008). Tais práticas baseadas nesse modelo hegemônico de masculinidade podem ser percebidas em diferentes formas de existência do masculino, apresentando-se na *relação com as mulheres*, na *relação com outros homens*, como exemplificado no processo de homosociabilidade, e no *cuidado de si / relação consigo mesmo*.

As práticas dos homens na tentativa de alcançar esse padrão de referência nos permite enxergar esse modelo hegemônico de masculinidade como problemático e evidencia péssimas consequências no tipo de *relação com outros homens e com as mulheres*, por meio de sua vinculação com a violência. Ao ser exigida dos homens a manutenção de sua masculinidade por meio da não demonstração de fragilidade, cria-se automaticamente uma performance oposta a isso. Suas ações, então, devem exprimir de maneira ativa a *estética de super-herói*, com uma mensagem robusta, agressiva, viril, rígida, que não dá margem a um reconhecimento mínimo de vulnerabilidade e, assim, colocam-se constantemente em posições de risco, como se fossem inatingíveis, expondo-se a situações de violência e de perigo para a saúde (Braidotti, 2004; Scott, 1995; Welzer-Lang, 2001).

Dessa forma, suas relações sociais, tanto com os próprios homens como com as mulheres, são pautadas nesses padrões de atitude, o que os leva a agir de maneira conflituosa e violenta ao sentirem sua posição de privilégio e superioridade desafiada ou questionada. Assim, as múltiplas relações de poder que o homem experiencia ao longo de sua vida demarcam e reafirmam sua posição de superioridade na hierarquia social e, especialmente, de opressão em relação às mulheres e ao feminino. Essa posição de

privilégio na escala social é um modelo que os atravessa de maneira identitária e que os faz sentirem a necessidade constante de afirmação desse lugar, no qual, muitas vezes, ela se dá por meio da violência, seja contra si mesmo ou contra outrem (Braidotti, 2004; Scott, 1995; Welzer-Lang, 2001).

Outro ponto presente nesse debate é o *cuidado de si/a relação consigo mesmo*. Aqui, tomaremos a área da saúde como exemplo. Destaca-se a dificuldade dos homens em procurar a atenção primária devido a concepções de que essa seria uma demonstração de fragilidade (Figueiredo, 2008).

Em 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que apenas 58,8% dos homens realizaram algum tipo de consulta de saúde nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa, ou seja, apenas pouco mais da metade dos homens brasileiros procurou serviços de saúde no período de um ano.

os homens usam práticas e comportamentos em saúde para demonstrar padrões hegemônicos de masculinidade que os estabelecem como homens. Por exemplo, reprimem suas necessidades de saúde e recusam admitir dor ou sofrimento, negam fraquezas ou vulnerabilidades, sustentam o controle físico e emocional, além de manifestarem uma disposição incessante para o sexo e um comportamento agressivo. (Figueiredo, 2008, p. 49)

Percebe-se que essa visão sociocultural sobre o que é ser homem é fortemente permeada pelas questões de gênero, a ponto de os homens, de maneira geral, deixarem de realizar consultas médicas básicas em detrimento da própria saúde, a fim de reforçar o estereótipo do que é dito como masculino. Essa situação agravou enormemente os problemas de saúde na população masculina e, devido à baixa procura pelas unidades de saúde, o Estado Brasileiro sentiu a necessidade da criação de uma política específica para incentivo do autocuidado dos homens: a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde*

do Homem (PNAISH). Diante desse cenário, o Ministério da Saúde (Brasil, 2009) justifica a criação da PNAISH pela não-adesão às medidas de atenção integral por parte dos homens por questões culturais:

Os estereótipos de gênero, enraizados há séculos em nossa cultura patriarcal, potencializam práticas baseadas em crenças e valores do que é ser masculino. A doença é considerada como um sinal de fragilidade que os homens não reconhecem como inerente à sua própria condição biológica. O homem julga-se invulnerável, o que acaba por contribuir para que cuide menos de si mesmo e se exponha mais às situações de risco. (Brasil, 2009, p. 14)

A dinâmica do patriarcado, esse sistema desigual, agencia relações de poder e promove, de uma forma ou de outra, danos à saúde de homens e mulheres. Por um lado, temos mulheres que sofrem violência por parceiro íntimo e recorrem ao sistema de saúde ou que despontam como sujeitos dos maiores índices epidemiológicos mundiais de transtornos mentais, em especial a ansiedade e a depressão. Por outro lado, temos homens que pouco se utilizam da atenção primária e recorrem ao sistema de saúde apenas em casos graves e/ou em caso de doenças no estágio avançado, muitas vezes vindo a óbito, ou que sofrem emocionalmente em silêncio e ocupam os maiores índices de sucesso na prática do suicídio.

A partir de 789 entrevistas realizadas com homens usuários de dois serviços de atenção primária à saúde em São Paulo e 477 fichas de leitura de prontuários médicos do ano de 2003, foi identificado que 461 sujeitos utilizaram o serviço de saúde por meio do pronto-atendimento, consultas em saúde mental e atendimento pela enfermagem, no qual 410 homens apresentaram alguma queixa/diagnóstico psicológico (Albuquerque, 2012). Os prontuários de 140 deles (29,4%) registraram episódios de violência em sua história:

45,7% desses homens (64) sofreram violência física e/ou sexual mais de uma vez na vida e 50% desses homens (70) relataram ter tido algum episódio de violência psicológica, física e/ou sexual antes dos 18 anos, ou seja, na sua infância ou adolescência. Esse estudo aponta que “a cultura patriarcal e machista estrutura uma relação complexa e comprometida no modo de os homens manejarem suas emoções” (Albuquerque, 2012, p. 5), além de revelar que há relação direta entre o sofrimento psicológico e a violência. Essa afirmação é corroborada pelas altas taxas de violências cometidas por homens que também foram vítimas de violência em seu passado.

Outra pesquisa investigou a superposição e a relação entre masculinidade, homens e violência sofrida e praticada. Essa pesquisa demonstrou que 52,1% dos homens entrevistados no serviço de atenção primária à saúde perpetraram algum tipo de violência contra a parceira íntima, entendendo esse resultado e justificando a prática da violência devido à existência de “um padrão cultural hegemônico de socialização masculina” (Schraiber et al., 2012, p. 797). Esses dados reiteram o debate referente às noções de masculinidades vinculadas a atos de violência como forma identitária de existência dos homens. Observemos que os dados foram coletados em serviços de saúde e que, em ambas as pesquisas, há o apontamento da relação entre saúde, masculinidade e violência.

Para refletirmos sobre essa questão, mostra-se útil o conceito de *promoção da saúde*. Esse conceito evoluiu nos últimos 25 anos, desde a realização das três mais importantes conferências internacionais sobre o tema, que proporcionaram a articulação entre saberes técnicos e populares, indo além do modelo biomédico de saúde-doença (Bezerra & Sorpreso, 2016; Czernesia & Freitas, 2009).

Czernesia e Freitas (2009) afirmam que a promoção da saúde considera um contexto mais amplo e intersetorial para além da prevenção de doenças, pois inclui a participação social e foge do vínculo exclusivo com o sistema de saúde, buscando

identificar e enfrentar os macrodeterminantes que perpassam as questões culturais, sociais, econômicas e políticas. Ela existe como uma proposta estrutural, que abrange as dimensões coletivas e também de autonomia do indivíduo.

Sendo assim, a Saúde Pública é um campo que se estende às relações interpessoais e institucionais, que organizam e atuam como dispositivos de manutenção das relações de poder entre os gêneros (Medrado & Lyra, 2008). Com isso, demanda que tais aspectos se relacionem com as políticas públicas (medidas políticas, legislativas, fiscais e administrativas), a fim de modificar estilos de vida e intervir no ambiente em que se está inserido (Czernesia & Freitas, 2009). Portanto, compreende-se a saúde como um recurso eficaz para a vida, buscando a realização do potencial de saúde com ferramentas intersetoriais e interdisciplinares, destacando a singularidade e a autonomia dos sujeitos por meio do “fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos condicionantes da saúde” (Czernesia & Freitas, 2009, p. 51).

Portanto, problematizo neste trabalho a importância de se estudar e se produzir mais políticas públicas para lidar com esse modelo de masculinidade problemático, que se afirma frente a um modo de agir violento e dominante. A aceitação dessa violência na atitude masculina como um padrão social comum e natural de se relacionar legítima e reproduz esses modos de ser, uma vez que tais relações sociais são tidas como normais. Dessa forma, a violência se torna parte também da expressão de um modelo de masculinidade socialmente problemático, que perpassa todos os homens de maneira transgeracional, por meio de aspectos sócio-histórico-culturais. Eles são desafiados constantemente a se afirmarem de acordo com essas práticas sociais violentas, o que tende a levá-los a demonstrações de poder que, muitas vezes, ferem as leis sociais, seja em ambiente privado ou em ambiente público (Souza, 2005).

Contextualização da Violência contra Mulheres no Brasil e no Mundo

A violência contra as mulheres é um grande problema de saúde pública e de violação dos direitos humanos das mulheres de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2017). Estimativas globais publicadas pela OMS indicam que uma em cada três mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida. No mundo, 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por um parceiro masculino. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), sete em cada 10 mulheres no mundo já foram ou serão violentadas em algum momento da vida.

Em 2018, a ONU descreveu a violência de gênero como *uma pandemia global* (British Broadcasting Corporation [BBC News], 2020). O termo *pandemia global* normalmente é usado para descrever uma situação em que uma doença infecciosa ameaça a vida de muitas pessoas ao redor do mundo simultaneamente. Dois anos após essa declaração, o mundo se vê diante de uma outra pandemia global, porém causada pelo novo coronavírus (COVID-19), extremamente contagioso e que exige o isolamento social por meio de confinamento, impedindo que as pessoas trabalhem presencialmente, tenham atividades de lazer ou qualquer outra prática realizada em locais públicos ou com aglomeração de pessoas. Com isso, 90 países estão em confinamento e 4 bilhões de pessoas agora estão se isolando em suas casas contra essa infecção global. Porém, diante dessa realidade, foi observado que, à medida que os países aumentam o crescimento do contágio e, conseqüentemente, aumentam o rigor do confinamento, o número de casos de violência contra mulheres aumenta, pois as mulheres estão obrigadas a conviverem trancadas com seu potencial agressor (ONU Mulheres Brasil, 2020).

Em países como Argentina, Canadá, França, Alemanha, Espanha, Reino Unido e Estados Unidos, autoridades governamentais e ativistas pelas lutas das mulheres denunciaram o aumento de violência doméstica durante a crise e o aumento da demanda por abrigos de emergência. Diferentes países relataram uma escalada no número de situações de violência e de feminicídio. A China aumentou 3 vezes o número de casos, a França relatou um aumento de 36%, a Europa teve aumento numa média de 33% e alguns quase dobraram, como Itália e Espanha (R7 Notícias, 2020). A América Latina, já considerada um dos piores lugares para se ser mulher e que registra taxas recordes de violência contra mulheres todos os anos, teve crescimento no número de denúncias em países como Brasil, Argentina e Colômbia, com relatos de alta também nos números de feminicídio.

Em abril, a preocupação com o aumento das agressões levou o diretor-geral da OMS pedir em uma entrevista concedida que todos os países considerassem os serviços de combate à violência doméstica como um serviço essencial, que deve continuar funcionando durante a resposta à Covid-19 (OMS, 2020). Ainda no mesmo mês o Papa Francisco, líder católico mundial, alertou para o risco da violência contra mulheres, que poderia aumentar por conta das medidas de isolamento contra a pandemia do novo coronavírus (Notícias Uol, 2020).

No Brasil, é notório que o tema da violência contra mulheres tem sido mais debatido a cada ano, porém, apesar disso, o número de mulheres que ainda sofrem violência é alarmante. Apesar de, entre os meses de janeiro e novembro de 2018, a imprensa brasileira ter noticiado 14.796 casos de violência doméstica em todas as unidades federativas (Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, 2019), não podemos desconsiderar os casos subnotificados, ou seja, aqueles ocorridos e não registrados nas delegacias ou, até mesmo, não noticiados pela imprensa,

pois sabemos que há um alto índice de subnotificação, o que significa que o número de casos de violência pode ser ainda mais alto.

Em relação ao novo coronavírus, o Brasil segue o mesmo desenho mundial, no qual contabiliza um aumento considerável nos casos de violência contra mulheres em paralelo com o aumento de casos de contaminação pelo novo coronavírus (Agência FioCruz de Notícias, 2020). O Rio de Janeiro relatou um aumento de 50% nos casos, Santa Catarina aumentou em 39%, São Paulo aumentou em 46%, Acre aumentou em 100%, Rio Grande do Norte aumentou em 300% e Mato Grosso aumentou em 400% (G1 Portal de Notícias, 2020).

Em alguns locais, o número de registros de boletins de ocorrências caiu, sugerindo que cresceu a subnotificação de casos de violência durante a pandemia. Uma pesquisa realizada no Brasil analisando o conteúdo de postagem no Twitter relatou que as brigas entre casais tiveram um aumento de 431% entre fevereiro e abril (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020), período em que o isolamento social foi aderido com maior rigor pelos brasileiros (Google, 2020). A pesquisa divulgada por meio da nota técnica *Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19* coletou 52.315 menções a brigas domésticas, das quais 5.583 relatavam violência doméstica. A maioria dos comentários (53%) ocorreu entre 20h e 3h da manhã e foi feita por mulheres (67%) que ouviam os vizinhos. A pesquisa demonstra uma maior dificuldade das mulheres em denunciar registrando um boletim de ocorrência (B.O.) na delegacia, por estarem confinadas e mais vulneráveis. O número de B.O. de ocorrências sobre violência doméstica caiu, o pedido de medidas protetivas caiu e o telefone disque 180 registrou uma queda de 8,6% no mês de março. Em contrapartida, os atendimentos de violência doméstica pela Polícia Militar, por meio do 190, aumentaram e o número de feminicídios também aumentou (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020). Essa informação também aparece no *Anuário*

Brasileiro de Segurança Pública 2020 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020), no qual os dados de violência contra mulheres durante a pandemia no primeiro semestre de 2020 apontam uma queda de 9,9% nos registros nas delegacias de agressões em decorrência de violência doméstica e um aumento de 3,8% de chamados para o telefone 190 nos acionamentos da polícia militar (PM) em casos de violência doméstica, totalizando 147.379 chamados. Os dados apontam ainda o crescimento de 1,9% de feminicídios no primeiro semestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, com um total de 648 vítimas. Os números evidenciam que a violência contra mulheres continuou aumentando, apesar dos registros desses crimes não acompanharem esse crescimento, deflagrando que as mulheres enfrentaram maiores dificuldade para denunciar, por exigirem a presença física na delegacia, mas também pela falta de medidas de enfrentamento adotadas pelo governo para auxiliá-las em um momento tão difícil de forma mais eficaz. Enquanto outros países como França, Espanha, Itália e Argentina apresentavam soluções concretas e imediatas para a situação, como o fornecimento de abrigos temporários para garantir a proteção dessas mulheres, o investimento do governo brasileiro se restringiu a campanhas e canais de denúncias. Tais ações não se mostraram eficientes, levando-se em conta que a maior parte das mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil são pobres e negras e possuem limitação de acesso à tecnologia, como celulares e internet (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

A literatura aponta a existência de elementos que aumentam a possibilidade de ocorrer a violência contra mulheres e que quanto mais fatores de risco presentes em um caso, maior o risco potencial (Santos, 2010). O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) publicou em 2018 um guia de avaliação de risco, a fim de orientar a prática dos agentes no sistema de justiça, e elencou 20 itens considerados como fatores de risco. Dentre eles, cito apenas os que possuem relação direta com o potencial autor de

violência contra mulheres, sendo: comportamento de controle sobre a vítima, prática de atos sexuais sem consentimento da vítima, escalada na frequência e na intensidade dos tipos violência, uso abusivo de álcool ou outras drogas por parte do autor, autor com transtornos mentais (alterações de humor, instabilidade emocional, etc), autor desempregado ou com dificuldades financeiras graves e conflitos relacionados ao cuidado dos filhos (MPDT, 2018). Devemos ter cuidado ao falarmos de transtornos mentais, pois há uma tendência social de desresponsabilizar a produção coletiva de fenômenos históricos e culturais em prol da culpabilização dos aspectos individuais, sendo tipificado como transtorno mental questões comportamentais que são consideradas desajustadas do que socialmente é considerado como normal, mesmo não sendo algo patológico. Os fatores de risco estão diretamente ligados aos padrões sociais de masculinidade dominante vigentes apresentados no início deste trabalho, sendo impossível a dissociação do aumento do número de casos de violência contra mulheres com o aumento dos fatores de risco agravados pela pandemia global, causada pelo coronavírus.

Ainda em relação ao padrão social de masculinidade vigente, chamo a atenção para aqueles aspectos que remetem à uma repulsa dos homens ao autocuidado como forma de aproximação da masculinidade ideal, com isso eles representam entre 60% e 80% dos mortos pela COVID-19. Essa informação demonstra a dificuldade dos homens em lidarem com os aspectos de prevenção, ou seja, apresentam resistência no uso de máscaras e no cumprimento do distanciamento social (não sair nas ruas). Com isso, adotam comportamentos de risco, por se acharem fortes o suficiente (*estética do super-herói*) a ponto de serem inatingíveis pelo vírus, demonstrando mais uma vez o não-cuidado para consigo mesmos e para com as pessoas ao seu redor.

Em relação aos fatores de risco na ocorrência de violência contra mulheres, o novo Coronavírus traz questões que afetam os homens em sua qualidade da saúde mental,

no desemprego, na presença de situações de conflito, necessidade de controle da situação, etc. A COVID-19 abalou a economia global e potencializou o número de pessoas desempregadas, sendo que, no Brasil, 7,8 milhões de postos de trabalho deixaram de existir até o mês de maio de 2020 (Folha UOL, 2020). O aumento do consumo de álcool no período de isolamento social também é outra realidade identificada (Agência Fiocruz, 2020), no qual 18% da população brasileira relatou consumir bebida alcoólica em maior quantidade e frequência, principalmente ao se sentir triste, ansiosa ou deprimida (ConVid FioCruz, 2020). Percebeu-se ainda o aumento da tensão em relação à própria saúde (Veja Saúde, 2020) e o aumento nos conflitos relacionais devido à convivência constante (Correio Braziliense, 2020), entre outros fatores. Em consonância com essas informações, a escalada de casos de violência contra mulheres nesse período de pandemia pode ser relacionada diretamente com esse modelo hegemônico de masculinidade e com a presença de fatores de risco, uma vez que, na pandemia, o nível de desemprego, de consumo de álcool e de transtornos mentais, como o estresse e ansiedade, aumentou (Fundação Oswaldo Cruz, 2020).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a pandemia não transformou os homens em pessoas violentas, mas tais fatores estressores podem fazer com que padrões patriarcais da masculinidade hegemônica se potencializem, levando-os à prática da violência contra mulheres ou à sua intensificação, deflagrando mais uma vez que o problema é essa forma dita como ideal de ser homem. Em consonância com essas informações, sabe-se que fatores de risco podem ser avaliados e que auxiliam a prever a possibilidade de ocorrência de novas violências e de sua letalidade. Sendo assim, à medida que situações sociais e relacionais se apresentem na vida dos homens, questionando sua posição de privilégio na escala social, como por exemplo o desemprego

ou a impotência em relação a algum aspecto de sua vida, mais esses homens vão tentar reafirmar sua posição de poder e de não fragilidade por meio da violência.

Apesar dessas informações estarrecedoras, essa não é uma realidade exclusiva desse período de pandemia global. De acordo com a apresentação do *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020* (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020), ocorreram 266.310 casos de violência contra mulheres somente no ano de 2019, ou seja, 730 por dia, sendo 1 agressão física a cada 2 minutos, o que demonstra um crescimento de 5,2% em relação ao ano anterior. Em uma pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, no ano de 2018, foi constatado que 29% das mulheres entrevistadas declararam ter sofrido algum tipo de violência provocada por um homem, sendo que 67% sofreram agressões físicas; 47%, violência psicológica; 36%, violência moral e 15%, violência sexual. Dentre as mulheres que declararam ter sofrido algum tipo de agressão, 74% das respondentes apontaram o ex ou o atual companheiro, marido ou namorado como autores da agressão e responsáveis pela violência.

Outra informação relevante sobre a realidade brasileira refere-se ao perfil de raça, cor e escolaridade das vítimas de violência contra mulheres, demonstrando uma maior vulnerabilidade das mulheres negras - sendo elas 61% das vítimas, contra 38,5% de brancas, 0,3% indígenas e 0,2% amarelas - e com baixa escolaridade - 70,7% das vítimas cursaram até o ensino fundamental, enquanto 7,3% possuem ensino superior. De acordo com o *Atlas da Violência 2020*, em 2018, uma mulher foi assassinada no Brasil a cada duas horas, totalizando 4.519 vítimas e a cada 6 horas e 23 minutos, uma mulher é morta especificamente dentro de casa (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2020). A prevalência de mulheres negras como vítima de feminicídio também é apontada no *Atlas da Violência 2020* (Ipea, 2020), que analisou os homicídios femininos no Brasil e demonstrou a desigualdade racial a partir da comparação entre mulheres negras e não

negras vítimas de homicídio, no qual 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras e, analisando-se o período entre 2008 e 2018, essa diferença fica ainda mais gritante, no qual a taxa de homicídios de mulheres não-negras caiu 11,7% e a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%.

O Mapa da Violência 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil, encomendado pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil) e elaborado com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), elucidada que o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, que registra os atendimentos do Sistema Único de Saúde (SUS) no campo das violências, demonstrou que a reincidência de atendimento a mulheres que sofreram algum tipo de violência acontece em praticamente metade dos casos de atendimento feminino (49,2%). Além disso, ele evidenciou que o Brasil ocupa a 5ª posição em um ranking de 83 nações sobre casos de homicídios de mulheres. É possível inferir que tal resultado possivelmente aconteça devido ao viés do enfrentamento da violência contra mulheres no Brasil, que ainda é pautado fortemente no sistema de justiça criminal, mas que necessita ser fortalecido em seu caráter preventivo e interventivo, tanto no campo da saúde pública como da educação.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS, 2015) afirma que a violência contra mulheres é um problema de saúde pública, uma questão de desigualdade de gênero e uma grave violação aos direitos humanos. Afirma, ainda, que, além de causar morte e ferimentos, tem consequências em longo prazo, incluindo problemas de saúde mental. Assim, esse fenômeno, presente mundialmente, é considerado pela OMS (2013) um problema de saúde global com proporções epidêmicas.

O enfrentamento da violência contra mulheres como um problema público por parte do Estado brasileiro aconteceu de maneira gradativa a partir do ano de 1985, mas sua efetividade se deu somente no ano de 2006, com a criação da Lei Maria da Penha

(LMP), como uma medida judiciária e legislativa que se utilizava de novos dispositivos para processar e condenar os autores da violência. No entanto, sabe-se que, para alterar essa realidade, é necessário não apenas criar uma nova lei, mas compreender a violência como uma questão complexa e dinâmica, que deve ser enfrentada a partir do desenvolvimento de instrumentos transversais (Instituto de Pesquisa DataSenado, 2016). Ao tentar enfrentar os problemas da violência contra mulheres, sem uma crítica integral, que considere os âmbitos da saúde, da cultura, da sociedade, da economia e da política, pode-se criar um olhar que hipervalorize sentenças judiciais e invisibilize a prevenção, não se enfrentando as questões que, de fato, levam à violência contra mulheres.

O Paradoxo Tratamento - Reeducação - Responsabilização

O processo de propor intervenções voltadas para os homens que cometeram violência contra mulheres é permeado por discussões importantes, principalmente aquelas realizadas pelo movimento feminista, que ressalta o receio de que ações propostas voltadas para os homens desloquem ou venham a usurpar as ações voltadas para as mulheres. O principal argumento é que, ao olhar para os homens, se deixaria de promover ações efetivas para a proteção e o fortalecimento das mulheres vítimas de violência em favor de ações destinadas para os homens, algo recorrente na história da sociedade. Outro ponto central é que haveria a possibilidade da substituição da responsabilização desses homens pelo crime cometido por um *tratamento psicológico*, dando margem para interpretações equivocadas de que algum tipo de psicopatologia teria levado os homens à prática da violência ou de que as intervenções poderiam servir para uma conciliação (Nothaft & Beiras, 2019).

Os países da América do Norte, como Estados Unidos e Canadá, foram pioneiros no desenvolvimento de programas que atendem a homens autores de violência, como o *Emerge* e o *Duluth* (Bernardes & Mayorga, 2017; Lopes & Leite 2013; Nothaft & Beiras, 2019). As intervenções na América Latina se iniciaram nos anos 90 no México e, aos poucos, estenderam-se para outros países, como o Peru, a Argentina, o Brasil e países da América Central (Toneli et al, 2010). As linhas teóricas adotadas por cada programa possuem uma grande diversidade, a ponto de afetarem diretamente os objetivos propostos nas intervenções, o que já seria esperado, por se tratar de um problema social tão marcante e complexo.

Veloso e Natividade (2013) relatam existirem três formatos de intervenção a partir da sua leitura ideológica: a *psicopatologizante/clínica*, a *instrutiva/pedagógica* e a *reflexiva/responsabilizante*. O formato psicopatologizante/clínico, ao meu ver o mais problemático, se concentra no contexto individual e privado dos homens, respaldando erroneamente que a prática da violência se daria por estes serem doentes psiquicamente e que alguns distúrbios de personalidade os fariam cometer a violência. Tal entendimento não é novidade em nossa sociedade, uma vez que, ancorada em discursos médicos e farmacêuticos, patologiza as relações e as manifestações sociais consequentes de uma construção histórica e cultural que pode produzir sofrimento. Tomemos como exemplo o primeiro *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM)*, elaborado pela Associação Americana de Psiquiatria em 1952, que possuía cerca de 100 páginas e 106 descrições de transtornos mentais. Atualmente, o DSM-V, lançado em 2013, tem mais de 300 transtornos tipificados em 992 páginas. Apesar da temática envolvendo a saúde mental no âmbito da Saúde Coletiva, não irei me ater a esse debate. Tais informações demonstram que há uma tendência social de desresponsabilizar a produção coletiva de fenômenos históricos e culturais em prol da culpabilização dos aspectos

individuais, sendo tipificado como transtorno mental questões comportamentais que são consideradas desajustadas do que socialmente é considerado como *normal*, mesmo não sendo algo patológico. Esquece-se (ou finge-se esquecer) que os processos de subjetivação humana se dão de maneira sistêmica, pelas relações, pelo contexto familiar, pela política e economia de cada país, dentre outros fatores. Nessa mesma linha, esse tipo de intervenção no atendimento de homens autores de violência valoriza características e comportamentos individuais dos homens, descontextualizando as dimensões sociais que produzem e reproduzem o fenômeno da violência contra mulheres, correndo o risco de naturalizar a dominação masculina, que socialmente é esperada que seja composta de comportamentos conflitivos e violentos, conforme vimos anteriormente.

O formato *instrutivo/pedagógico* consiste numa prática educacional desses homens, com estratégias de ensino voltadas ao tema, que abordam os tipos de violência (física, moral, psicológica, sexual e matrimonial) e o ciclo da violência. Veloso e Natividade (2013) afirmam ser uma forma interventiva preocupante, uma vez que poderia instrumentalizar os homens para sofisticarem as formas de violência e a subjugação das mulheres na dinâmica relacional violenta. O risco de munir os homens de maneira qualificada sem a certeza do seu processo de responsabilização é levá-los a responder aquilo que é esperado pelas(os) facilitadoras(es) do grupo, sem a correspondência de uma real mudança na relação com a parceira (Billand & Paiva, 2017). Seria possível ainda estender essa argumentação aos operadores do direito, já que o discurso dos homens poderia ser organizado de forma a *burlar* os mecanismos da lei. Assim, é possível perceber que não é apenas provendo informações aos homens que eles alcançariam mudanças nas suas formas de se relacionar.

Por fim, apresento o formato *reflexiva/responsabilizante*, que possui um perfil mais crítico e político a partir da perspectiva de gênero, por entender a necessidade de uma

paridade nas relações de poder. Esse formato, apesar de pouco sistematizado, objetiva criar efeitos de responsabilização nos homens pelo crime cometido e promover novas práticas relacionais se utilizando de reflexões que auxiliem nesse processo. Como destaque, ele rompe com os discursos de vitimização dos homens e de culpabilização da mulher externalizados por esses homens, exercita o seu olhar para compreenderem a perspectiva da vítima e destaca as influências culturais e sociais que reforçam os comportamentos abusivos, contribuindo para a construção de políticas públicas integradas que, de fato, promovam o enfrentamento da violência contra as mulheres (Velooso & Natividade, 2013).

Políticas Públicas Brasileiras e o Atendimento a Homens Autores de Violência

A criação de políticas públicas brasileiras voltadas para a temática de violência contra mulheres se deu inicialmente por meio da concepção da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM) no ano de 2003, no primeiro dia do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tal ato se deu por meio de uma medida provisória e teve, como principal objetivo, desenvolver políticas públicas efetivas para a melhoria da qualidade de vida das mulheres brasileiras. A não existência, até então, de propostas semelhantes demonstra como, ideologicamente ao longo da história, as mulheres foram deixadas de lado na atenção do Estado brasileiro.

A LMP, criada em 07 de agosto de 2006, surge como medida de coibição/prevenção da violência doméstica e familiar, demonstrando assim uma mudança de olhar político, que representa um novo sentido simbólico para a questão da violência contra mulheres. Apesar disso, há algumas fragilidades em seu discurso, seja no pensamento voltado primordialmente para a proteção da família, seja na falta de aspectos

que garantam a não-reincidência da violência pelos homens. Em seu texto, a LMP leva em consideração diversas situações de violência e se refere ao *homem autor de violência contra mulheres* somente como *agressor*. Compreende-se, assim, que o sentido simbólico direcionado para esses homens ao tratá-los exclusivamente como *agressores* é, principalmente, punitivo, não percebendo cada um como uma pessoa integral, dotada de subjetividade, e que, portanto, não pode ser reduzida ao crime cometido. No total, o termo *agressor* é mencionado 19 vezes no texto da lei. No entanto, apenas algumas possibilidades de ações voltadas para ele são sugeridas:

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes.

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: [...] V - centros de educação e de reabilitação para os agressores.;

Art. 45. Parágrafo único. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. (Brasil, 2006, p. 24-26)

Em seu artigo 1º, a LMP destaca que sua criação se dá baseada no Art. 226 da Constituição Federal: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Brasil, 2006, p. 10). No inciso III de seu art. 8º (Brasil, 2006, p. 17), direcionado aos meios de comunicação, apesar de objetivar “coibir os papéis estereotipados que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar”, afirma, antes de tudo, o

“respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”. O que seriam esses valores da família quanto falamos da vida das mulheres? O foco da lei está nas mulheres que sofrem violência ou a interferência do Estado se dá devido ao fato de a família estar em risco? Não poderia a LMP ser apoiada nos artigos da constituição que tenham como foco a dignidade da pessoa humana, independentemente da família? Observa-se, assim, que há uma base *familista* na LMP, ou seja, a valorização da família como uma instituição reprodutora da ordem social, atrelada ao Estado e seus conceitos morais e éticos, que vem antes da integridade da vida dessas mulheres, seguindo a mesma lógica da Constituição Federal. Não se pode esquecer que esse pensamento, que atrela as mulheres reiteradamente a determinado modelo de família (heterossexual/ heteroafetiva/ mononuclear), reforça e reproduz papéis sociais de gênero, especialmente por vinculá-las ao espaço privado, que a destinam às atividades de cuidado doméstico. Assim, apesar de a lei prever ações que garantam a separação de corpos entre o autor da violência e a vítima para preservar sua integridade (medidas protetivas de urgência), mesmo estas sendo facultadas à decisão do juiz (Brasil, 2006), ela não possui um novo modelo de discurso para rompimento do vínculo violento de maneira estrutural, que seria utilizar uma nova lógica focada nas mulheres, independentemente da família.

Outra questão de destaque é a centralização no juiz em decidir se os autores de violência irão ou não participar de um programa de reeducação. Dessa forma, percebe-se no sentido simbólico de seu discurso, que essa medida de reeducação dos autores de violência contra mulheres ainda não é tida como essencial, uma vez que são decididas através da interpretação de cada operador do direito. Acredito que o processo de reeducação dos autores de violência deve ser estendido a todos os homens que cometem a violência, como medida de prevenção de reincidências, que, como vimos aqui antes, ocorrem em cerca de 50% dos casos. Ao não dedicar atenção para esses homens, coloca-

se a vida das mulheres em risco, seja da mesma ou de uma nova parceira. Portanto, não se pode limitar a decisão do “comparecimento do agressor aos programas de recuperação e reeducação” a cargo exclusivo da esfera penal, fazendo parte apenas do cumprimento da sentença, pois o processo de reeducação desses homens deve ser percebido de maneira integral, entendendo que a violência tem o seu caráter multifatorial, afetando inclusive a saúde. Assim, a LMP, deveria conter em seu cerne a proposta de atendimento psicossocial para esses homens, permitindo-lhes a tomada de consciência sobre outras possibilidades do masculino e evitando colocar as mulheres em risco. Nesse sentido, percebe-se que há uma linha limítrofe entre um olhar penal e o olhar psicoeducativo/terapêutico. Digo isto, pois não há uma coerência e/ou concordância entre a LMP e as diretrizes de atenção para esses homens sobre esse aspecto.

No ano de 2011, por meio da SPM, realizou-se a publicação das *Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores*, como “equipamento responsável pelo acompanhamento das penas e das decisões proferidas pelo juízo competente no que tange aos agressores” e que diz logo em seu início:

O termo *serviço* foi utilizado para se referir ao previsto do art. 45 da Lei Maria da Penha que prevê a obrigatoriedade do comparecimento do agressor a programas de reeducação, em contraposição ao proposto no art. 35 que faz menção à criação de Centros de Educação e Reabilitação do Agressor. A concepção de um *centro* traz no seu bojo a ideia de um espaço de *atendimento* ao agressor, semelhante aos Centros de Referência da Mulher e aos Centros de Referência de Assistência Social. Todavia, o objetivo precípua do serviço de responsabilização e educação do agressor é o acompanhamento das penas e decisões proferidas pelo juízo competente no que tange ao agressor. Portanto, o serviço tem um caráter

obrigatório e pedagógico e não um caráter assistencial ou de *tratamento* (seja psicológico, social ou jurídico) do agressor. (Brasil, 2011, p. 1)

Esse documento traz, em seu texto, uma proposta de atividades educativas, pedagógicas e reflexivas que tenham como base uma perspectiva feminista de gênero, promovendo

a conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização pela violência cometida. Juntamente com as demais atividades preventivas - tais como realização de campanhas nacionais e locais, formação de professores e inclusão das questões de gênero e raça nos currículos escolares - o serviço poderá contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero; a transformação da masculinidade hegemônica; e a construção de novas masculinidades. (SMP, 2011, p. 66)

Em contrapartida, esse serviço se restringe ao acompanhamento dos homens processados criminalmente pela LMP e determina que tal trabalho deve estar vinculado diretamente ao sistema de justiça, em que o financiamento dos serviços será realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. Cita a palavra *homens* apenas duas vezes e *agressores* 12 vezes, o que mantém o caráter de estigmatização do sujeito frente à ação cometida. Referente às intervenções realizadas com os homens, faz questão de destacar, em diferentes pontos, que “o serviço não constitui um espaço de ‘tratamento’ dos agressores [...] de atividades referentes ao atendimento psicológico e jurídico dos agressores, à mediação, à terapia de casal e/ou terapia familiar” (SPM, 2011, p. 69), sugerindo o “encaminhamento para programas de recuperação, para atendimento psicológico e para serviços de saúde mental, quando necessário” (SPM, 2011, p. 68).

Essa visão estritamente punitivo-pedagógica pode ser questionada por não abarcar a integralidade do ser-humano. Como se propõe a ensinar ao autor de violência uma nova perspectiva sobre suas ações, se o objetivo precípua do serviço é apenas o acompanhamento das penas e não a garantia da introjeção de uma nova visão de mundo, a fim de que não subjuguem as mulheres como objeto/posse? Percebe-se que falta uma compreensão multifatorial vinculada ao cumprimento da pena, pois essa forma de intervir não contempla a compreensão integral das estruturas sociais patriarcais (Estado, escola, família, igreja, etc.) das quais esses homens fazem parte, entendendo que suas subjetividades estão pautadas em modelos de masculinidades problemáticos e violentos. Para mudar esse cenário, é necessária a responsabilização pela violência cometida, mas também a participação desses homens no processo de mudança, com ações que garantam o diálogo entre a promoção da saúde e a justiça. Enquanto for considerado apenas o cumprimento da pena, retoma-se uma visão do bom comportamento: mesmo que compareçam a encontros semanais por tempo determinado, nada garantirá que o “serviço educativo” aconteceu. Para que haja a construção de novas masculinidades, um dos muitos passos necessários é entender o fenômeno da violência contra mulheres como complexo, estrutural e multicausal e, para lidar com esse fenômeno, é indispensável a criação de medidas que levem em conta uma visão integral e intersetorial a respeito dessas questões, de forma que permeie também as instituições e suas ferramentas de trabalho. Com isso, para o confronto com o patriarcado e o enfrentamento desse modelo problemático de masculinidade exige-se também a transformação radical das instituições sociais (família, escola, leis, etc.), o que também se dá considerando mudanças nessa ordem social, ou seja, no Estado e em suas políticas públicas, que por sua vez são estruturalmente sexistas. Portanto, problematizar e desconstruir esses aspectos institucionais e sociais é também contribuir para a tomada de consciência dos homens

sobre as relações de poder, a fim de transformar e reconstruir os modelos de masculinidades.

Ora, a LMP atribui às equipes multidisciplinares a serem constituídas pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar não apenas o atendimento à mulher e aos filhos, mas também aos autores da violência, oferecendo "orientação, encaminhamento, prevenção" (Art. 30). No entanto, as *Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores* afirmam que o serviço não pode ter um caráter de tratamento psicológico ou social. Percebe-se que os sistemas institucionais, mesmo sendo do âmbito penal, não dialogam entre si, nem mesmo para a criação de políticas públicas que combatam e previnam a violência, auxiliando a ressignificação das masculinidades. Essa discrepância demonstra a desarticulação das ações voltadas para os homens, uma vez que não se propõe a integração dessas ações, articulando uma visão biopsicossocial, que abranja as questões de gênero e promoção de saúde. Destacamos que o nome atribuído a esses serviços inclusive suprime os termos *reabilitação* e *recuperação*, presentes nos artigos 35 e 45 da LMP. Ao simplesmente mencionarem o "encaminhamento para serviços de saúde mental, quando necessário" (SPM, 2011, p. 68), as *Diretrizes* deixam descoberto a efetiva implementação da atenção à saúde mental desses homens, além de não delimitarem a quem cabe a avaliação da necessidade desse encaminhamento, afastando-se das propostas da LMP. Como podem as (os) psicólogas (os) realizarem o processo de responsabilização do "agressor" sem se propor a tratá-los? Como garantir que eles receberão a atenção necessária sem incluir uma visão voltada também para a saúde mental nos serviços que os atendem? Percebemos, portanto, que a proposta de políticas públicas existente possui um caráter mais punitivo do que de conscientização e reeducação desses homens, demonstrando como o sentido simbólico de punição está em destaque e quais visões estão elaboradas em seu interior.

Sabe-se que a existência de políticas públicas, por si só, não muda uma realidade, uma vez que as estruturas sociais reproduzem cotidianamente o patriarcado, mas demonstra como o sentido simbólico de punição está em destaque e quais visões estão elaboradas em seu interior. Porém, a existência de políticas públicas que entendam esse fenômeno de maneira integral e intersetorial funcionam não apenas como uma nova legislação, mas também como novos marcadores sociais, criando uma contranarrativa linguística, estrutural e simbólica de mudança.

Faz-se necessário que os órgãos públicos vejam além da punição, considerando a importância da prevenção de novas violências e a criação de ações que auxiliem seu combate baseando-se também nos conceitos de promoção de saúde. Igualmente é premente a qualificação do debate entre o sistema penal e outras instituições sociais, compreendendo a importância de um diálogo pautado em uma visão integral do homem que comete a violência, que considere os aspectos sócio-históricos relacionados ao tema. A responsabilização dos homens pelo crime cometido é importante para a regulação da convivência em sociedade e também para a garantia dos direitos das mulheres e filhas(os) com que convivem, porém, é ineficiente se isolada de ações psicossociais e socioeducativas para conscientização deles, com a promoção de novas formas de pensar e agir. Nesse sentido, resgatamos uma afirmação da PNAISH, que destaca a importância de perceber como

a integralidade na atenção à saúde do homem implica na visão sistêmica sobre o processo da violência, requerendo a des-essencialização de seu papel de agressor, por meio da consideração crítica dos fatores que vulnerabilizam o homem à autoria da violência, a fim de intervir preventivamente sobre as suas causas, e não apenas em sua reparação. (Brasil, 2009, p. 23)

É nesse cenário que se entende a violência como um assunto de saúde pública e como uma grave violação aos direitos humanos. Destaca-se a importância da construção de diálogos entre diferentes áreas do conhecimento, tais como a psicologia, a educação, a saúde, a assistência social, a justiça, os meios de comunicação, entre outras, para novas políticas públicas, por meio de redes institucionais que promovam a prevenção de comportamentos infracionais recorrentes e conduzam à transformação dessa cultura violenta.

O conceito de promoção da saúde nos auxilia a refletir sobre o fenômeno da violência contra mulheres. Primeiro, porque mostra que é relevante que os processos grupais oferecidos pelos órgãos governamentais atuem de maneira que os homens possam refletir de forma autônoma sobre como suas atitudes violentas estão relacionadas à promoção de sua saúde e de sua comunidade, gerando-se, assim, novas escolhas e possibilidades. Faz-se necessário que as intervenções realizadas contribuam para uma nova produção de sentidos, a partir dessa reflexão sobre si mesmo e sua autonomia, bem como sobre a sociedade, de forma mais ampla. Segundo, sobre o fato de que a promoção da saúde ressalta a elaboração de políticas públicas intersetoriais, voltadas para a melhoria da qualidade de vida das populações, incorporando fatores físicos, psicológicos e sociais (Czernesia & Freitas, 2009) e percebendo a importância da participação de órgãos governamentais de maneira que promovam a saúde. Terceiro, sabendo que a violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública, agregado à desigualdade de gênero e à violação dos direitos humanos, não se pode encarar o problema da violência contra mulheres lidando apenas com as vítimas e sem o envolvimento dos homens. Assim, entende-se como o conceito de promoção da saúde faz sentido, tanto no aspecto da autonomia para entendimento e mudança, como no âmbito social e coletivo, a fim de

que não seja apenas uma proposta interventiva-preventiva, mas que leve em consideração os fatores de risco e de vulnerabilidade, para que, com o engajamento dos homens e da comunidade, ocorra novas configurações de masculinidades, com mudanças nas relações sociais, demonstrando que há outras possibilidades de existência.

Neste sentido, podemos tomar como ilustrativo o paradoxo que existe na participação desses homens nos programas de autores de violência contra mulheres. Por um lado, temos o formato de procura pelo serviço oferecido de maneira compulsório que, definido pela justiça, funciona como parte do cumprimento da pena. Por outro lado, temos o formato espontâneo, que fica a cargo dos sujeitos perceberem que precisam mudar sua forma de agir e por isso procuram as intervenções oferecidas pelo Estado. Sabe-se da necessidade de responsabilização a respeito do ato de violência cometido, porém questiona-se se na participação compulsória as intervenções são eficazes, uma vez que o nível de resistência ao engajamento desses homens no processo interventivo pode ser alto, além de não se estender a todos os homens que cometem violência, mas somente àqueles que a justiça entende que necessitam. Em contrapartida, se as intervenções psicossociais para esse público fossem no formato espontâneo, não se sabe se haveria procura, uma vez que, como demonstrado anteriormente, os homens evitam procurar ajuda ou reconhecer que necessitam aprender a lidar melhor com suas emoções e maneiras de agir. Porém, aqueles que procuram espontaneamente demonstram que estão predispostos ao engajamento e à absorção daquilo que for realizado nas intervenções.

Por isso, outro aspecto de destaque no conceito de promoção de saúde é entender a ideia de autonomia como uma das forças motrizes para a resolução do problema da violência contra mulheres, uma vez que não é possível lidar com tal questão sem o envolvimento dos próprios autores da violência. Sendo assim, faz-se necessário promover a emancipação do sujeito, uma vez que ele, como atuante em sua própria vida, poderá

agir de maneira a promover a mudança em si mesmo e na comunidade em que está inserido, de forma autônoma.

Assim, o conceito de promoção da saúde permite olhar para o tema de maneira estrutural e abrangente, proporcionando o entendimento de que, por meio da participação intersetorial e interdisciplinar, é possível perceber a violência como uma temática que precisa dialogar com a saúde pública para um manejo que produza alguma mudança e também como um recurso para a vida. A violência contra mulheres é endêmica no contexto brasileiro, não sendo algo que nenhuma instituição sozinha conseguirá lidar de maneira eficiente e eficaz. Portanto, necessita-se de transversalidade, fomentando o trabalho em rede entre as instituições governamentais a nível nacional. Faz-se necessário a criação e implementação de políticas públicas efetivas, que levem em conta a complexidade do tema para que, além dos fatores de ação individual com os homens autores de violência que os auxilie na ressignificação de suas masculinidades, haja uma reeducação da população brasileira, por meio do ensino, programas e campanhas publicitárias sobre o tema e articulação dos órgãos estatais, colocando o poder público e a comunidade em diálogo e viabilizando a mudança cultural de maneira interdirecional.

Diante do que foi apresentado até aqui, este trabalho buscou responder a seguinte pergunta de pesquisa: De acordo com a literatura dos últimos 18 anos, quais são os diferentes modelos interventivos (base teórica, técnicas e objetivos) e os resultados de sua utilização no contexto do Brasil e do mundo para a realização de atendimentos voltados para homens autores de violência contra mulheres?

Método

Este estudo se caracteriza como uma revisão integrativa da literatura nacional e internacional sobre o atendimento a homens autores de violência contra mulheres. A revisão integrativa contribui para a *Prática Baseada em Evidências* (PBE), que se fundamenta no desenvolvimento de pesquisas e no uso de seus resultados como diretrizes para a prática profissional. A revisão integrativa procura reunir e sintetizar os resultados da pesquisa sobre um determinado tema, organizando-se de maneira sistemática e ordenada, permitindo uma compreensão aprofundada do tema e a identificação de lacunas no conhecimento que demandem novos estudos (Mendes et al., 2008).

Esta revisão integrativa é parte de uma *Avaliação de Necessidades*, que integra o modelo de Mapeamento Interventivo (do inglês *Intervention Mapping*), que foi desenvolvido por Bartholomew et al. (2006). “Este procedimento é um estudo sistemático das discrepâncias entre como os serviços oferecidos são e como eles deveriam ser” (Bartholomew et al., 2006, p. 194), ou seja, avalia o que existe hoje em determinado serviço e o que ele oferece e faz uma comparação com quais serviços deveriam oferecer/existir e, a partir disso, identifica as lacunas existentes e aponta quais as necessidades de alterações/mudanças e quais as possíveis intervenções que podem ser realizadas. A avaliação de necessidades é utilizada academicamente “para a produção de novas técnicas e conhecimentos em determinadas áreas. É uma importante ferramenta de planejamento e avaliação de políticas assistenciais, sistemas de saúde ou serviço” (Ronzani et al., 2015, p. 160). Esse modelo é fundamental para este trabalho, uma vez que ele permite acessar uma descrição ampla dos atendimentos ofertados a homens autores de violência contra mulheres.

Foram aplicadas as seguintes etapas como protocolo para a execução da revisão integrativa: (a) estabelecimento da questão de pesquisa; (b) estabelecimento dos critérios de inclusão/exclusão; (c) categorização dos estudos; (d) análise crítica dos estudos

incluídos; (e) interpretação/discussão dos resultados; (f) apresentação da revisão integrativa (Mendes et al., 2008; Soares et al., 2010).

Para a elaboração da pergunta de pesquisa, foi utilizada como norteadora a estratégia PICO (**P**aciente ou **P**roblema, **I**ntervenção, **C**omparação ou **C**ontrolado e **O**utcomes - desfecho). Essa estratégia busca auxiliar na delimitação de quais informações podem contribuir para responder à pergunta de pesquisa, focando em seu objetivo e minimizando a realização de buscas desnecessárias (Santos et al., 2007). Sendo assim, de acordo com a estratégia PICO, a pergunta de pesquisa que guiou esta revisão foi: (O) De acordo com a literatura dos últimos 18 anos, quais são (C) os diferentes modelos interventivos (base teórica, técnicas e objetivos) e os resultados de sua utilização no contexto do Brasil e do mundo para (I) a realização de atendimentos voltados para (P) homens autores de violência contra mulheres?

A partir das respostas a essa pergunta, pretendeu-se traçar um panorama dos estudos sobre esse tema, levando em consideração as variáveis dos modelos interventivos, tais como tipo de população, questões socioculturais, o contexto em que os modelos encontrados podem ser mais adequados, dentre outras questões.

Foram consideradas as publicações acadêmicas revisadas por pares, relatórios de pesquisa e trabalhos de eventos científicos publicados no período entre 2000 e 2018, sem restrição de idioma, a fim de garantir a qualidade das publicações e uma maior abrangência de resultados. Não foram considerados elegíveis para análise dissertações, teses, livros e capítulos de livros.

Foram incluídos para análise os trabalhos que abordaram qualquer forma de intervenção voltada aos comportamentos, crenças e sentimentos de autores de violência contra mulheres ou que continham discussão de possíveis formas de atendimento para esses homens, considerando tanto os artigos de caráter empírico como teórico. Foram

excluídos os artigos que tratavam de outros grupos de vítimas de violência, tais como idosos, adolescentes e crianças. Foram excluídos ainda aqueles que falassem acerca de homens autores de violência contra mulheres, porém focando apenas nos dados sociodemográficos e/ou no perfil socioeconômico desses homens ou que abarcassem a saúde deles sem relação com o tema violência contra mulheres. Por apresentarem especificidades que demandaria uma análise pormenorizada, que foge ao escopo deste estudo, também foram excluídos artigos voltados ao estudo de temas de violência cometida contra população LGBTQ+ (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Queer, entre outros), de drogadição, de pessoas em situação de rua ou outro grupo que não abrangesse o público alvo deste estudo.

Foram escolhidas como fonte de busca as plataformas de pesquisa Oasis, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e Scopus. Trata-se de bases de dados primárias multidisciplinares, que abrangem produção científica nacional e internacional.

A plataforma Oasis permite acessar produção científica desenvolvida em instituições brasileiras e portuguesas ou publicada em periódicos editados nesses dois países. Sendo assim, seu resultado se dá majoritariamente em língua portuguesa.

A BVS permite acessar informação e conhecimento em saúde provenientes da América Latina e Caribe nos idiomas inglês, português e espanhol. É vinculada ao Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e à Organização Mundial de Saúde (OMS).

A PubMed é uma plataforma de busca que dá acesso a publicações de biomedicina e ciências da vida da MEDLINE. É vinculada à Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos e apresenta resultados exclusivamente em inglês de trabalhos publicados em mais de 70 países.

Por fim, a Scopus é considerada um dos maiores bancos de dados da literatura acadêmica com revisão por pares. Permite o acesso à produção de pesquisas de diferentes regiões do mundo nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades.

Devido às peculiaridades de cada plataforma, tomou-se o cuidado de interpretar os resultados encontrados de maneiras diversas. Para além do resultado geral consolidado, buscou-se dialogar também com a realidade de cada país, comparando esses países segundo cada plataforma de dados.

As buscas foram realizadas entre 07 de abril e 21 de agosto de 2019. Para realizar o levantamento da literatura, foram utilizados os termos abaixo, além de seus respectivos termos correlatos na língua inglesa, a partir do Thesaurus da American Psychological Association e do rol de terminologias da BVS-Psi, totalizando 12 combinações de palavras-chave:

- a) *masculinidade*;
- b) “*violência contra mulher**”, “*violência doméstica*”, “*violência familiar*” e “*violência intrafamiliar*” como sinônimos;
- c) “*autor* de violência contra mulher**”, *agressor** e *home** como sinônimos;
- d) “*políticas públicas*”;
- e) “*atendimento psicológico*”, “*atendimento psicossocial*” e *atendimento* como sinônimos.

Os termos que terminam com o símbolo do asterisco (*) estão considerando sua forma tanto no singular quanto no plural (ex: *mulher** = *mulher* ou *mulheres*), sendo necessária essa variação para garantir mais possibilidades de resultados. Na plataforma Oasis, foram utilizados os termos em língua portuguesa e, nas demais plataformas (BVS,

PubMed e Scopus), os termos em inglês. Como *string* de busca foram utilizadas as seguintes combinações:

1- *Masculinity AND (Psychological Counselling OR Psychological Assistance OR Counselling OR psychological counseling OR Counseling)*;

2- *Masculinity AND (Perpetrator of violence against wom* OR aggressor OR offender OR male aggressor OR male offender)*;

3- *Masculinity AND Public Policies*;

4- *Masculinity AND Violence against wom**;

5- *Masculinity AND (Domestic violence OR Family violence OR domestic abuse)*;

6- *Violence against wom* AND Public Policies*;

7- *Violence against wom* AND (Perpetrator of violence against wom* OR aggressor OR offender OR male aggressor OR male offender)*;

8- *Violence against wom* AND (Domestic violence OR Family violence OR domestic abuse AND perpetrator OR aggressor OR offender OR male)*;

9- *Violence against wom* AND (Psychological Counselling OR Psychological Assistance OR Counselling OR psychological counseling OR Counseling) AND (perpetrator OR aggressor OR offender OR male)*;

10- *(Psychological Counselling OR Psychological Assistance OR Counselling OR psychological counseling OR Counseling) AND (Perpetrator of violence against wom* OR aggressor OR offender OR male aggressor OR male offender)*;

11- *Public Policies AND (Perpetrator of violence against wom* OR aggressor OR offender OR male aggressor OR male offender)*;

12- *Public Policies AND (Domestic violence OR Family violence OR domestic abuse) AND (perpetrator OR aggressor OR offender OR male)*.

Após os resultados de todas as plataformas, foram excluídos aqueles que eram duplicados. As publicações restantes foram analisadas por meio da leitura do título e do resumo, identificando se elas atendiam aos critérios de inclusão ou de exclusão. Nesta etapa, obteve-se o apoio de três auxiliares de pesquisa, sendo cada uma responsável pelas buscas em uma plataforma em parceria com a pesquisadora responsável.

Para a escolha das auxiliares de pesquisa, foram realizadas entrevistas, a fim de garantir que todas possuíssem um aprofundamento nos estudos feministas e de gênero, o que contribuiria com a estratégia de análise crítica adotada nesta revisão integrativa. Nos dois meses anteriores à essa etapa, foi conduzido um grupo de estudos com encontros semanais de 2h de duração, no qual ocorreram leituras e debates sobre masculinidades e intervenções psicossociais com homens autores de violência contra mulheres, além de serem estudados artigos metodológicos sobre revisão integrativa.

Os resultados de todas as plataformas foram adicionados em uma planilha de Excel com as seguintes informações básicas a serem preenchidas: Título; Autoras(es); Link ou *doi* da publicação; resumo; ano de publicação; parecer da revisora 1 e 2 (se inclusão ou exclusão); nome da plataforma de busca; país da(o) primeira(o) autora(o); se do Brasil, qual a região; e qual a combinação de palavras-chave para aquele resultado.

O processo de busca e seleção de publicações foi realizado por duas revisoras independentes, sendo uma com formação em Psicologia (pesquisadora responsável) e a outra estudante de psicologia (auxiliar de pesquisa). As possíveis discordâncias foram analisadas pelo grupo de estudos para decisão final de inclusão ou exclusão.

Os artigos entendidos como inclusos nos critérios da pesquisa foram recuperados na íntegra para leitura completa e extração das informações relevantes para responder às perguntas de pesquisa. Aqueles que não estavam disponíveis por completo na plataforma de busca, foram solicitados pelo site *Researchgate* para as(os) autoras(es), que os

enviaram em curto período de tempo, não prejudicando em nada os artigos selecionados para inclusão.

Os artigos completos foram analisados com o auxílio da ferramenta *Google Forms* (Anexo 1), em que foram registradas informações sobre o tipo de publicação (teórica ou empírica); ano de publicação (entre 2000 e 2018); país de publicação e, se Brasil, qual a região; plataforma em que foi recuperado; qual o objetivo do artigo; se utiliza a perspectiva feminista e, se sim, quais autoras(es) são citadas(os); se se trata de um artigo quantitativo, qualitativo ou misto; se o artigo cita algum tipo de política pública para os homens e, se citarem, se fazem alguma sugestão de alteração e/ou complemento; quais as principais proposições voltadas para o atendimento a homens e um espaço para acrescentar alguma informação relevante que não foi perguntada.

Se a publicação era de caráter empírico, extraímos as seguintes informações, além das citadas anteriormente: em que instituição os atendimentos eram realizados; a qual setor o órgão que realizou os atendimentos estava vinculado (se justiça, saúde, educação ou comunitário); o nome da instituição; que tipo de profissional realizava os atendimentos; o gênero dessas(es) profissionais; se os atendimentos eram realizados em grupo ou individualmente; se em grupo, se eram exclusivos de homens ou mistos; como os homens eram inseridos nos atendimentos; quantidade de intervenções; qual o objetivo das intervenções; qual a abordagem teórica utilizada; quais as técnicas utilizadas; quais as maiores dificuldades encontradas; quais as sugestões e/ou críticas do artigo sobre os atendimentos; se, de acordo com as(os) autoras(es), os objetivos dos atendimentos foram alcançados. Por fim, avaliamos se aquela publicação continuava atendendo aos critérios de inclusão da pesquisa e se não atendia, que justificasse o motivo.

Os dados deste trabalho foram analisados quantitativamente (análises descritivas) e qualitativamente (análise de conteúdo). As categorias temáticas foram definidas a partir

dos assuntos centrais encontrados reiteradamente nas diversas seções do formulário de análise, o que permite uma melhor análise e interpretação das informações. De maneira integrada, interseccional e transversal, busquei analisar e interpretar os dados obtidos aqui, dialogando as teorias e estudos apresentados nos artigos revisados e as críticas/sugestões das(os) autoras(es) desses artigos com a perspectiva feminista dos estudos de gênero. Essas categorias serão apresentadas e discutidas a seguir.

Resultados e Discussão

Contexto de Produção

Processo de Recuperação dos Trabalhos

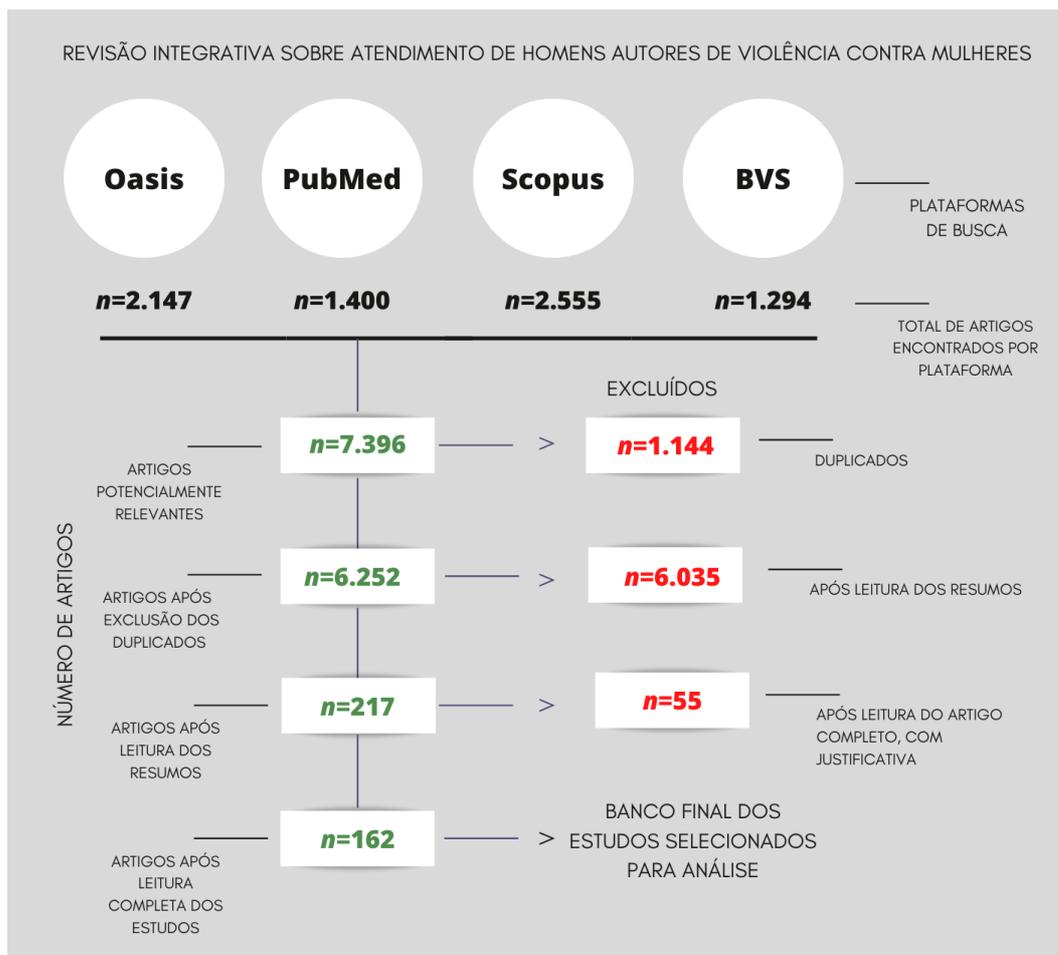


Figura 1. Processo de recuperação dos artigos revisados

Conforme demonstrado na Figura 1, foram recuperados 7.396 artigos e, após a exclusão de 1.144 artigos duplicados, estabeleceu-se, para a análise inicial, o total de 6.252 artigos. Após o processo de leitura dos resumos, 6.035 artigos foram excluídos e restaram 217 que correspondiam aos critérios de inclusão estabelecidos, ou seja, apenas 3,5% abordavam qualquer forma de intervenção voltada aos comportamentos, crenças e sentimentos dos autores de violência contra mulheres ou discutiam possíveis formas de atendimento para esses homens, considerando tanto os artigos de caráter empírico como teórico. Esses artigos foram lidos na íntegra para análise.

Após a leitura desses 217 artigos, 55 foram excluídos por apresentarem revisões da literatura ou por se encaixarem nos critérios de exclusão: avaliação econômica da violência contra a mulher em âmbito geral; estudo com enfoque na vítima e não no autor da violência; análise sociodemográfica que traçava perfis dos homens etc. Restaram, portanto, 162 artigos, que representam apenas 2,2% do total de artigos recuperados inicialmente. Nos artigos empíricos, há sessões com conteúdo teórico, bem como nos artigos teóricos há informações que sugerem algum tipo de técnica ou intervenção, sendo que esses aspectos também foram considerados na análise. É com base nesses artigos que as informações a seguir foram extraídas e analisadas.

Momento de Publicação dos Trabalhos

Os artigos incluídos nesta revisão foram publicados entre os anos 2000 e 2018. Como pode ser observado na Figura 2, entre 2000 e 2007, a publicação variava de um a cinco artigos por ano, sendo que, no ano de 2003, não houve publicação. O ano de 2008 chamou atenção por uma produção maior do que o esperado (12 artigos), tendo em vista que, no ano anterior e posterior, foram encontrados, respectivamente, de 4 a 3 artigos

publicados. Do ano de 2009 (três artigos) para o ano 2010 (21 artigos), notou-se um aumento substancial da produção sobre o tema. Observa-se que, a partir de 2008/2010, a produção científica sobre a violência contra a mulher com foco nos homens aumentou. Nos anos seguintes, manteve-se uma constância na publicação sobre o tema, variando entre um intervalo de 9 e 17 artigos.

VARIÁVEL			
ANO DE PUBLICAÇÃO	A n o	n	%
	■	2000	3
■	2001	3	1,85
■	2002	4	2,47
■	2003	0	0
■	2004	3	1,85
■	2005	1	0,62
■	2006	5	3,09
■	2007	4	2,47
■	2008	12	7,41
■	2009	3	1,85
■	2010	21	12,96
■	2011	9	5,55
■	2012	10	6,17
■	2013	17	10,49
■	2014	12	7,41
■	2015	16	9,89
■	2016	9	5,55
■	2017	15	9,26
■	2018	15	9,26
	TOTAL	162	100

Figura 2. Anos e quantitativos de publicação

Possivelmente, o aumento das publicações nesse período se deu pelo crescimento mundial de debates acerca do papel dos homens na busca pela igualdade de gênero. A

literatura mostra que, a partir dos anos 90, começa uma preocupação dentro do movimento feminista quanto aos homens e meninos, despertando ações globais que colocam o masculino sob a perspectiva dos estudos de gênero (Connell, 2016).

Entre os anos 2000 e 2004, a Organização das Nações Unidas (ONU) teve um papel fundamental. Por meio da 23ª sessão especial da Assembleia Geral, elaborou-se a Declaração Política que responsabilizava e enfatizava que os homens devem se envolver e assumir responsabilidade conjunta para a promoção da igualdade de gênero. A discussão desse tema também foi possível por meio da Comissão sobre a Situação da Mulher (*Commission on the Status of Women* [CSW]), que trazia os homens para o centro do debate sobre violência contra mulheres, ou seja, tirando o foco da argumentação sobre os homens exclusivamente como perpetradores de violência e os tratando como agentes nos processos de igualdade de gênero.

A partir de 2005, há um crescimento de pesquisas sobre as identidades e práticas de gênero dos homens, sobre masculinidades e sobre os processos sociais que as constroem, e ainda a utilização – pela primeira vez – do termo *masculinidade hegemônica*, permitindo o entendimento de que há diferentes construções de masculinidades, o que provocou uma rápida internacionalização dessas discussões (Connell, 2016). Especificamente no Brasil, é possível perceber que, além de seguir os debates mundiais, o aumento das publicações se dá também por duas conquistas no processo de conscientização e discussão sobre a violência contra a mulher por parte do Governo Federal. Em 2006, foi promulgada a LMP - Lei nº 11.340, e, em 2008, foi publicado o documento *Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores*.

Houve uma tendência ao aumento do percentual de produção acadêmica sobre gênero, de maneira geral, a partir de 2000, especialmente em 2005, quando esse tema

representou mais de 25% dos artigos neste período (Aquino, 2006). Notamos que o interesse acadêmico pelo tema *homens autores de violência contra mulheres* cresceu gradativamente a partir do ano 2006, atingindo seu pico em 2010, com 21 trabalhos publicados, e nos anos seguintes, mantendo uma média de publicações significativa, se comparada aos primeiros anos analisados (2000-2005). O mapeamento sobre atendimento a homens autores de violência confirma o crescimento acentuado desse tema na produção científica, especialmente nos últimos oito anos. Assim, as informações obtidas demonstram consonância com o ritmo de crescimento das produções científicas e as iniciativas nacionais e internacionais voltadas para os homens e para as masculinidades, reforçando a importância de mais estudos nessa temática como forma de enfrentamento da violência contra mulheres.

Autoria das Pesquisas

Conforme podemos observar na Figura 2 que se segue, 53,7% (87) dos artigos foram escritos por homens e mulheres em conjunto; 24,1% (39), só por mulheres; e 22,2% (36), somente por homens.

Após a década de 70, os estudos sobre mulheres, como categoria empírica, são atravessados pelos movimentos feministas e passam a dar lugar para os estudos de gênero, como categoria analítica, desconsiderando a ideia de essencialidade biológica e dando foco à construção sociocultural que atravessa a forma de ser no mundo de homens e mulheres. Com isso, houve uma influência direta do feminismo na produção da literatura acadêmica a partir da perspectiva dos estudos de gênero, por meio da produção de pesquisas e do desenvolvimento de políticas públicas (Aquino, 2006). Assim, o interesse das mulheres no enfrentamento das desigualdades nas hierarquias de gênero adentrou,

juntamente com sua participação, o espaço científico de produção de conhecimento, que antes lhe era negado por ser um campo majoritariamente masculino (Souza et al., 2019).

VARIÁVEL			
AUTORIA POR GÊNERO	Gênero	n	%
	■ Homens e mulheres em conjunto	87	53,7
	■ Mulheres	39	24,1
	■ Homens	36	22,2
	TOTAL	162	100

Figura 3. Autoria por gênero

A literatura mostra que a produção científica sobre gênero é predominantemente publicada por mulheres, marcando sua origem no feminismo. Aquino (2006) há cerca de 10 anos atrás apontou que, no Brasil, as mulheres são autoras de 86,0% das teses e 89,0% de dissertações sobre gênero, além de representar 70,5% das autorias principais sobre gênero e saúde. Quando as publicações são da temática de violência contra mulheres e têm o foco nas vítimas, a maior parte da autoria dessas publicações também é feminina (Farias et al., 2019; Frank et al., 2010), uma vez que esse tema também tomou força a partir da década de 70, com a luta dos movimentos feministas, e se tornou um de seus objetos de pesquisa. Não se pode negar que a história do mundo foi narrada a partir de uma perspectiva parcial e incompleta, que, se valendo de uma objetividade científica descorporificada, perpetuou por séculos a não existência dos corpos femininos e colonizados (Haraway, 1995). Assim, na história da nossa sociedade, a "associação

hegemônica entre masculinidade e produção do pensamento científico" é algo inegável (Farias et al., 2019). Com isso, é possível inferir que a luta contra a desigualdade, contra a subjugação das mulheres e o entendimento dos estudos de gênero como categoria analítica da sociedade nunca estiveram no centro dos interesses masculinos ao produzirem conhecimento na ciência. Em contrapartida, com o surgimento dos estudos sobre masculinidades na década de 90, os homens têm se mostrado mais presentes como autores de publicações relacionadas ao gênero (Aquino, 2006; Medrado & Lyra, 2008). Na temática de violência contra mulheres, quando o foco são os homens autores da violência, há a presença significativa dos homens na produção científica, o que é confirmado por meio dos resultados que encontrei aqui. Essa informação corrobora o mesmo resultado descrito por Grossi et al. (2006) em seu levantamento de 30 anos de pesquisa (1975-2005) sobre violência contra mulheres no Brasil.

Farias et al. (2019) apresentam um estudo de 2013 que analisou 5,5 milhões de artigos e 27,3 milhões de autorias e concluiu que 70% da literatura acadêmica mundial é produzida por homens. Apesar de 72% das(os) pesquisadoras(es) do mundo serem homens (UNESCO, 2015), é possível perceber que, para os homens, ao elencarem objetos científicos a serem estudados, há um princípio hierárquico de *importância* dentre os temas. Nesse sentido, esse movimento de distanciamento ou aproximação da temática de gênero deflagra que o olhar dos homens só se volta para a violência contra mulheres, quando eles passam a ser o foco da discussão, ou seja, quando o eixo central é falar deles mesmos, ainda que negativamente, o que demonstra o interesse por aquilo a que eles estão acostumados socialmente: estar no centro e em posição de destaque.

Historicamente, há registros de *apoio* à igualdade de gênero por parte dos homens, no qual muitas vitórias históricas dos movimentos de mulheres foram alcançadas em razão de que os homens que detinham a autoridade organizacional e política da época

colaboraram (Connell, 2016). Um exemplo de destaque internacional no envolvimento dos homens na luta pela igualdade de gênero é a campanha do *Laço Branco*, com sua origem no Canadá, após um massacre de 14 mulheres no ano de 1989. Essa campanha teve o objetivo de sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra mulheres e tem como lema *jamais cometer um ato violento contra as mulheres e não fechar os olhos frente a essa violência* (Empresa Brasileira de Comunicação [EBC], 2016). Outra campanha mundial de destaque foi a *He for She*, que é um convite para que homens de todas as partes do mundo se engajem a favor da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres e das meninas (ONU Mulheres, 2018).

Por outro lado, não podemos nos esquecer que os homens não aderiram a esse tipo de movimento espontaneamente ou por uma expansão de sua consciência sobre a desigualdade de gênero, mas por haver um tensionamento dos movimentos feministas e/ou devido ao interesse político-econômico da época. Se tomarmos como exemplo o direito de votar e ser votada, existia um movimento forte e vigoroso de mulheres sufragistas que pressionavam os partidos socialistas que estavam nascendo nos anos 1860/70. Com isso, forçou-se o debate sobre os direitos das mulheres e fez-se com que Karl Marx e Friedrich Engels, por exemplo, defendessem o direito das mulheres e situassem teoricamente a opressão das mulheres como uma questão histórica (Gregori, 2017; Sempreviva Organização Feminista [SOF], 2015). Tomemos o período da revolução industrial, símbolo central do desenvolvimento do capitalismo, como outro exemplo. Diante da necessidade de mais mão de obra para produção, as mulheres, que antes eram vistas apenas como parte do ambiente doméstico, passaram a ser objeto de interesse da burguesia, sendo incluídas como parte da força econômica do país e *autorizadas* a permear os espaços das fábricas de tecidos, porém com certa diferenciação

em relação aos homens e sem deixarem de cumprir seus afazeres domésticos. Além da invisibilidade já existente da divisão sexual do trabalho, por meio do trabalho doméstico exclusivamente feminino (não remunerado para as mulheres não-negras e mal remunerado para as mulheres negras) e extremamente lucrativo para o capitalismo, esse momento de industrialização foi também um marco para o processo cultural da divisão sexual do trabalho, por demarcar quais tarefas profissionais pagas são exclusivamente masculinas e quais são femininas (Grossi, 2004), com salários inferiores aos dos homens e jornadas de trabalho excessivas e insalubres, com exploração e opressão maiores ainda (Gregori, 2017).

Pouco tempo depois, durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a ausência dos homens nas cidades, por estarem no campo de batalha, fizeram com que as mulheres fossem aceitas em outras áreas de trabalho, além da área têxtil, servindo de mão de obra nas fábricas de armas e munições, na datilografia em repartições públicas, conduzindo ônibus e trens etc. Para as mulheres casadas, foi permitido atuar em repartições de escritórios, o que antes era proibido. Em entrevista ao portal Uol (2015), Margareth Rago afirma que a guerra favoreceu a emancipação feminina indiretamente por tirar as mulheres do ambiente doméstico. Sua relação com a família mudou, mas o capitalismo também enxergou uma oportunidade de crescimento nessa mão de obra. Os homens retornaram da guerra e voltaram a ocupar seus espaços de trabalho, enquanto as mulheres começaram a se organizar em movimentos feministas para garantir direitos iguais.

As informações apresentadas na Figura 3 demonstram a importância, a urgência social do tema e a necessidade imprescindível de que os homens se impliquem significativamente nas discussões e nas práticas emancipatórias de promoção da igualdade de gênero de maneira genuína. É importante que eles se comprometam e apontem aspectos reais de mudança para eles mesmos, para além da cumplicidade

masculina, que se repete quando discorrem apenas sobre o que os homens perdem ao tentarem performar a rigidez social hegemônica que lhe é exigida, sem avançar para os aspectos que eles lucram socialmente, como vemos em tantos grupos reflexivos de homens. Sabemos que a resistência por parte de meninos e homens em mudar as relações de gênero é gritante, principalmente entre os homens mais velhos. Há, ainda, aqueles que aceitam racionalmente a necessidade dessas mudanças, mas que pautam sua prática nas desigualdades. Atingir o objetivo de que os homens abram mão de uma posição social em que lucram constantemente com o privilégio hierárquico para se equiparar àquela posição que é considerada inferior (mulher ou qualquer outra denominação que não a dele) é realmente algo difícil de ser alcançado. Afinal, o que teria de vantajoso para os homens em sair dessa posição de privilégio? Porém, acredito que, para que tal fenômeno ocorra, se fazem necessárias mudanças significativas na cultura, principalmente devido à existência de tecnologias de gênero (Lauretis, 1994) que corroboram a prevalência, manutenção e distorção da existência de uma suposta *supremacia masculina*. Com essa ideologia, diferentes instituições, como a igreja, os saberes científicos pautados apenas na *essencialidade* biológica, as organizações políticas e governamentais, cada vez mais modernizam o discurso para manterem os interesses masculinos. Por isso, é fundamental a participação dos homens no processo de construção de novas possibilidades de masculinidades, o que possibilitaria evitar também a reincidência e a prática do ato de violência contra mulheres, trazendo benefícios para o convívio social.

Origem Geográfica das Pesquisas

Conforme descrito na Figura 4, analisando os dados geográficos, observa-se que os Estados Unidos é o país com mais publicações sobre o tema, representando 30,2% (49)

do total dos artigos. Ele é conhecido como um dos países que mais publica e pesquisa material em relação à saúde psicossocial, além de ser pioneiro na discussão sobre homens e masculinidades e no desenvolvimento de programas que atendem a homens autores de violência, como o *Emerge* de Boston e o *Duluth* de Minnesota (Bernardes & Mayorga, 2017; Lopes & Leite, 2013; Nothhaft & Beiras, 2019).

VARIÁVEL			
PAÍS DE PUBLICAÇÃO	País ¹	n	%
	■ EUA	49	30,25
	■ BRASIL	33	20,37
	■ ESPANHA	24	14,81
	■ INGLATERRA	13	8,02
	■ CANADÁ	10	6,17
	■ AUSTRÁLIA	7	4,32
	■ ÁFRICA DO SUL	4	2,47
	■ MÉXICO	3	1,85
	■ EQUADOR	2	1,23
	■ ÍNDIA	2	1,23
■ ÁUSTRIA, BÉLGICA, COLÔMBIA, ESCÓCIA, FILIPINAS, IRÃ, NICARÁGUA, PERU, PORTUGAL, REPÚBLICA TCHECA, TANZÂNIA, UGANDA, URUGUAI, VENEZUELA E VIETNAM	1 cada =15	9,26	
TOTAL	162	100	
¹ Nos estudos multicêntricos, foi contabilizado o país da(o) primeira(o) autora(o) da publicação.			
PUBLICAÇÕES DO BRASIL	Região	n	%
	■ Sudeste	12	36,36
	■ Nordeste	10	30,30
	■ Sul	5	15,16
	■ Centro-Oeste	3	9,09
	■ Norte	3	9,09
TOTAL	33	100	

Figura 4. País e região de publicação

Em seguida, o Brasil aparece com 20,3% (33) do total dos artigos. A escolha pelas plataformas Oasis e BVS pode ter influenciado fortemente esse resultado, pois são plataformas científicas cuja maioria dos artigos são publicados em língua portuguesa a partir de pesquisas conduzidas no Brasil. A Espanha aparece em terceiro lugar, com 14,8% (24) das publicações, seguida da Inglaterra, com 8% (13), e do Canadá, com 6,2% (9).

Tratando-se do Brasil (33 artigos), a maior produção científica sobre o tema em questão se encontra no Sudeste (12 artigos) e no Nordeste (10 artigos), seguidos do Sul (5 artigos), Norte e Centro-Oeste (3 artigos cada). Grossi (2006) já apontava o Sudeste e o Nordeste como lideranças nacionais em produções sobre violência de gênero, assim como Aquino (2006), que, retratando a tendência geral da atividade científica no Brasil, constatou que a concentração regional de produção sobre gênero também seguia a mesma ordem percentual Sudeste, Nordeste e Sul. Historicamente, o desenvolvimento das regiões brasileiras se deu de maneira desigual. Com isso, o padrão regional da distribuição de publicações científicas e das(os) pesquisadoras(es) é altamente concentrado na região Sudeste, por ser uma região favorecida pela concentração de universidades e institutos de pesquisa historicamente consolidados. Chama a atenção o Nordeste com praticamente a mesma quantidade de artigos publicados que o Sudeste.

Os relatórios trienais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) apontam que tem havido a desconcentração regional da produção científica no país ao longo do tempo, por meio da redução gradual da hegemonia da região Sudeste. A produção científica tem migrado principalmente para as regiões Sul e Nordeste (Sidone et al., 2016). Atualmente, o Nordeste ocupa o 2º lugar na produção científica sobre o tema. Em contrapartida, também foi, entre 2007 e 2017, a região com

maior aumento percentual no número de homicídios de mulheres no país, com estados como o Rio Grande do Norte registrando um crescimento de 252,4% nos números de feminicídio (Atlas da Violência, 2019; Ipea & FBSP, 2019).

Discutir a origem das publicações se mostra importante, pela diversidade dos tipos de intervenções oferecidas aos homens autores de violência, no entendimento da temática violência contra mulheres, bem como pelas variações culturais entre os países. As diferenças podem ser observadas nos órgãos responsáveis pelos encaminhamentos, na abordagem predominante, nos objetivos dos atendimentos e em outras características relacionadas às intervenções. Nesta seção, apresentarei brevemente as diferenças entre os resultados dos EUA, do Brasil e da Espanha, uma vez que, nas demais sessões, considereirei os resultados gerais para a discussão.

No Brasil, dentre os 24 artigos empíricos, os atendimentos foram realizados majoritariamente por instituições governamentais e por pesquisadoras(es) ligadas(os) a universidades, sendo que independente de quem realizou os atendimentos, os encaminhamentos foram oriundos da justiça. Nos EUA, dos 31 artigos empíricos, em 15 os atendimentos foram realizados por instituições governamentais, sendo a origem predominante dos encaminhamentos à justiça e as instituições comunitárias. Na Espanha, os atendimentos foram realizados principalmente por pesquisadoras(es) ligadas(os) a universidades, sendo que os encaminhamentos provieram sobretudo da justiça.

Os tipos de atendimento no Brasil dividiram-se de forma equânime entre atendimentos individuais, em grupo ou com as duas modalidades juntas. Já nos EUA, a maioria é realizada em grupo. Dos 20 artigos empíricos de origem espanhola, as intervenções foram realizadas em grupo em sete deles, individualmente em quatro e com as duas modalidades juntas em sete.

Sobre os atendimentos compulsórios ou espontâneos, no Brasil (11 compulsórios *versus* 7 espontâneos) e na Espanha (12 compulsórios *versus* 7 espontâneos), os atendimentos compulsórios foram maioria, porém com pouca diferença numérica ($\cong 37\%$) em relação aos atendimentos espontâneos. Já nos EUA (12 compulsórios, 6 espontâneos e 6 com as duas formas) a diferença na quantidade de atendimentos espontâneos e compulsórios foi de 50%, além dos artigos que citaram a aceitação de homens das duas formas de encaminhamento.

Sobre a quantidade ideal de encontros na intervenção com homens, em nove do total de artigos brasileiros, a quantidade de atendimentos variou de 11 a 20 encontros. Nos EUA, houve uma variação maior, não sendo possível precisar uma quantidade de encontros que se destaque. Na Espanha, as intervenções apresentaram predominantemente mais de 20 encontros.

A maior parte dos artigos brasileiros não cita a abordagem teórica utilizada (18 deles). Nos de origem norte-americana e espanhola, tivemos a presença preeminente da abordagem cognitivo-comportamental (EUA=13 e Espanha=10), associada ou não à perspectiva feminista. Porém, grande parte dos artigos (n=40) também não citou qual abordagem utilizaram.

Os objetivos dos atendimentos no Brasil incluíram responsabilizar o autor pelo crime cometido e promover mudanças de atitude; desenvolver trabalhos socioeducativos para abordar questões de gênero ligadas à masculinidade e virilidade; proporcionar autoconhecimento; tratar sobre uso abusivo de álcool e drogas; possibilitar o entendimento de como se dá a relação conjugal e os episódios de violência; e promover a redução do comportamento violento.

Os atendimentos dos EUA relataram objetivar desenvolver habilidades de comunicação interpessoal e reconfigurar o sistema de atitudes, crenças e comportamentos

de abuso de poder e controle e de sexismo; abordar questões de abuso de substâncias; entender o efeito que suas ações tiveram na parceira; responsabilizar o homem e proteger a vítima; desenvolver habilidades de autoconhecimento e de manejo da raiva; quebrar padrões de masculinidade hegemônica; igualar o equilíbrio de poder entre os homens e suas cônjuges; incentivar os homens a refletir sobre suas experiências de violência sexual e violência doméstica; e promover mudanças na autoestima, empatia, *locus* de controle, perspectivas pessoais e sofrimento do participante.

Os artigos espanhóis relataram a necessidade de promover nos homens a aceitação de pensamentos e sentimentos machistas; responsabilizar os homens pela violência cometida e proteger a vítima; fortalecer os componentes da inteligência emocional como percepção, compreensão e regulação das emoções, trabalhando diferentes variáveis da violência de gênero relacionadas à inteligência emocional; identificar a existência de pensamentos distorcidos sobre a violência; orientar e proporcionar reflexões sobre a relação entre ser masculino e a violência; facilitar a mudança de comportamentos e atitudes em relação às mulheres e evitar reincidência; desenvolver maneiras diferentes de lidar com conflitos e relacionamentos; eliminar expectativas errôneas sobre o uso de álcool e fornecer informações realistas sobre seus efeitos; reduzir os fatores de risco e aumentar os fatores de proteção para o comportamento violento considerando quatro níveis de análise: individual, interpessoal, situacional e macrossocial; e modificar os déficits cognitivos e comportamentais relacionados à violência praticada por cada paciente.

Vemos que as principais diferenças passam pela abordagem utilizada, que atravessam os objetivos das intervenções. Os países com utilização majoritária da abordagem cognitivo-comportamental, EUA e Espanha, visam sobretudo alterações em aspectos individuais, considerando a possível existência de déficits cognitivos e

comportamentais, os pensamentos distorcidos sobre questões de gênero e a reconfiguração do sistema de atitudes, crenças e comportamentos do autor da violência. Em contrapartida é possível ver algumas similaridades de objetivos entre os três países como: responsabilizar o autor pelo crime cometido, promover redução do comportamento violento, refletir sobre questões de gênero ligadas às masculinidades e abordar o uso abusivo de substâncias como álcool e outras drogas.

Dos 33 artigos brasileiros, somente seis (1,8%) não utilizaram a perspectiva feminista, sendo que 29 (87,9%) utilizaram a metodologia qualitativa. Dos 49 artigos norte-americanos, 30 (61,2%) não utilizaram a perspectiva feminista, sendo que 26 artigos (53,1%) eram qualitativos, 12 (24,5%) mistos e 11 (22,5%) quantitativos. Dos 24 artigos da Espanha, 13 (54,2%) não utilizaram a perspectiva feminista, sendo 10 (41,7%) quantitativos, 8 (33,3%) qualitativos e 6 (25%) mistos.

As publicações brasileiras se concentraram principalmente entre 2008 e 2018. As norte-americanas, entre 2006 e 2018 e as espanholas, entre 2010 e 2018.

Percebemos assim uma tendência de encaminhamento a intervenções oriundas da justiça nos três países, com um acréscimo de instituições comunitárias nos EUA. Além disso, é possível notar que há preferência para atendimentos na modalidade em grupo ou mista (individual e em grupo combinadas) e que as(os) pesquisadoras(es) vinculadas a universidades possuem um papel fundamental para a realização das intervenções ou sua sistematização. Observa-se que o atendimento compulsório se destaca, mas há também a presença significativa dos atendimentos espontâneos. Em relação à quantidade de encontros, não há um consenso de qual seria a quantidade ideal, mas é possível perceber que a tendência entre os países é de 10 encontros ou mais. A abordagem cognitivo-comportamental tem uma prevalência nos programas mais tradicionais, porém muitos artigos não citam qual abordagem utilizam, dificultando a avaliação de outras

possibilidades. Há a presença comum de objetivos dentre os países, que incluem a responsabilização pelo crime cometido, a abordagem do uso abusivo de álcool e drogas, a reflexão sobre as relações de gênero, a masculinidade e a violência; e a promoção da redução do comportamento violento. Devido à Espanha e aos EUA utilizarem principalmente a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), observamos objetivos muito próximos dessa abordagem, como reconfigurar o sistema de atitudes, crenças e comportamento sobre a violência, promover aceitação de pensamentos, identificar a existência de pensamentos disfuncionais sobre a violência e abordar os déficits cognitivos e comportamentais (raiva descontrolada, dificuldades emocionais, distorções cognitivas, baixa autoestima e déficits de comunicação e resolução de problemas) relacionados à violência praticada. Percebe-se a presença massiva da perspectiva feminista nas produções brasileiras, sendo que, nas produções espanholas, sua utilização ainda está em crescimento, uma vez que ela aparece em pouco menos da metade dos artigos. Chama a atenção a ausência significativa da perspectiva feminista nos artigos de origem norte-americana, sendo que somente 38,8% a utilizam. Esse tema será abordado em uma sessão exclusiva. Em relação ao período de publicações, observa-se uma escalada de crescimento, culminando numa maior quantidade de publicações nos últimos 10 anos. Saber a origem geográfica dos estudos desse tema é central para que eles sejam analisados por meio de um olhar crítico, considerando as divergências entre os tipos de intervenções realizadas e os modelos e técnicas desenvolvidas segundo o contexto social e cultural de seus respectivos países.

Método das Pesquisas

No que se refere à abordagem metodológica, 61,7% (102) dos trabalhos são qualitativos; 21% (36), mistos; e 17,3% (24), quantitativos. Das 162 publicações, 66% (107) são empíricas e 34% (55) são exclusivamente teóricas. Com isso, vemos a presença prevalente do uso da abordagem qualitativa para o tema homens autores de violência contra mulheres. Por muitos anos houve críticas, hoje não tão frequentes, sobre a falta de padronização e de método ou ainda uma *instabilidade* nos critérios de confiabilidade ou legitimidade dos procedimentos adotados por esse tipo de pesquisa (Braun & Clarke, 2006). Nesse sentido, Morrow (2005) recomenda às(os) pesquisadoras(es) qualitativas(os) que fundamentem a pesquisa não apenas na base teórica escolhida, mas também em critérios rigorosos de confiabilidade que serão comunicados juntamente com os passos que serão seguidos. Já Creswell (2010, p. 231) traz o exemplo de Miller (1992), que afirma que "a(o) pesquisadora(o) qualitativa(o) busca a credibilidade, baseada na coerência, no insight e na conveniência instrumental, e a fidedignidade por meio de um processo de verificação, em vez de por meio de medidas tradicionais de validade e confiabilidade". Com isso, os trabalhos qualitativos se diferenciam por possuírem a característica de adotarem perspectivas críticas, desafiando e questionando suposições objetivas e normas tradicionais para o direcionamento da pesquisa. Normalmente a pesquisa é articulada com alguma lente ou perspectiva teórica como: discursos de raça, teoria crítica, perspectivas feministas, teoria queer, etc., que moldam as perguntas formuladas e, a partir dos dados analisados, proporcionam um chamado à ação ou à mudança (Creswell, 2010). Braun e Clarke (2006) destacam que a liberdade teórica na pesquisa qualitativa permite que a análise temática, por exemplo, passe a ser uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que potencializa uma análise de dados rica e detalhada, embora complexa. A abordagem qualitativa vai considerar questões importantes como a história, a cultura, o *status* socioeconômico, o gênero e a

geolocalização, dentre outras, além de não negar a possibilidade de que há uma seleção intencional do objeto de estudo (Creswell, 2010).

Nos estudos quantitativos, a(o) pesquisadora(o) apresenta uma proposta de projeto experimental ou de levantamento, determinando as variáveis que irá testar, os instrumentos e procedimentos e hipotetizando possibilidades de resultados para sua pergunta de pesquisa. Dois aspectos fundamentais para esse tipo de abordagem é garantir a validade e a confiabilidade da pesquisa (Creswell, 2010). Para interpretar os resultados, as informações encontradas são observadas a partir da análise estatística para testar as questões e hipóteses de pesquisa.

Já os métodos mistos se desenvolvem com a combinação, como o próprio nome já diz, dos pontos fortes da abordagem qualitativa e quantitativa, ou seja, envolve suposições filosóficas e é mais do que a coleta e análise de dados. A força desse tipo de abordagem é a de que pesquisar utilizando o método qualitativo ou quantitativo isoladamente seria enfraquecer a potencialidade que as duas abordagens juntas oferecem. Possui uma natureza interdisciplinar e pode proporcionar uma maior compreensão dos problemas de pesquisa por utilizar múltiplas formas de coleta e análise dos dados (Creswell, 2010).

Conforme demonstrado, cada abordagem possui características específicas que podem favorecer (ou desfavorecer) novos resultados de acordo com cada pergunta de pesquisa. É possível perceber essas diferenças até mesmo no objetivo de cada artigo sobre homens autores de violência.

Nos estudos quantitativos, houve a prevalência de artigos que focaram em uso de testes psicológicos, relação entre as atitudes masculinas e a violência contra mulheres, aspectos emocionais e psicológicos dos homens, aspectos dos participantes x abandono/reincidência/mudança, capacidade de responsabilização e eficácia da intervenção, conforme detalhamento a seguir:

1. *Uso de testes psicológicos, pré e pós intervenção, com intuito de perceber mudanças em aspectos dos autores de violência.*
2. *Relação entre as atitudes masculinas e violência contra mulheres:* aspectos emocionais, buscando explorar as percepções, normas, crenças e atitudes masculinas em relação à violência contra as mulheres;
3. *Aspectos emocionais e psicológicos dos homens:* avaliar e perceber a influência de eventos estressantes no ajustamento psicológico (autoestima, sintomatologia depressiva, personalidade, etc.) dos autores de violência;
4. *Aspectos dos participantes X abandono/reincidência/mudança:* analisar variáveis entre características dos homens (uso de álcool/drogas, escolaridade, etc.) e a propensão para nível de mudança/reincidência/taxa de abandono;
5. *Capacidade de responsabilização:* analisar, diferenciar e explicar a percepção da gravidade da violência praticada, a aceitação de responsabilidade e o risco de reincidência;
6. *Eficácia da intervenção:* analisar características dos programas e a eficácia da intervenção

Os artigos qualitativos e mistos apresentaram uma variação maior de objetivos, se concentrando entre tipos de métodos e abordagens psicológicas, percepção da violência praticada e aspectos emocionais/psicológicos, relação entre masculinidades e violência contra mulheres, percepção dos homens sobre os programas pós intervenção, eficácia das intervenções x reincidência/abandono/mudança, questões raciais e violência contra mulheres, percepção e postura das(os) facilitadoras(es) frente aos homens autores de violência e políticas públicas, conforme vemos a seguir:

1. *Tipos de métodos e abordagens psicológicas:* Compreender o uso e as dificuldades relacionados a diferentes tipos de métodos (*time-out*, grupos

- reflexivos) e abordagens (abordagem centrada na pessoa [ACP], abordagem social e psicológica, psicoeducativa, cognitivo-comportamental, comparação de diferentes abordagens);
2. *Percepção da violência praticada e aspectos emocionais/psicológicos*: analisar a percepção dos homens e os fatores psicológicos que contribuem para a prática da violência;
 3. *Relação entre as masculinidades e a violência contra mulheres*: examinar o contexto familiar dos papéis sociais dos homens e problematizar a naturalização da essência agressiva do homem autor da violência e
 4. *Percepção dos homens sobre o programa para autores de violência pós intervenção*: conhecer a percepção e avaliação dos homens sobre o impacto da intervenção em suas vidas;
 5. *Eficácia das intervenções x reincidência/abandono*: identificar, descrever e analisar a gama de processos de mudança na vida dos homens pós intervenção que contribuem para a eficácia dos programas, apresentando formas de avaliação da eficácia e os resultados das razões do abandono e reincidência;
 6. *Questões raciais e violência contra mulheres*: (a) analisar de maneira interseccional as masculinidades negras e suas percepções em relação à suas participações num programa de violência contra mulheres; (b) discutir como as mulheres afrodescendentes são mais afetadas pela violência doméstica;
 7. *Percepção e postura das(os) facilitadoras(es) frente aos homens autores de violência*: (a) analisar posicionamentos e argumentos construídos por profissionais acerca dos serviços oferecidos aos homens; (b) acolhimento como componente da relação terapêutica; (c) explorar a necessidade de as(os) facilitadoras(es) realizarem as intervenções de uma maneira culturalmente

sensível; (d) explorar alguns dos problemas que as facilitadoras femininas enfrentam ao aconselhar homens autores de violência contra mulheres;

8. *Políticas públicas*: (a) estudar a concepção e gestão das políticas sociais na perspectiva da participação e responsabilização masculina; (b) discutir sobre as tensões na implantação de grupos reflexivos com homens; (c) realizar a formação de servidores públicos e líderes comunitários sobre masculinidades para a formulação e execução de projetos sociais, educacionais ou de comunicação voltados para os homens; (d) relatar uma estratégia de campanha de marketing social sobre a violência masculina contra as mulheres para estimulação da adesão a um novo serviço local para homens autores de violência.

Podemos ver que, algumas perspectivas sobre esse tema só são pesquisadas quando se trata de estudos qualitativos ou mistos, tais como a percepção dos próprios homens sobre os programas interventivos, o debate entre questões raciais e a violência contra mulheres, percepções e postura das(os) facilitadoras(es) frente aos homens autores de violência e diversos aspectos que envolvem as políticas públicas. Apesar das diferenças evidenciadas entre os estudos qualitativos, quantitativos e mistos, podemos notar ainda que eles possuem alguns objetivos de pesquisa em comum, tais como a eficácia das intervenções x reincidência/abandono/mudança, relação entre as masculinidades e a violência contra mulheres, percepção da violência praticada e aspectos emocionais/psicológicos dos homens. Tais semelhanças demonstram que, independente da modalidade do estudo (qualitativo, quantitativo ou misto), existem aspectos considerados essenciais a serem pesquisados dentro da temática de intervenções voltadas para autores de violência contra mulheres.

Atendimentos

Abordagem Teórica e a Perspectiva Feminista nos Atendimentos

Há um consenso de que o objetivo dos atendimentos deve ser a redução de comportamentos violentos e de reincidência, entretanto ainda há discordâncias em como se deve alcançar esse objetivo. As principais discussões mostram que a forma mais efetiva de reduzir a violência a longo prazo seria a responsabilização dos homens. Isso os tornaria capazes de perceberem seus atos e creditarem sua responsabilidade a si mesmos e não às vítimas, sendo um grande fator para a mudança de comportamento. Mas qual seria a abordagem ideal para chegar nesse objetivo? A perspectiva feminista é essencial para alcançá-lo?

A abordagem teórica mais mencionada para a realização dos atendimentos foi a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), citada em 30% dos artigos. Tal informação pode ser vinculada à grande produção norte-americana, já que é o país que apresentou maior número de resultados nesta pesquisa. Os Estados Unidos é um país em que a TCC é predominantemente usada nos atendimentos aos homens autores de violência (Taylor & Barker, 2013).

No entanto, a maioria dos artigos (56%) não cita a abordagem utilizada. Os 14% restantes citaram abordagens variadas, como Psicodrama, Psicanálise, Sistêmico-Ecológico, Psicologia Histórico-Cultural e Pedagogia Libertadora.

Apesar de ser considerada por essa pesquisa como central para a discussão do tema, a perspectiva feminista e os estudos de gênero e masculinidades foram usados em somente cerca de 59% dos artigos. As(os) autoras(es) mais citadas dentre todos os artigos foram Raewyn Connell (41 artigos), seguido de Heleieth Saffioti, Joan Scott, Judith

Butler e Pierre Bourdieu, sendo que todas(os) são as(os) mais reconhecidas(os) internacionalmente pela produção científica sobre gênero e masculinidades.

A utilização das teorias feministas nas intervenções ainda é controversa e integram principalmente os programas presentes na América Latina (Beiras, 2014; Rothman et al., 2003; Toneli, 2007) ou em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil (Beira et al., 2019). Vale lembrar que há diferença entre se ter uma perspectiva de gênero para a leitura do fenômeno da violência contra mulheres e se assumir uma abordagem feminista nas intervenções. Muitos artigos, apesar de entenderem e apresentarem em seu texto a importância de se considerar a desigualdade social/hierarquização das relações sociais de poder entre homens e mulheres, ao falarem das intervenções, não mencionam como usam e como aplicam essas ideias nos programas.

Parte das intervenções se distanciam do feminismo, priorizando uma tentativa de mudança de atitudes e comportamentos, mas nem sempre promovendo reflexões sobre por que os homens praticam a violência. Há artigos que acreditam que o distanciamento do feminismo é importante, pois, segundo eles, não há evidências empíricas de que essa abordagem promova uma diminuição efetiva da violência. Entretanto, concomitantemente, defendem que devem ser consideradas as diferenças de gênero ao serem criadas as intervenções, mesmo que elas não se tornem pautas dos encontros. Crane e Easton (2017), por exemplo, afirmam que as intervenções com viés feminista não possuem suporte empírico, objetivando mais uma responsabilização do que um tratamento em si. Para eles, o que deveria ser proposto é um tratamento mais individualizado para cada caso, incluindo atendimentos de casal e outras demandas necessárias, como abuso de substâncias.

Por outro lado, parte dos programas acreditam que, para que haja uma diminuição efetiva e duradoura da violência, os programas devem promover discussões que incluam

temas de gênero e masculinidades nas intervenções. Nesse sentido, os programas seriam mais educacionais e reflexivos, propondo que os homens devem entender por que usam a violência para que possam, por fim, diminuir seu uso.

Outra parte dos programas entende que intervenções individualizadas e adaptadas para cada homem e sua história seriam a forma mais eficiente de diminuir a violência. O modelo Duluth, por exemplo, é o mais disseminado atualmente. Ele é um programa de intervenção de abordagem feminista com objetivo de ajuste de atitude, objetivando que os homens admitam sua posição de privilégio e poder sobre as mulheres. Ele ocorre majoritariamente em formato de grupo e envolve discussões e questionamentos sobre masculinidade violenta, reeducando os homens sobre como serem mais igualitários em seus papéis sociais. Trata-se, porém, de um programa caracterizado por um viés cognitivo-comportamental, o qual recebe críticas mesmo quando adota uma perspectiva feminista, por ser considerado reducionista ao abarcar a complexidade do que é a violência contra a mulher.

Acredito que a omissão/distanciamento de quase metade das publicações (41%) recuperadas nessa pesquisa surge da crença de que partir da perspectiva feminista como base/lente da visão de mundo e do sujeito para produção de conhecimento pode enviesar o estudo ou atribuir-lhe um caráter não científico. Tal pensamento existe desde que os estudos de gênero adentraram nos espaços acadêmicos nos anos 80 propondo modificações metodológicas (Ketzer, 2017). Conforme debatido anteriormente, os espaços acadêmicos tinham como premissa a lógica positivista como condição para se fazer ciência, exigindo neutralidade, universalismo e objetividade, o que resgata os padrões masculinistas de suposta racionalidade (Bandeira, 2008). Com isso, a Epistemologia Feminista interpelou as narrativas científicas vigentes e propiciou novas práticas de pesquisa nas ciências sociais e naturais (Ketzer, 2017). Porém, apesar dessas

mudanças a partir do movimento feminista, ainda hoje é possível perceber a herança positivista presente nos estudos acadêmicos contemporâneos, o que se alinha com os resultados demonstrados aqui.

Há ainda estudos como o de Brown (2012), que apresenta a perspectiva de que o homem e a mulher praticam igualmente a violência no relacionamento e que ambos podem assumir os papéis de agressores e de vítimas. No entanto, destacam que, mesmo a violência sendo bidirecional, dentre os tipos de violências existentes, as agressões físicas tendem a ser o tipo de violência mais praticadas pelos homens do que pelas mulheres. Sendo assim, as intervenções deveriam incluir o casal, trabalhando além da agressão cometida e focando no relacionamento como um todo (Crockett et al., 2015). Dziewa & Glowacz (2018) afirmam que o envolvimento das mulheres, embora controverso, pode ser útil para intervir com os autores de violência doméstica. Ao mesmo tempo, traz que a participação da vítima, centrado nas responsabilidades do autor da violência, pode favorecer o processo de desistência dos homens, pois o mesmo perceberia que partilha do mesmo universo moral que os demais homens presentes nas intervenções. Assim, o ideal seria considerar a dinâmica do relacionamento do casal e ver o homem como parte de um relacionamento, o que garantiria maior investimento no processo de redução da prática da violência.

Quando agressoras, as mulheres estão, em geral, no papel de autodefesa, a teoria é que ter sido vítima de violência é uma das causas de uma mulher se tornar agressora (Straus, 2014). Para além disso, autoras(es) como Allen et al. (2015) levantam a hipótese de que as mulheres agressoras tiveram tratamento negativo quando crianças por uma figura de cuidado, em particular uma figura feminina.

Intervenções com homens autores de violência mostram resultados positivos, entretanto percebe-se que, quando não são abordadas questões de gênero e construção das

masculinidades, a dinâmica do casal permanece mesmo com uma diminuição da violência física, podendo prevalecer outros tipos de violência, como a psicológica (Padovani & Williams, 2002). Isso evidencia a necessidade de as intervenções abordarem a perspectiva relacional entre gêneros, sem desconsiderar a promoção da saúde em geral (Billand & Paiva, 2017; Bortoli, 2015; Lima et al. 2008; Lima & Buchele, 2011; Vasconcelos, 2011).

Alguns artigos ressaltam a importância de que, independente da abordagem, deve-se considerar as diferenças culturais nas intervenções e a inclusão da perspectiva de gênero, já que esta permeia aspectos sociais e representa relações de poder desiguais no relacionamento (Ferrez-Perez & Bosch-Fiol, 2016; Parra-Cardona et al., 2013; Riel et al., 2014;).

Com isso, as(os) autoras(es) também falam da importância de mais pesquisas sobre os resultados do uso da perspectiva feminista (Bortoli, 2017; Devaney, 2014; Gadd, 2002; Gondolf, 2011; Surinder, 2006; Torres et al., 2012;). Criticam, ainda, as intervenções focadas nas características e comportamentos pessoais que não consideram as bases sociais da violência e indicam que, no uso da perspectiva feminista, as organizações não governamentais são essenciais para o desenvolvimento das intervenções.

Sobre as diferentes abordagens psicológicas, Gondolf (2011) critica a ideia das novas abordagens alternativas para os homens autores de violência, como atendimento de casais com a vítima e o autor da violência, tipos de atendimento diferentes de acordo com a tipologia dos homens, tratamento psicodinâmico para problemas do apego, entre outros. Seu argumento é que não há evidências de que essas abordagens alternativas sejam melhores para as intervenções e dizem que as abordagens tradicionais não devem ser descartadas (baseadas no gênero, na terapia cognitivo comportamental) sem que haja mais estudos. Outras(os) argumentam que, independente de qual abordagem é utilizada,

os programas precisam de novas técnicas para criação de vínculo com os homens atendidos (Devaney, 2014; Echeburúa, 2013; Gadd, 2002).

Formas de Encaminhamentos dos Homens aos Serviços de Atenção Psicossocial para Autores de Violência Contra Mulheres

No que se refere ao encaminhamento dos homens autores de violência para os serviços de atendimento, de 107 artigos empíricos, 37,38% (40) trazem a participação compulsória, ou seja, quando há uma obrigação legal determinada por um juiz como cumprimento de medida alternativa à prisão pela violência cometida. Em 57,5% (23) desses artigos, a realização dos atendimentos ficava sob responsabilidade de instituições governamentais. A participação espontânea por parte desses homens foi identificada em 33,64% (36) dos artigos, nos quais os atendimentos, em sua maioria (22,4% = 24 artigos), eram realizados em universidades e ONGs. Em 9,35% (10) dos artigos, os homens eram atendidos tanto por encaminhamento compulsório quanto espontâneo. Em 19,63% (21) dos artigos não há essas informações.

VARIÁVEL			
FORMA DE ENCAMINHAMENTO	Encaminhamento	n	%
	■ Compulsório	40	37,38
	■ Espontâneo	36	33,64
	■ Compulsório e espontâneo	10	9,35
	■ Artigo não cita	21	19,63
TOTAL	107	100	

Figura 5. Forma de encaminhamento

Os encaminhamentos são realizados majoritariamente pela Justiça (60,8% = 65 artigos) e/ou por órgãos comunitários (18,7% = 20 artigos), da Saúde e/ou da Educação (9,4% = 10 e 2,8% = 3 artigos, respectivamente). Em 20 estudos (18,7%), as(os) autoras(es) não citaram essa informação.

Acredita-se que as(os) autoras(es) optaram por não fornecer alguns dados por questões éticas, uma vez que seria possível identificar profissionais ou até mesmo usuários dos serviços de atendimento. As informações em comum que não foram apresentadas pelas(os) autoras(es) de artigos empíricos foram: a instituição responsável pelos atendimentos, o órgão responsável pelo encaminhamento e o tipo de profissional responsável pelo atendimento.

Apesar disso, a forma de encaminhamento influencia diretamente os resultados obtidos nos estudos em relação às intervenções realizadas, divergindo em eficácia entre as *intervenções voluntárias*, que são abertas e os participantes dessa modalidade procuram ajuda por conta própria, e *compulsórias*, que são expedidas pela justiça e devem ser realizadas independente da vontade da participação do homem. Apesar das hipóteses criadas sobre esse tema, mais estudos na área precisam ser conduzidos.

Outro ponto abordado em alguns artigos é a dificuldade de os homens autores de violência assumirem a responsabilidade por seus atos, o que se mostra associado à sua resistência em aderir às intervenções propostas pelos facilitadores dos grupos reflexivos e conseqüentemente compromete o sucesso das intervenções (Billand & Paiva, 2017; Moraes & Ribeiro 2012). Com isso, um dos pontos mais controversos nas intervenções realizadas com esse público é propiciar o reconhecimento de suas ações e a vontade de se responsabilizar por elas, o que se torna mais difícil em casos de intervenções

compulsórias expedidas pela justiça. Na maioria dos casos, esses homens não admitem que praticaram violência e se colocam como vítimas da situação.

Outro problema identificado em relação às intervenções compulsórias foi o caráter punitivo de algumas intervenções. Ressalta-se que é necessário pensar em como esses homens reagem às intervenções ao entenderem que estão sendo punidos, com uma política de "tolerância zero", que, muitas vezes, cerca as intervenções compulsórias (Devaney, 2014; Gaad, 2002; Muñoz & Ruiz, 2004;).

A partir da leitura dos artigos, nota-se que o fato de a participação dos homens ser predominantemente compulsória influencia a internalização dos conceitos presentes nas intervenções, pois muitos deles estão ali apenas para o cumprimento da pena, sem interesse em uma mudança pessoal e de perspectiva. As(os) autoras(es) observaram que as intervenções compulsórias podem gerar uma reação negativa nos homens, trazendo em seu discurso a percepção distorcida de que são vítimas do sistema e do empoderamento feminino, por dar poder injustamente às mulheres, o que, para eles, justificaria a motivação das denúncias realizadas (Niekerk & Boonzaier, 2014; Paiva & Vasconcelos, 2015; Prado & Silva, 2017). As(os) autoras(es) destacam ainda que os argumentos de vitimização utilizados por eles caminham juntamente com a naturalização da própria violência, que faz com que encontrem desculpas, justificativas e racionalizações para minimizar os atos violentos (Dempsey & Day, 2011; Niekerk & Boonzaier, 2014; Rodríguez-Espartal & López-Zafra, 2013) e corrobora para se colocarem como vítimas quando sentem que não conseguem cumprir as expectativas e papéis de masculinidade (Nilan et al., 2014).

Por outro lado, quando se fala de participação voluntária, deve-se considerar também que há casos nos quais os homens comparecem às intervenções por influência da família ou da parceira. Assim, mesmo que ele esteja participando dos encontros sem

mandato judicial, pode não haver ainda a vontade de mudar e melhorar seu comportamento. É constatado que os homens com maior motivação para mudar seu comportamento possuem maior comprometimento com a intervenção, internalizam melhor os conceitos e com isso obtêm mais sucesso na redução da prática da violência e reincidência.

Com isso, é notável que falar sobre as formas de encaminhamento desses homens é também falar de um dos principais aspectos que deve ser considerado ao planejar as intervenções: a forma como esses homens chegam ao programa, já que esta tende a influenciar a motivação e receptividade para receber as intervenções que serão realizadas. Os artigos estudados demonstram que os atendimentos são majoritariamente oriundos de encaminhamento compulsório e, devido a isso, percebe-se a necessidade de que os programas interventivos trabalhem a motivação, além dos aspectos ligados à masculinidades, aos conceitos relacionados ao gênero e à violência contra mulheres, para que haja um engajamento real e, com isso, observem-se mudanças efetivas nesses homens.

Modalidades de Atendimentos Ofertadas

Sobre as modalidades de atendimentos, eles acontecem de três formas: exclusivamente individual (13,1% = 14 artigos), exclusivamente em grupo (40,2% = 43 artigos) ou individual e em grupo combinados (22,4% = 24 artigos). Em 26 artigos (24,3%), o tipo de atendimento não foi citado.

O fenômeno da violência contra mulheres é de âmbito social, por questões históricas e culturais construídas pela estrutura patriarcal e, portanto, não pode ser reduzido ao campo individual ou privado. Portanto, compreender a importância da

relação entre hierarquias e assimetrias das relações de gênero como causa da violência contra as mulheres é fundamental para desconstruir a ideia de que o comportamento violento dos homens é natural, considerando assim a discussão no campo da produção e reprodução social (Beiras et al., 2019). Sabendo que as ações violentas praticadas pelos homens possuem relação direta com o modelo social de masculinidade hegemônica vigente, é possível entender por que a psicologia feminista se torna fundamental para proporcionar a mudança na subjetividade desses homens.

No que se refere aos atendimentos realizados em grupo, foram identificados diferentes formatos: (a) somente com homens (73%); (b) misto - homens e mulheres juntas (9%); (c) configurações diversas (9%). Em 9% deles, o artigo não possui essa informação. Dentre as configurações diversas, temos:

- a) Atendimento somente de homens somado ao atendimento somente de mulheres acontecendo em paralelo, porém separadamente, ou seja, sem que os homens e mulheres estejam na mesma intervenção;
- b) Familiar ou conjugal e individual, realizando os atendimentos não só individualmente com os homens, mas também realizando intervenções com a família e/ou cônjuge;
- c) Grupo de casais e grupo de homens, sendo que, além dos atendimentos nos grupos de homens, também são realizados grupos de casais em situação de violência;
- d) Somente do casal;
- e) Grupos somente de homens somados a sessões exclusivas com o casal.

Visto que a naturalização da violência no âmbito doméstico abarca todos os membros da família (Paixão et al., 2018), há pesquisadoras(es) que acreditam que a inclusão da vítima e/ou da família no processo interventivo é benéfico e importante

(Chakraborty, 2018; Souza, 2012), uma vez que as intervenções devem objetivar a transformação das práticas sociais hegemônicas e relacionais baseadas no gênero (Fleming et al., 2018). Há autoras(es) que defendem que é importante incluir as parceiras nesse processo interventivo para informar sobre os riscos, para facilitar o planejamento de sua segurança e para as ajudar a determinarem se vão continuar no relacionamento (Hamberger et al., 2000). Os estudos sugerem que sejam realizadas atividades de apoio separadas para as esposas para que possam se tornar parceiras de suporte nesse processo de transformação de gênero, defendendo que a inclusão das mulheres nesse processo as empodera, dando autonomia de decisão para a reparação da violência que ocorreu (Bletzer, 2012; Hoang, 2013).

A utilização de uma perspectiva relacional na análise da configuração da violência nas relações conjugais é defendida por Cortez et al. (2010) como algo de grande relevância, pois a identificação de pontos compartilhados e destoantes, de concordâncias e contradições nas falas dos casais, possibilita a compreensão de uma dinâmica complexa, que não seria acessível por meio da análise do conteúdo oferecido por apenas um dos membros do casal em situação de violência conjugal.

O uso de terapia de casal em casos que se constata violência doméstica é um tema com muita controvérsia, sendo que algumas(uns) autoras(es) argumentam que a vítima pode não se sentir segura compartilhando o ambiente terapêutico com o parceiro, além de poder ficar implícito a vítima é também responsável pelo ocorrido (Hamel, 2009; Stith & McCollum, 2011), dentre outras problemáticas. Outras(os) autoras(es) defendem o uso da terapia de casal com ressalvas e em casos específicos, devendo ser considerada a gravidade da violência, a explicação do autor sobre a violência, que o casal esteja de acordo sobre os termos da intervenção e que a parte violenta assuma a responsabilidade

e não culpe a(o) parceira(o). Além disso, recomenda-se acionar vários protocolos de segurança e rede de apoio para a vítima (Stith & McCollum, 2011).

Na análise das modalidades dos atendimentos utilizados pelas(os) pesquisadoras(es), foi percebido que eles acontecem majoritariamente em grupos exclusivos de homens, sendo as intervenções em grupo a forma mais comum de atendimento a esses homens. Há a suspeita da sobrecarga dos serviços de atendimento para esse público e, por isso, o atendimento em grupo seria mais eficaz para atender uma maior quantidade de pessoas ao mesmo tempo pelo sistema. Outra possibilidade seria a de que os atendimentos em grupo favorecem o reconhecimento social e a percepção de suas atitudes na fala ou no olhar de outro integrante do grupo, uma vez que o grupo e a interatividade que ele proporciona são instrumentos empregados para a obtenção da mudança (Bechelli & Santos, 2005).

Acredita-se que o formato em grupo gere identificação e troca de experiências entre os participantes e que o contato dos recém-chegados com os participantes mais antigos, nos casos de grupos abertos, é benéfico (Silvergleid & Mankowski, 2006). Outras(os) pesquisadoras(es) reforçam que o atendimento em grupo é importante por dar a esses homens a chance de formar uma rede social dentro do próprio grupo (Lila et al, 2014). Brennan et al. (2016) afirmam que as intervenções em grupo são mais efetivas, quando os homens conseguem criar vínculos entre si e se identificar com as histórias dos outros. Outro benefício foi identificado em grupos com homens em diferentes fases da intervenção, pois aqueles que estavam mais no fim poderiam se identificar com os mais novos e aconselhá-los, o que poderia contribuir para seu próprio processo.

O grupo representa, ainda, a marca do coletivo que permite o reconhecimento do próprio sofrimento no discurso do outro e que permite que ele seja dividido por meio de intervenções que proporcionem o compartilhamento dos relatos e sua discussão entre

pares, ampliando as formas de entendimento e significação de determinadas temáticas e potencializando a organização e ação no âmbito social e coletivo, ouvindo relatos convergentes de homens com histórias e perfis diversos (Billand & Paiva, 2017; Rasera & Rocha, 2010). Com isso, é possível presumir que, quando um atendimento em grupo é exclusivamente de homens, a identificação com um *igual* a si pode favorecer a obtenção de melhores resultados.

Sabe-se que, no Brasil, apesar dos passos lentos e fragmentados, o número de grupos reflexivos para homens tem crescido de maneira geral (Beiras et al., 2019; Papo de Homem, 2018), grupos esses onde homens comuns procuram novas possibilidades de masculinidades. Eles buscam aprender como serem melhores parceiros em um relacionamento, como se permitirem exercer a paternidade de maneira mais responsável, como reconhecer e expressar os próprios sentimentos ou até mesmo se entender como um homem dentro de um grupo racial específico, no caso dos homens negros. Como exemplo, temos o Instituto NOOS (São Paulo), Instituto Papai (Recife), Núcleo de pesquisas em gêneros e masculinidades da Universidade Federal de Pernambuco (GEMA, Recife), Homens em Conexão (Brasília), Diamante Negro (Brasília), Coletivo Sistema Negro (São Paulo), entre outros.

Considero ainda que um fator que está diretamente ligado a uma maior quantidade de atendimentos a homens autores de violência na modalidade grupo exclusivos para homens é a forma de coletividade masculina em que a subjetividade dos homens é construída, o que os faria se sentirem mais confortáveis para aderir às intervenções. Nesse sentido, retomo aqui o conceito dos espaços masculinos *exclusivos* e *monossexuados* (casa-dos-homens), ou seja, o conjunto de lugares nos quais os homens foram educados ao longo de suas vidas e que atribuem serem de uso e/ou de presença exclusiva deles (Welzer-Lang, 2001). Esse espaço das intervenções ocuparia a mesma função e lhes

garantiria a cumplicidade, a segurança e o segredo mútuo dos homens, uma reprodução da casa-dos-homens, o que os levaria a estarem mais predispostos a participarem das intervenções em certa medida. Esse modelo de atendimento pode ser favorável para acessar os homens em suas questões emocionais, porém exige atenção para que não seja mais um lugar de reprodução desse *conforto* masculino e que, ao invés de provocar mudanças e novos modelos de masculinidades, apenas *ensine* formas mais sofisticadas de exercer seu lugar de privilégio e de subjugar as mulheres (Nothhaft & Beiras, 2019).

Por fim, um tema que é debatido em alguns artigos é o tipo de atendimento mais adequado, se em grupo, de casal ou individual, uma vez que existem vários modelos e cada um deles possui suas vantagens e desvantagens. Os modelos de atendimento em grupo têm a característica da troca de experiências entre os participantes. Os modelos individuais têm a característica de potencialmente favorecerem um vínculo terapêutico mais forte. Já os modelos de casal, de maneira geral, não devem ser usados em qualquer ocasião relacionada à violência contra mulheres, uma vez que esse método cabe avaliação por parte do programa se é apropriado ou não, sendo considerado se as duas partes estiverem de acordo, a gravidade da violência entre o casal, a capacidade do autor em assumir a responsabilidade por seu comportamento violento. Essas condições são colocadas porque existe a chance de que haja uma revitimização da mulher que sofreu a violência.

Outros modelos de atendimento são os concomitantes, que usam mais de um tipo de atendimento ao mesmo tempo ou um tipo de triagem individual antes das sessões de grupo, que normalmente aumenta o nível de sucesso das intervenções e o vínculo terapêutico, diminuindo as chances de desistência (Easton et al., 2017; Echeburúa, 2013; Lila et al., 2018; López-Zafra & Rodríguez-Esparta, 2013; Tutty & Babins-Wagner, 2016). As intervenções que usam atendimento individual como uma forma de triagem

antes de inserirem os homens no atendimento grupal têm mais uma vantagem: a de possibilitarem que os participantes com visões culturais similares fiquem juntos nos mesmos grupos, o que mais tarde facilita a coesão grupal e o engajamento dos participantes nas intervenções.

Diferentes Modelos Interventivos para Diferentes Perfis de Homens

Tendo em vista que o tipo e o grau de violência contra as parceiras diferem, Expósito e Ruiz (2010) sugerem o processo de triagem, pois um único tipo de intervenção não é capaz de acolher as multiplicidades de vivências dos homens que utilizam o serviço, fazendo-se necessário ter modelos diferentes de intervenção tanto para os diversos perfis desses homens (Cunha & Gonçalves, 2013) como para os diferentes níveis de gravidade das violências cometidas (Gómez et al., 2017). Gracia e Herrero (2012) trazem que, para que os grupos de atendimento aos homens autores de violência contra mulheres sejam eficazes, é necessário que o grupo seja homogêneo em relação à autoestima dos participantes, uma vez que ela influencia as reações dos homens nas situações de estresse e conflito.

Assim, é possível perceber que os artigos demonstram a importância de uma triagem pré intervenção, uma vez que foram encontrados diferentes perfis de homens autores de violência. Portanto, é recomendado que as intervenções sejam adaptadas para esses perfis, levando em conta as mais diversas características individuais, os aspectos psicossociais dos homens, a gravidade da violência cometida, entre outros fatores. Contudo as(os) pesquisadoras(es) não detalham quais tipos de intervenções seriam mais indicadas para cada perfil (Arias et al., 2013; Cunha & Gonçalves, 2013; Echeburúa & Amor, 2016; Muñoz & Ruiz, 2004).

A Importância do Gênero na Coordenação dos Grupos

Uma pergunta que considero importante é se o gênero das pessoas que coordenam as intervenções influencia os possíveis resultados do processo terapêutico. A literatura sobre como as variáveis de gênero da(o) terapeuta podem impactar a relação terapeuta-cliente é inconclusiva, ao mesmo tempo aponta que os efeitos dessa interação podem ser importantes para o processo interventivo (Tyagi, 2006). No entanto, em 62,7% (42) dos 67 estudos que realizaram atendimentos em grupo, as(os) autoras(es) desconsideram a importância dessa informação e não a citam. Em dois artigos (3%), os grupos foram coordenados por mulheres; em seis (9%), só por homens; e, em 17 (25,3%), por homens e mulheres juntas(os). Não podemos esquecer que o processo terapêutico reflete o contexto vivido na sociedade, já que tanto as(os) terapeutas e os clientes são afetadas(os) pelos estereótipos sociais predominantes dos papéis de gênero. Assim, acredita-se que essa característica pode ser um fator terapêutico relevante, seja no sentido da identificação entre profissional e participantes do programa ou até mesmo dos participantes entre si.

Se os facilitadores são exclusivamente do sexo masculino, vejo a problemática da reprodução do contexto da *casa-dos-homens* com duas possibilidades de interpretação. Na primeira, haveria o conforto para os homens falarem, devido ao processo de identificação e cumplicidade masculina, o que poderia ser visto como positivo por acessar com maior facilidade os aspectos íntimos desses homens. Por outro lado, haveria a preocupação de que um ambiente exclusivamente masculino daria margem para que houvesse uma espécie de permissividade e conivência, não questionando os padrões sociais masculinos como necessário. Essa problemática pode ser exemplificada pelo estudo relatado por Tyagi (2006) sobre um grupo exclusivamente masculino em que os membros lutavam entre desejar fortemente a intimidade emocional com outros homens e

temer a intimidade e a vulnerabilidade que acompanham tal processo. Fica implícito que, em se tratando de grupos coordenados exclusivamente por homens, existe a necessidade de que os facilitadores homens passem também por um trabalho reflexivo pessoal com o objetivo de repensarem a maneira como foram socializados dentro da masculinidade hegemônica enquanto homens (Toneli, 2007), para depois poderem realizar intervenções com os homens autores de violência.

Se as intervenções são realizadas exclusivamente por mulheres, não se sabe se o processo terapêutico pode ser dificultado, seja para os homens participantes, que não se identificariam com as terapeutas como pares, seja para as próprias profissionais ao coordenarem o grupo, que teriam sua função de coordenação no grupo descredibilizada em algumas instâncias. Nesse sentido, Tyagi (2006) afirma que os facilitadores homens não enfrentam essa dificuldade, uma vez que, tradicionalmente, eles têm sido capazes de se estabelecerem como líderes com mais facilidade devido ao seu gênero e que, devido aos estereótipos de gênero, tanto os membros do grupo quanto os co-facilitadores esperam que os facilitadores homens assumam uma posição de liderança por serem homens. "Essa forma de relação dos homens autores com as mulheres coordenadoras não é uma experiência pacífica e confortável, pois, muitas vezes, dentro do contexto grupal, os homens não escutam e/ou referenciam as mulheres coordenadoras" (Velo & Natividade, 2013, p. 57).

Com isso, as facilitadoras mulheres enfrentam ainda a escassez de relatos teóricos sobre essas questões, aos quais poderiam recorrer em seu trabalho clínico (Tyagi, 2006). Tyagi (2006) apresenta ainda uma série de dificuldades que são enfrentadas pelas mulheres como facilitadoras de grupo de homens, tais como reagir com extrema negatividade, raiva e frustração em defesa de todas as mulheres, correndo o risco de serem vistas estereotipadamente pelos membros do grupo como emocionalmente hipersensíveis

ou super reativas; apresentar-se como distante, inacessível e com limites muito rígidos, de modo que os membros percebam a conselheira como indiferente e não genuína; experimentar uma sensação de desespero e desencanto com os clientes e uma perda de fé em sua própria capacidade de fazer a diferença; e sentir que não podem oferecer esperança de mudança para os perpetradores ou suas vítimas.

A autora reforça que, para além da experiência e da habilidade como psicóloga clínica, as mulheres como coordenadoras das intervenções possuem um papel fundamental nas intervenções, principalmente pela consciência de gênero e do que significa ser mulher em uma sociedade dominada pelos homens. Para lidar com essas dificuldades apontadas e melhorar a qualidade de trabalho das facilitadoras mulheres, Tyagi (2006) aponta alguns estudos e sugere que: (a) as supervisões dos atendimentos incluam questões de gênero relacionadas aos autores e à coordenadora; (b) a relação e a dinâmicas de gênero entre as(os) facilitadoras(es) sejam sistematicamente abordadas nas supervisões de equipe, estabelecendo mecanismos de *feedback* para os homens que são co-facilitadores; (c) assegurar que as questões relacionadas a gênero sejam explicadas nas intervenções, incluindo o papel da coordenadora no grupo; (d) garantir que os facilitadores homens estejam cientes do compartilhamento de poder e da dinâmica de gênero nas intervenções; (e) estabelecer rotinas de autocuidado (terapia pessoal, apoio de outros profissionais de saúde mental, etc.); (f) desenvolver um local no ambiente de trabalho para gerar apoio de pares, como um plantão psicológico permanente ou algo semelhante, onde as(os) facilitadoras(es) possam discutir o impacto pessoal de seu trabalho; (g) considerar a possibilidade de *traumatização vicária*⁴ nas(os) facilitadoras(es) ao lidarem com casos em que a gravidade da violência cometida foi alta;

⁴ A chamada traumatização vicária é a experiência de reações psicológicas perturbadoras, dolorosas e prejudiciais, as quais surgem em terapeutas que atendem pacientes com casos graves.

(h) desenvolver redes de pares de outras mulheres que também trabalham com homens autores de violência para *brainstorming* e elaboração de estratégias; (i) realizar treinamento, desenvolvimento profissional e mentoria, incluindo as questões para/sobre mulheres facilitadoras.

Na experiência com intervenções em grupos de homens no Instituto NOOS, onde, por muito tempo, os facilitadores eram exclusivamente homens, há relatos recentes de que eles passaram a incluir mulheres também nesta função, compondo duplas mistas com homens. Os autores explicam que, em geral, os homens relataram como muito positiva a experiência de ter uma mulher participando dos encontros e que, também foi possível perceber que as discussões sobre gênero se tornam mais prementes ao longo dos encontros (Beiras & Bronz, 2016). Tal afirmação corrobora o relato de duas pesquisadoras sobre sua experiência no manejo de grupos de homens autores de violência, no qual afirmam que essa prática deve ser considerada e estimulada. Veloso e Natividade (2013) sugerem que a combinação de uma mulher e um homem na coordenação de um grupo pode ser uma boa estratégia metodológica, o que faria com que os homens assistissem a uma interação equilibrada, que os ajudaria a ter relações de referência e reconhecimento de mulheres assumindo papéis de liderança.

Como demonstrado pelos dados apresentados aqui, é possível inferir que há uma tendência de que a coordenação dos grupos de homens autores de violência sejam assumidas por homens e mulheres, o que corrobora a experiência de Veloso e Natividade (2013) e de Beiras e Bronz (2016). Com isso, percebemos a importância dessa possibilidade de atendimento para auxiliar nos diversos aspectos relacionados às dinâmicas de gênero, uma vez que, de maneira geral, as intervenções voltadas para homens autores de violência tratam de masculinidades e feminilidades, relações de gênero, controle dos homens sobre as mulheres, uso da violência pelos homens e abuso

de poder nos relacionamentos. Considerando a coordenação conjunta de homens e mulheres, o desafio enfrentado seria a dificuldade do grupo em aceitar as intervenções propostas pelas mulheres como legítimas, reforçando o papel de liderança dos homens como tentativa de reproduzir o que socialmente está posto.

A parceria entre facilitadoras(es) homens e mulheres auxiliaria em casos como aqueles em que uma(um) das(os) coordenadoras(es) é acionada(o), tensionada(o) ou tem dificuldade em manejar uma situação com um dos homens do grupo, no qual a outra pessoa pode assumir a liderança ao lidar com isso. Tyagi (2006) destaca que os facilitadores do sexo masculino têm um papel importante a desempenhar na maneira como comunicam seu poder e status como líderes de grupo em relação a suas colegas de liderança, incluindo como eles falam com elas, a distribuição de tarefas, como a liderança é assumida por quem, entre outras possibilidades de comportamentos verbais e não verbais. Esse tipo de situação requer que os facilitadores homens estejam atentos, pois essa maneira de se relacionar com as facilitadoras mulheres pode contribuir para o colapso potencial dos comportamentos do grupo.

Assim, entende-se a necessidade de que os facilitadores homens passem por um trabalho reflexivo pessoal com o objetivo de repensarem sua masculinidade, seja para atendimento de grupos exclusivamente masculinos, seja combinado com uma facilitadora mulher. No caso das facilitadoras mulheres, tanto pela possibilidade de terem sua função de coordenação no grupo descredibilizada em alguma instância ou, no caso da intervenção compartilhada, observarem os comportamentos verbais e não verbais dos facilitadores homens que podem reproduzir relações desiguais e desequilibrar o grupo, é recomendado a construção de estratégias emocionais e de treinamento para lidar com esses obstáculos a serem enfrentados (Tyagi, 2006).

Quantidade de Encontros e Acompanhamento Pós-atendimento (Follow-up)

Sobre a quantidade de encontros que as(os) autoras(es) utilizam nas intervenções, 22,4% dos artigos afirmam que é necessário mais de 20 encontros, 11,2% afirmam a necessidade de 1 a 5 encontros, 10,3% afirmam a necessidade de 16 a 20 encontros, 6,5% de 11 a 15 encontros, 5,6% de 6 a 10 encontros e 43,9% dos artigos não citam. A experiência relatada por Beiras e Bronz (2016) demonstra que se indica um mínimo de 10 a 12 encontros, porém, pelos padrões dos programas internacionais, o ideal seria entre 15 e 30 sessões durante 12 meses, combinando atendimentos individuais e em grupo (Echeburúa, 2013). De maneira geral, a maioria dos programas varia de 10 a 32 sessões (Connors, 2013). Há ainda a sugestão de que o aceitável seria, pelo menos, três sessões em programa de intensidade moderada e 10 sessões em programa de alta intensidade, com sessões individuais conduzidas por uma(um) das(os) facilitadoras(es) do grupo (Stewart et al., 2014). Um estudo citado por Connors et al. (2013) sugere que a quantidade das sessões pode ser um dos fatores que limitam o sucesso da intervenção com homens autores de violência, uma vez que as desistências são muito frequentes, principalmente nas primeiras 3-5 sessões (Echeburúa, 2013). Tal argumento respalda a tendência da literatura em afirmar que o mínimo indicado seria 10 sessões.

Como vemos, a literatura é inconclusiva em relação a qual seria a quantidade ideal de encontros para que se obtivessem intervenções eficazes, havendo questionamentos sobre como mensurar os efeitos dos atendimentos realizados e podendo variar de acordo com a abordagem teórica, com o orçamento para a realização dos atendimentos ou ainda com a instituição à qual o programa está vinculado (Beiras et al., 2019). Alguns artigos recomendam que a duração do programa deva ser maior. Acredita-se que, quanto maior a quantidade de encontros, mais benéfico pode ser para a mudança e reeducação desses

homens, uma vez que as melhores previsões de redução de comportamentos violentos nos homens foram realizadas nos programas mais longos, com 9 meses ou mais (Gondolf, 2008).

Giesbrecht (2018) alerta que os homens podem levar meses ou até anos para que consigam realmente se engajar com o grupo e com os temas. Os programas devem possibilitar o engajamento dos homens a longo prazo para que não se percam os efeitos das intervenções (Fleming, 2018) e haja menores taxas de reincidência (Rosenbaum et al., 2001). Foi sugerido também o estabelecimento de objetivos terapêuticos como forma de manter os participantes interessados (Morgan, 2005).

Dentre os artigos, alguns deles chamam a atenção para a necessidade de um acompanhamento pós-intervenção que consiga verificar a evolução desses homens e determinar a eficácia das intervenções (Guerrero-Molina et al., 2016; Lima & Buchele, 2011; Tutty, 2016). Os acompanhamentos pós-intervenção, chamados de *follow-up*, têm o objetivo de manter o acompanhamento para manutenção dos resultados a longo prazo e para evitar reincidências (Echeburúa, 2016). Esse tipo de acompanhamento normalmente se inicia após 6 meses do término da intervenção, sendo que esses homens voltam - ou não - para esse acompanhamento, gerando dados tanto da eficácia da intervenção, quanto para acompanhar se as mudanças persistiram ao longo do tempo (Lima et al., 2010; Torres, 2012). O *follow-up* é colocado como necessário após determinado tempo, porque parecem existir dois períodos críticos de risco de reincidência da prática da violência pós-intervenção, o primeiro 90 dias após o fim dos atendimentos e o segundo 5 meses depois do fim da intervenção (Petrucci, 2010). Apesar disso, há ainda a sugestão de que seja dado um tempo maior entre o término da intervenção e o início do *follow-up*, mas não se determina exatamente quanto tempo a mais seria necessário e nem o porquê (Waldo, 2007). Independente do tempo de início, o

acompanhamento pós intervenção pode ser prolongado de diversas formas, sendo algumas delas o aumento do tempo entre o término da intervenção e o primeiro contato para *follow-up* e a realização de encontros mais espaçados ao longo desse período a fim de que permita um acompanhamento maior a longo prazo.

Apesar de alguns artigos apontarem a necessidade de acompanhamento pós-intervenção (Mitchell, 2013; Tutty & Babins-Wagner, 2016), há relatos de que nem sempre é possível realizá-lo, seja pelo não interesse dos homens em contribuir com essa etapa do processo, seja pela falta de contato após determinado período. Gondolf (2008) aponta que os serviços atuais não possuem investimento suficiente para funcionar da melhor forma, o que leva à não realização do acompanhamento pós-intervenção. Fleming et al. (2018) contam uma experiência em que fizeram apenas dois acompanhamentos pós-intervenção, um de 9 meses e outro de 18 meses após os encontros. Aparentemente, os acompanhamentos nem sempre são feitos presencialmente ou necessariamente apenas com os homens, pois há a possibilidade de um atendimento conjunto com as vítimas e os perpetradores de violência ou de se realizar o acompanhamento por telefone durante e pós-intervenção para acompanhar se as mudanças persistiram durante o tempo (Flores & Pascual, 2013; Gondolf, 2008; Torres et al., 2012).

Torna-se evidente a necessidade de que haja mais estudos acerca da sistematização e eficiência desse *follow-up*, demonstrando formas de acompanhamentos tangíveis/possíveis de serem colocadas em prática após as intervenções, para identificar seus reais efeitos a longo prazo e dar o suporte necessário a fim de evitar a reincidência (Lima et al., 2008; Padovani & Williams, 2002).

Técnicas Utilizadas nos Atendimentos

Os 107 artigos empíricos dessa revisão integrativa foram analisados em diversos aspectos, sendo um deles os que dizem respeito a quais técnicas eram utilizadas para a realização dos atendimentos aos homens. Em 20,5% desses artigos não há informação específica de quais técnicas eram utilizadas. Para melhor entendimento e organização das informações obtidas, as técnicas utilizadas foram separadas por categorias. Para a organização das categorias foi levado em consideração o grau de afinidade entre as temáticas utilizadas nas intervenções. Com isso, elaboramos sete categorias, sendo elas: entrevista, grupos reflexivos, questionários, enfrentamento de conflitos, atividades individuais, dinâmica de grupo e materiais audiovisuais.

Entrevistas. A categoria entrevistas diz respeito a entrevistas individuais, as quais geralmente eram feitas, antes do atendimento em grupo. Porém, há uma variedade de objetivos para sua utilização de acordo com cada artigo que empregou essa técnica. Há entrevistas que tem como finalidade apenas a coleta de dados sociodemográficos básicos (4 artigos), outras visam a uma espécie de triagem para o atendimento posterior ou para compreender a perspectiva do homem autor de violência sobre questões mais específicas (4 artigos).

Não somente os objetivos, mas os modelos de entrevista também possuíam variações. Há o relato de entrevistas semiestruturadas (5 artigos), estruturadas (1 artigo), com pressupostos psicanalíticos, tendo foco no oferecimento de uma escuta clínica (1 artigo), e o modelos que utilizavam questões norteadoras, tais como: “conte-me sobre sua relação com a sua companheira” (1 artigo); “Fale-me o que você entende por violência conjugal” (1 artigo); e, no caso do acompanhamento interventivo acontecer com homens que passaram pelo sistema prisional devido à violência contra sua parceira, “quais as repercussões da prisão na sua vida?” (1 artigo).

Grupos reflexivos. A categoria grupos reflexivos possibilita, através do pensar, a descoberta de outras maneiras de resolver conflitos que não seja utilizando a violência (Freitas & Cabrera, 2011). No entanto, as temáticas abordadas nos grupos iam além da resolução de conflitos, abordando também temáticas a fim de conscientizar os homens de outras questões que permeiam a violência praticada, tais como: ressignificações de aspectos relacionados ao conceito de gênero (3 artigos), às normas de gênero e poder (2 artigos), à equidade de gênero (1 artigo), à família (1 artigo), à honra (1 artigo), à fidelidade (1 artigo), à paternidade e paternidade responsável (3 artigos), à sexualidade (1 artigo), à permissividade social da violência (1 artigo) e ao impacto da violência sobre os filhos (1 artigo).

Questionários. A categoria questionários engloba tanto questionários como escalas utilizadas para a coleta de informações a respeito dos autores de violência. Assim como nas entrevistas, a utilização dos questionários e escalas também visavam a uma espécie de triagem, além de coletar informações mais específicas a respeito dos autores de violência. Dentre os questionários e as escalas, os mais utilizados foram:

- a) o questionário de agressão (2 artigos), que avalia diferentes componentes de agressão na população em geral (CDA, Buss e Perry, 1999; AQ – R; Correctional Service Canada, 2001);
- b) o questionário sobre a violência ocorrida e suas percepções (1 artigo), o qual pedia aos entrevistados que classificassem sua responsabilidade pela ocorrência da violência;

- c) o questionário sobre a possibilidade de reincidência (1 artigo), juntamente com uma versão reduzida da *Inventory of Beliefs About Wife Beating Scale* (Saunders, Lynch, Grayson, & Linz, 1987), uma versão reduzida da *Attitudes Toward Women scale measured the men's perceptions of the appropriate roles for women* (Spence, Helmreich, & Strapp, 1973) e a *The Conflict Tactics Scale* (hereafter CTS2), que serviam para que os próprios homens avaliassem a probabilidade de agredir suas parceiras dentro do próximo ano;
- d) a escala de atribuição de responsabilidade (3 artigos), que é utilizada para avaliar a percepção de culpa dos homens que foram condenados;
- e) a escala de minimização (2 artigos), que avalia até que ponto os indivíduos subtraem a importância dos fatos pelos quais foram condenados;
- f) a escala de mudanças de expectativas (1 artigo), a qual avalia, de uma perspectiva global, a motivação e o grau de confiança do paciente antes do tratamento e de uma perspectiva mais específica, o grau em que o paciente está confiante de que irá melhorar como resultado do tratamento que será realizado;
- g) o questionário que abordava a perspectiva de masculinidade, o modelo de configuração da subjetividade masculina, a expressão afetiva do sentimento e a conformação das ideias acerca da virilidade (1 artigo);
- h) a escala de táticas de conflitos (3 artigos), que é uma escala auto administrada que mede eventos, soluções, processos ou tentativas de resolver conflitos e as táticas usadas para isso (Expósito & Ruiz, 2010);
- i) a escala de autoestima (3 artigos), que avalia a autoestima de modo global como por exemplo, "em geral, estou satisfeito comigo mesmo ", " às vezes acho que não sirvo para nada", além de conter questões relacionadas a sentimentos de apreciação global e auto aceitação (Gracia & Herrero, 2012);

- j) a escala de aceitação e mitos sobre a violência doméstica (1 artigo), que é utilizada para avaliar em que grau os indivíduos acreditam em conceitos errôneos sobre prevalência, causas, responsabilidade e severidade da violência doméstica (Gage & Lease, 2018).

Enfrentamento de conflitos. A categoria enfrentamento de conflitos é composta por métodos que auxiliam a resolver o conflito conjugal existente, sem o uso da violência. Dentre os métodos mais utilizados nas intervenções, temos:

- a) time-out (5 artigos), que é uma técnica para proporcionar um momento de reflexão e evitar que os conflitos conjugais tomem uma maior proporção (Wistow et al., 2016). A ideia é que, quando o homem estiver em uma discussão com sua cônjuge e perceber que vai perder o controle, nesse momento, ele comunica a ela que vai dar uma pausa (*time-out*) e sai de casa, obedecendo às seguintes regras: não dirigir, não consumir álcool e/ou outras drogas, e, depois de uma hora, mandar uma mensagem para sua parceira perguntando se pode voltar para casa. Se a resposta for positiva, ele pode voltar, caso contrário deverá esperar mais um tempo antes de voltar. Acredita-se que o uso da técnica da pausa deve ser algo temporário, especialmente, no início das intervenções, além de ser planejada para cada caso e em conjunto com a parceira, dado que ela faz parte do processo. Seu uso a longo prazo indica que o homem não está lidando com suas crenças em relação à violência e gera medo na parceira e família, pois seria um indicador de que ainda pode ocorrer uma violência;
- b) treinamento de comunicação não violenta (3 artigos), o qual tem por objetivo ajudar a entender os conflitos negativos, atuar em suas causas e promover

- estratégias positivas, resolutivas e de relacionamentos saudáveis, por meio do encontro e da comunicação sem bloqueios (Pelizzoli, 2012);
- c) técnicas para evitar conflito ou evitar que uma discussão que evolua para uma violência física, realizadas de maneira preventiva na comunidade promovendo reflexão sobre relacionamentos saudáveis e habilidades de comunicação aprendidas (Starmann et al., 2017);
 - d) reconhecimento por parte do homem de situações que levam à violência (1 artigo), solicitando que ele sugira respostas potencialmente eficazes para o conflito. Com isso as(os) facilitadoras(es) observam habilidades como resolução de problemas, gerenciamento de emoções e suporte de rede (Stewart et al., 2014);
 - e) técnicas de expressão de emoções (1 artigo), que busca promover uma empatia emocional (sinta o que realmente acontece com a vítima) e uma empatia de ação ou vínculo de compromisso (agir positivamente a favor da vítima), não apenas a empatia cognitiva (entenda o que acontece com ele);
 - f) técnicas de estresse e relaxamento (4 artigos), às quais combatem o estresse e promovem o relaxamento natural do corpo através de exercícios de respiração profunda, meditação, yoga e exercícios rítmicos;
 - g) estratégias de controle de estímulo associadas ao comportamento violento (1 artigo), por exemplo: discutir sobre dinheiro apenas em locais públicos, onde o comportamento violento não é desencadeado.

Atividades individuais. A categoria atividades individuais sugere exercícios de auto percepção, reflexão, trabalho corporal dentre outras que auxiliam na manutenção e no controle de comportamentos impulsivos e de raiva. As atividades que se destacam são:

- a) tarefas de casa (5 artigos), que consistem em realizar atividades que ajudem a perceber comportamentos que podem ser gatilho para a violência e registrá-los;
- b) o planejamento familiar (2 artigos), que é usado como técnica para a descentralização do poder do homem na relação (Fleming et al, 2018), pois conscientiza o homem de que a mulher deve ter autonomia para tomar decisões no ambiente doméstico, assim como sobre o uso de contraceptivos. Essa técnica é utilizada com mais frequência em países onde a desigualdade na dinâmica de poder é incentivada pela cultura de forma mais marcante, como na Índia e África. Outro aspecto dessa técnica seria a diminuição dos fatores de exposição ao estresse ao que os homens estariam expostos, uma vez que teria menos filhos. Nesse sentido, haveria menos irritabilidade em relação ao comportamento das crianças, à divisão de tarefas domésticas, à sobrecarga das mulheres com o cuidado dos filhos e à possibilidade de dificuldades com o aspecto financeiro, pois os gastos familiares seriam reduzidos com menos membros na família; o exercício de escrita sobre como o participante se sente com relação a sessão passada (1 artigo);
- c) a yoga (1 artigo), a qual é usada como recurso para tornar possível o alcance da consciência plena, e as técnicas de respiração e exploração corporal (1 artigo), conforme explicado na categoria anterior;
- d) o auto registro de comportamento violento (1 artigo), contendo informações sobre sentimentos e pensamentos que antecedem o comportamento, o registro da

ocorrência de violência em si e por fim, o registro acerca dos sentimentos e pensamentos seguintes a violência (Padovani & Williams, 2002);

- e) o registro de pensamentos que desencadeiam agressão, quais são aqueles acontecimentos que desencadearam raiva e quais pensamentos teve e o que fez em seguida (1 artigo) e análise de pensamento disfuncionais (1 artigo);

Dinâmicas de grupo. A categoria dinâmicas de grupo aborda a utilização de técnicas do Psicodrama, com atividades de cunho teatral com conteúdos psicológicos. Tais técnicas têm por objetivo proporcionar ao indivíduo a possibilidade de liberação de um contexto rígido, liberando as suas emoções e sentimentos por meio do desempenho dramático. A ideia é que, ao tentar desempenhar ou representar personagens em determinados comportamentos, ele se perceba preso ao conjunto de papéis sociais relacionados à masculinidade hegemônica, que aprendeu durante sua vida e consegue flexibilizar e se liberar dessa rigidez. Por meio do Psicodrama é possível representar os papéis passados, os papéis atuais e até outras possibilidades que a vida não permite assumir livremente (Barros, 2009). Dentre as categorias abordadas, temos:

- a) a técnica do *role playing* (6 artigos), que significa “desempenho de papéis” e é um tipo de trabalho psicodramático que tem como foco encontrar a melhor resposta comportamental para determinada situação (Blatner & Blatner, 1996);
- b) a dramatização de papéis (2 artigos), que foca na prática de comportamentos saudáveis. Um exemplo é quando o terapeuta está modelando os comportamentos e o participante praticando, o terapeuta dá recompensas verbais para ajudar na modelagem da mudança de comportamento do participante;
- c) o resgate das relações pessoais e objetais (2 artigos), por exemplo: a relação subjetiva – eu comigo –; a relação intersubjetiva – eu e tu e eu e os

outros/sociedade – a relação com a lei, por meio de dramatizações e outros recursos psicodramáticos;

- d) a técnica de dramatização através de metáforas teatrais “a máscara” (1 artigo). A ideia é que ao usar a máscara como um objeto intermediário, o indivíduo conseguirá entrar em contato consigo mesmo. Essa técnica visa despertar a criatividade e a espontaneidade do sujeito, descristalizando as máscaras que impedem o sujeito de enxergar novas possibilidades de atuação na vida através de seus papéis sociais imersos na sua cultura (Oliveira, 2013);
- e) a técnica da cadeira vazia do psicodrama (1 artigo), que é uma técnica também de desempenho de papéis, porém sem ação dramática. Acredita-se que esta técnica propicia ao paciente a possibilidade de confrontar partes opostas de conflitos internos ou pessoas com quem se tem algo a acertar, materializando metáforas, épocas da vida do paciente ou partes de seus sonhos (Cukier, 1992). Pode ser utilizada também no aquecimento de grupos como um convite à dramatização. Nesse contexto, o coordenador do grupo inicia convidando seus integrantes a experimentarem se expressar para uma cadeira vazia colocada por ele no centro do cenário psicodramático, imaginando qualquer personagem de sua vida sentado nela. (Perazzo, 2018).

Audiovisual. Por fim, temos a categoria audiovisual, que inclui palestras e materiais didáticos e que se refere a um recurso usado nas intervenções com diversas finalidades. Temos:

- a) os vídeos informativos (7 artigos), por exemplo, a observação de vídeos com depoimentos de mulheres agredidas, o qual tem por objetivo provocar no autor de violência o sentimento de empatia pela vítima (Echeburúa, 2013);

- b) vídeos que são usados para a ilustração de casos (1 artigo);
- c) os vídeos baseados na roda de controle e poder, que demonstram situações de relacionamentos abusivos e são usados para iniciar uma discussão em grupo, a fim de que os homens consigam identificar no vídeo os comportamentos abusivos (1 artigo);
- d) os vídeos com exemplos de comportamento violento para debate posterior e compartilhamento de experiências em grupo (1 artigo).

O uso de vídeos foi julgado como uma técnica benéfica para a intervenção em grupo. Ela permite aos homens olharem a situação de fora, como terceiros, identificar comportamentos agressivos e encontrar alternativas para melhor agir nessas situações. Assim, os vídeos os permitem conseguir refletir sobre si mesmos e aplicar essas novas formas de agir em suas vidas (Miller, 2010).

Outros tipos de materiais audiovisuais também fazem parte desta categoria, uma vez que há a utilização de recursos psicopedagógicos que envolvem materiais escritos ou visuais, tais como as palestras educativas (2 artigos), ministrada pelos líderes dos grupos de intervenção, a qual tinha por objetivo educar os membros dos grupos sobre comportamentos violentos; e os panfletos informativos (2 artigos) com informações centrais sobre aspectos da violência contra mulheres. Como exemplo, há panfletos que abordavam a questão: “Violência no Casal: o que você tem a ver com isso?” (Neves et al, 2015) ou panfletos educativos sobre comportamentos violentos de maneira geral (Waldo et al., 2007)

É possível perceber que o uso das técnicas varia de acordo com a abordagem psicológica utilizada pelo programa e com os objetivos das intervenções, porém parece ser comum a combinação de técnicas, mesmo que ela não seja específica da abordagem predominante do programa. Retomando o entendimento de Veloso e Natividade (2013)

sobre os três formatos de intervenção a partir da leitura ideológica (a *psicopatologizante/clínica*, a *instrutiva/pedagógica* e a *reflexiva/responsabilizante*), cada objetivo demanda um tipo de técnica diferente que se destaca dentre os demais formatos, porém é possível perceber que alguns programas flutuam dentre pelo menos dois desses formatos.

No caso da abordagem cognitivo-comportamental, por exemplo, é percebido o uso de técnicas com uma lógica para mudança de comportamento, como atividades individuais (auto-registro de comportamento violento, registro de pensamentos), questionários (inventário de pensamentos distorcidos, escala de mudança de expectativas, de impulsividade, de agressão) e enfrentamento de conflitos (*time-out*, comunicação não-violenta). Vemos que essas intervenções utilizam principalmente técnicas voltadas para individualidade, encaixando-se na categoria *psicopatologizante/clínica*. Apesar disso, algumas práticas educativas e de dinâmicas em grupo também foram utilizadas, tais como vídeos, panfletos/cartilhas, dinâmicas em grupo como, dramatização e *roleplay*.

Outro exemplo seria o modelo sistêmico-ecológico e psicossocial, que utiliza técnicas de grupo reflexivo, colocando questões específicas para o grupo debater, rodas de conversa e atividades temáticas em grupo. Esse modelo demonstra maior proximidade com a categoria *reflexiva/responsabilizante*. Ao mesmo tempo, também utiliza, de maneira combinada, os questionários e a técnica *time-out*, não tidos como técnicas específicas da abordagem sistêmica e psicossocial.

Com isso, é possível inferir que pensar sobre qual técnica é mais eficaz ou quais as vantagens e desvantagens de cada uma é reducionista e limitante. As intervenções realizadas com os homens autores de violência possuem muitas variáveis de acordo com o formato do programa, os objetivos, a abordagem psicológica, entre outros e, por isso, devem ser flexíveis para transitar pelas diferentes ferramentas interventivas disponíveis.

Profissionais

Áreas de Formação Profissional das(os) Facilitadoras(es)

Os atendimentos foram conduzidos por psicólogas(os) juntamente com outra(o) profissional (assistente social, psiquiatra e/ou pesquisadores) em 10 artigos (9,4%), destacando-se, dentre eles, o assistente social. Em 4 artigos (3,8%) as(os) assistentes sociais realizavam os atendimentos sozinhas(os) ou associadas(o) a outra(o) profissional que não era psicóloga(o). Os atendimentos realizados exclusivamente por psicólogas(os) e psicanalistas foram relatados em 25 artigos (23,4%). Em 48 artigos (44,9%), as(os) autoras(es) não citam essa informação e em 19 artigos (17,8%) as(os) autoras(es) mencionaram apenas facilitadoras(es), mediadoras(es), equipe multidisciplinar, profissionais treinadas(os), pessoas treinadas, membros do grupo de pesquisa ou pessoas com nível universitário, sem especificar a formação dessas pessoas.

Em uma pesquisa realizada por Toneli (2007) comparando programas latino-americanos localizados no México, Argentina, Peru, Nicarágua, Honduras e Brasil, foi verificado que a utilização de profissionais de psicologia não se dá em todos os programas. Há certa prevalência de profissionais da psicologia nos programas de intervenção de maneira geral, como é o caso de alguns no Brasil, México, Peru e Argentina, porém, em outros programas, a atuação de psicólogas(os) não é vista como necessária. A coordenadora da pesquisa afirma que a opção ou não pela utilização de profissionais da *área psi* traz controvérsias. Por um lado, realizar as intervenções com psicólogas(os) seria benéfico por possuírem uma formação específica para trabalhar com grupos psicoterapêuticos e com temas ligados à saúde mental e, com isso, teriam melhores

técnicas e habilidade para coordenar as intervenções. Por outro lado, realizar as intervenções com facilitadoras(es) que são de outras áreas de formação e não psicólogas(os), seria recomendado para os casos de programas com caráter mais reeducativo e de reabilitação, que focaria no compartilhamento de vivências das(os) facilitadoras(es) que também foram socializadas(os) no contexto das masculinidades hegemônicas. Tal diversidade proporciona o enriquecimento da equipe e do grupo de homens, uma vez que não limita a diversidade da equipe e a experiência de vida das(os) facilitadoras(es). A controvérsia estaria em que, ao restringir essa prática à presença de profissionais da psicologia, limita-se a formação de novos grupos.

Dos 107 artigos empíricos, 38,3% (41) utilizaram profissionais de psicologia, exclusivamente ou dentro de uma equipe multiprofissional. Dentre esses, 26 (63,4%) relataram terem alcançado os objetivos dos atendimentos de maneira parcial ou total e 15 (36,6%) não citam essa informação. Dos 19 artigos (17,8%) que citam apenas facilitadoras(es), mediadoras(es), equipe multidisciplinar, profissionais treinados, pessoas treinadas, membros do grupo de pesquisa ou pessoas com nível universitário, sem especificar sua formação, 10 (52,6%) consideram terem alcançado o objetivo das intervenções de forma parcial ou integral, 2 (10,5%) consideram que não alcançaram e, em 7 (36,9%), o artigo não menciona essa informação. Em 45,9% (49) dos artigos, não há informação do tipo de coordenação do grupo. Em 18 deles (36,7%), considera-se que atingiram integral ou parcialmente o objetivo dos atendimentos, 2 (4,1%) consideram que não alcançaram e, em 29 (59,2%), o artigo não menciona essa informação. Apesar de a formação e o preparo profissional serem importantes por afetarem diretamente a qualidade dos atendimentos oferecidos e o olhar que as(os) profissionais terão para esses homens (Medrado et al., 2011), essa informação não foi tida como essencial a ser relatada pelas(os) autoras(es) nas publicações analisadas. Também não consta desses estudos as

possíveis vantagens e desvantagens dessas variações na utilização ou não da psicologia nos grupos de homens autores de violência contra mulheres.

Costa e Brandão (2005) apontam que a psicologia, nesse contexto interventivo, precisa se diferenciar para garantir espaço terapêutico e estratégias de intervenção psicossocial que visam facilitar as mudanças subjetivas. Nesse sentido, entendendo que os padrões de masculinidades normativas atravessam identitária e subjetivamente, considero a participação da psicologia como indispensável para as intervenções com os homens, independente de suas diferentes abordagens, por oferecer escuta qualificada e por sua maneira particular de atuar no contexto psicossocial, pois convoca um olhar mais amplo sobre o sujeito e sobre as situações que o envolvem.

Crenças e Questões Psicoemocionais das(os) Profissionais

As(os) profissionais desempenham um papel importante nas intervenções voltadas para os homens autores de violência. Suas contribuições se dão não apenas por meio de seu conhecimento sobre o tema a ser trabalhado na intervenção, experiência e habilidades, mas também através da sua conscientização acerca das questões relacionais sobre gênero. Tal percepção é importante para a problematização sobre a forma que esses aspectos relacionais de gênero permeiam ou não os atendimentos.

No desenvolvimento das estratégias de atendimento, por exemplo, é importante que as(os) profissionais optem por modelos de tratamentos que não reduzam os homens a seres naturalmente violentos, que explorem os papéis de gênero, desconstruindo e questionando o próprio modelo de masculinidade. Com isso, algumas(uns) autoras(es) apontam a necessidade de que haja apoio às(aos) profissionais, principalmente com mais especializações voltadas para as temáticas de gênero (Medrado et al., 2011; Tyagi, 2006).

Sobretudo, é necessário desenvolver estratégias que visem à ressignificação simbólica do olhar para os homens, por parte das(os) profissionais responsáveis pela intervenção, conhecendo a vida desses homens, sua história e a cultura que eles estão inseridos (Fleming et al., 2015). No entanto, nem sempre as(os) profissionais que lidam com esse público possuem essa leitura, o que pode afetar diretamente a forma como os atendimentos são conduzidos.

Medrado et al. (2011) apresenta uma crítica às(aos) profissionais que constantemente se referem aos homens como agressores e criminosos, às mulheres como vítimas e ao ato de violência como pertencente à identidade desses homens. Aponta ainda que muitas vezes essas(es) profissionais reconhecem a necessidade de atendimento a esses homens, porém não querem ser as(os) responsáveis por articular essas intervenções ou trabalhar diretamente com eles, demonstrando-se uma resistência das(os) profissionais em trabalhar com essa população. Boira et al. (2013) sugerem um olhar sistêmico voltado para o indivíduo, afastando-se da dicotomia vítima-agressor e considerando-o de maneira menos estigmatizada. Nesse sentido, Lee (2004) sugere que as(os) profissionais evitem discursos acusatórios, que possuem uma tendência de estigmatizar os homens como naturalmente violentos ou focar nos comportamentos questionáveis dos participantes, mas que seja propiciado um ambiente em que eles se sintam confortáveis para compartilhar experiências e haja a promoção de comportamentos positivos, como comunicação efetiva e uso de métodos não violentos para a resolução de conflitos.

Para que se saia dessa dicotomia, é preciso ter em mente que as intervenções não são para *curar* uma doença, mas para trabalhar questões atravessadas por fatores de cunho cultural e relacional (Ocampo, 2018). Assim, é importante considerar a singularidade e a história de vida de cada homem, entendendo que a mudança individual é lenta, difícil e, principalmente, única e subjetiva (Gadd, 2002).

Os artigos trazem a importância da escuta qualificada, que mergulhe na subjetividade e particularidade de cada um, de modo que os homens se sintam acolhidos e tragam suas experiências anteriores a um campo apropriado para a transformação (Abritta, 2015), pois, ao se sentirem acolhidos, os homens recebem melhor os questionamentos apresentados pelas(os) profissionais (Silvergleid & Mankowski, 2006). Assim, as(os) facilitadoras(es) devem manter um equilíbrio, sabendo realizar o suporte/acolhimento e também as contestações/questionamentos das atitudes quando necessário. Também foi sugerido que as características das(os) facilitadoras(es) (gênero, raça, classe econômica e idade) podem ter impacto sobre os grupos (Boonzaier & Gordon, 2015).

É sugerida uma intervenção psicossocial fundamentada na participação dos homens, o que possibilitará ouvir e negociar com eles, segundo suas próprias visões sobre os problemas que vivem (Silva, 2015). Outra possibilidade seria a de adotar uma abordagem empática, compreendendo o ato violento como resultado de elementos associados à condição do homem autor da agressão (Rosa, 2008). Em contrapartida, uma preocupação levantada por Lima et al. (2008) refere-se ao cuidado que se deve tomar ao tornar os homens mais ativos no processo de combate à violência, evitando que ocorra uma nova marginalização das mulheres, como já foi debatido neste trabalho anteriormente.

As intervenções terapêuticas devem focar a alteração do discurso social sobre gênero e a forma como meninos e homens são socializados (Gage & Lease, 2018). É necessário priorizar o trabalho de envolvimento e reflexão pessoal, de forma que os homens revisem sua própria história e construção de gênero subjetiva, produzindo questionamentos sociais e políticos, incluindo relações de poder e desigualdade e

desnaturalizando a violência como característica comum e aceitável aos homens (Beiras, 2014).

Outro ponto abordado diz respeito à visão simplista e causal que algumas(uns) profissionais fazem entre consumo de álcool e drogas e o comportamento violento que levou esses homens ao atendimento (Granja & Medrado, 2009; Souza, 2012). Eles apontam que essa visão simplista não alcança a magnitude do fenômeno e, como consequência, o problema original pode não ser resolvido. Entretanto, deve-se reconhecer que o consumo de álcool está atrelado à intensificação dos comportamentos violentos e que há uma dificuldade na integração e encaminhamentos desses homens para serviços de álcool e drogas (Medrado et al., 2011; Oliveira et. al, 2015). Com isso, é consenso de que é necessário que as intervenções trabalhem aspectos como o abuso de substâncias, uma vez que há evidências de que o uso de álcool/drogas é um fator de risco para a violência e de desistência dos programas de intervenção (Lila et al., 2018). Porém, as(os) facilitadoras(es) devem manter um cuidado de não atribuir a responsabilidade da violência exclusivamente ao abuso de substâncias, pois, como apresentado em sessões anteriores deste trabalho, ele é somente um potencializador.

Capacitação Profissional

A capacitação dos profissionais é de extrema importância. Os artigos sugerem que, para uma maior qualidade no trabalho com esses homens, além do treinamento oferecido pela instituição, os membros da equipe profissional devam ter as seguintes competências: treinamento especializado em conscientização da violência; autorreflexão sobre os relacionamentos pessoais, com sensibilidade às hierarquias de gênero e ao sexismo; compreensão abrangente da dinâmica dos relacionamentos; compromisso com

relacionamentos sem violência, buscando a igualdade de gênero (Geldschläger et al., 2010). As informações sobre qualificação das(os) profissionais destacam a importância de que, além de as(os) profissionais que aplicam as intervenções saibam lidar com a violência contra mulher, todas as outras estruturas de atendimento disponíveis devem contar com agentes capacitados para lidar com esse tipo de público, seja no âmbito social-comunitário, judicial, de segurança pública, educacional ou de saúde (Paixão et al., 2018).

Gadd (2004) sugere que há uma necessidade de que as(os) profissionais se envolvam com a dinâmica emocional que sustenta os relacionamentos abusivos dos homens, sugerindo que se especializem em modelos que busquem o comprometimento e o significado das intervenções em sua vida. Schrock e Padavic (2007), por exemplo, acreditam que os facilitadores podem ser treinados para reconhecer e apontar quando os participantes estão reproduzindo as práticas de masculinidade que têm sido associadas à violência contra as mulheres. Eles destacam que esse método não deve ser apenas utilizado para envergonhar o participante, mas para incentivá-lo a refletir sobre por que isso acontece, entendendo de onde vem essa ideia, quem se beneficia com esse comportamento, como o agir dele prejudica a si mesmo, os parceiros e os filhos. Os autores alertam que esse método não fornece uma orientação clara acerca de como os facilitadores podem realizar essas tarefas, embora afirmem que delinear os comportamentos que os facilitadores devem observar reduz as chances de se depararem com resistências inesperadas.

Além disso, alguns estudos apontaram que, no âmbito teórico e de manejo das intervenções, há baixa capacitação dos mediadores dos grupos, principalmente no que tange à temática de relações de gênero e violência contra mulher (Billand & Paiva, 2017; Lima & Buchele, 2011). Há ainda relatos de que serviços já existentes não possuem

investimento suficiente para funcionar da melhor forma e a equipe não possui o preparo necessário para as intervenções (Gondolf, 2008).

Assim, é possível perceber que há a necessidade de maior qualificação das(os) profissionais que trabalham com homens autores de violência, especialmente pelo seu importante papel em inspirar mudanças e reflexões nos homens sobre seus comportamentos violentos (Abritta et al, 2015; Geldschläger et. al, 2010; Silvergleid e Mankowski, 2006). Tal importância se dá pela necessidade de se levantar a problemática de um maior preparo e reconstrução de visões estigmatizantes que as(os) profissionais possuem dos homens, como naturalmente agressivo, dentre outros aspectos relacionados às masculinidades hegemônicas (Lima et al., 2008; Medrado et al., 2011; Oliveira et. al, 2015; Prado & Silva, 2017). Portanto, vemos que as capacitações não devem ser reduzidas apenas a métodos, ferramentas ou técnicas, mas que fomente a construção de espaços que viabilizem processos de reflexão e de mudança das(os) próprias facilitadoras sobre a percepção dos aspectos sociais de gênero nos relacionamentos, sobre a forma de olhar para os homens e para a violência cometida e sobre a percepção que se tem do impacto que as intervenções representam na vida desses homens.

Atitudes Relevantes aos Atendimentos

Em um estudo, Echeburúa (2013) relata a existência de uma taxa de abandono aos serviços de atendimento e, ao mesmo tempo, argumenta que é necessário que as(os) facilitadoras(es) trabalhem para o desenvolvimento de estratégias motivacionais apropriadas que possam atrair e reter os participantes. Algumas soluções foram propostas para lidar com esse problema, como a entrevista motivacional, a criação de uma aliança

terapêutica positiva ou o desenvolvimento de técnicas de retenção ativa, mas elas requerem desenvolvimento adicional.

A necessidade da construção de uma base de segurança e respeito no relacionamento terapêutico é vista como central para o estabelecimento do vínculo/aliança terapêutica e para que as(os) facilitadoras(es) e os homens atendidos consigam trabalhar juntos em prol de um resultado comum (Lila et al., 2018). Boira et al. (2013) relata que realizar atendimentos individuais promove uma melhor aliança terapêutica e um clima de sinceridade mais autêntico. Os estudos demonstram que quando a aliança terapêutica e o bom engajamento são estabelecidos, os homens começam a divulgar detalhes de suas escolhas comportamentais, exploram sua ambivalência sobre o que fizeram e decidem se querem se comprometer a mudar as atitudes de maneira consistente (Rodríguez-Espartal & Lopez-Zafra, 2013). É sugerido que a(o) profissional foque em uma conversa baseada em trocas, possivelmente direcionadas a comportamentos abusivos, prestando atenção aos detalhes de como o autor da violência ajusta as representações de suas próprias ações e de como ele avalia e alinha seus comportamentos com seus valores e responsabilidades (Todd et al., 2014). Há a sugestão de que as(os) facilitadoras(es) tenham em mente que é necessário um bom vínculo terapêutico com os pacientes independentemente do crime cometido e das esperadas ofensas do sujeito, pois isso pode contribuir para o engajamento desses homens na intervenção (McGrath, 2007).

Nesse sentido, Echeburúa (2013) elenca para as(os) facilitadoras(es) algumas estratégias terapêuticas específicas direcionadas para a motivação desses homens para seu processo de mudança: (a) estabelecer uma relação de confiança advinda do desejo sincero de ajudar por parte do terapeuta, sem julgamentos morais; (b) convencer o participante das vantagens relacionadas à mudança de comportamento; (c) não utilizar

termos negativos e pejorativos em relação ao participante; (d) criar um ambiente que fomente a responsabilização e não a culpa; (e) gerar expectativas realistas de mudança; e (f) desenvolver um programa breve e adaptado ao cotidiano do participante (horário e lugar).

As formas de vida na sociedade continuam promovendo notáveis desigualdades de gênero nas relações conjugais, com efeitos que promovem justificativas para a violência. Os artigos ressaltam que saber analisar as atitudes e crenças que os homens mantêm é essencial para a compreensão do comportamento violento (Guerrero-Molina et al., 2016). Assim, as(os) facilitadoras(es) devem compreender a percepção do homem frente ao ato cometido é para entender o processo de responsabilização desse homem bem como sua postura frente aos atendimentos. Há também a sugestão do desenvolvimento de técnicas que podem ser utilizadas permitindo um maior conhecimento do fenômeno da violência de gênero e o desenvolvimento de estratégias para lidar com componentes cognitivos da violência como a exculpação, a minimização do dano, as justificativas ou negações das agressões.

Por fim, a desajustabilidade social também foi um problema proeminente. Em vários grupos, os participantes davam respostas no intuito de agradar os mediadores. Dessa forma, assuntos que eram pertinentes para reflexão não foram discutidos pelos participantes. Widman et al., (2013) fizeram apontamentos para que os mediadores estejam preparados para lidar com esse tipo de comportamento, tendo estratégias de manejo, entretanto nenhum deles exemplificou quais estratégias seriam cabíveis.

Percebe-se, nesses estudos, que, em relação às(aos) profissionais, destacam-se a necessidade de mudança do olhar agressor-vítima para um olhar mais humano e mais completo no tratamento desses homens. Tal aspecto atua como caminho para facilitar esse processo de mudança, o estabelecimento do vínculo terapêutico para a permanência e o

engajamento dos homens nas intervenções. Além disso, propiciar a percepção das(os) facilitadoras(es) sobre os próprios relacionamentos a partir da perspectiva de gênero é importante para a realização das intervenções.

Homens Autores de Violência

Resistência às Intervenções, Desistência e Reincidência

O apontamento da importância de se levar em conta as diferenças individuais dos participantes em relação à motivação é destaque quando se fala de engajamento e permanência nas intervenções, uma vez que vários participantes chegam nos programas com baixa motivação (Cunha & Gonçalves, 2013; Levesque et al., 2008). Nesse sentido, Echeburúa (2013) aponta a importância de saber lidar com esse sentimento e sugere a realização de intervenções que contribuam para a motivação dos participantes. Alguns artigos trazem também que a dificuldade da responsabilização é um grande desafio para a intervenção e que os homens que reconhecem que cometeram uma agressão têm menos chances de desistir dos atendimentos e de cometerem novas agressões (Echeburúa & Amor, 2016; Geldschläger, 2010; Lila et al., 2010; Lila et al., 2013; Muñoz & Ruiz, 2004; Pimentel, 2010; Sarto & Esteban, 2010).

Em se tratando de atendimentos compulsórios, foi observado que a confiança dos homens no sistema de justiça determina a forma como eles chegam às intervenções. Outro desafio para as intervenções relacionadas ao sistema de justiça é a lentidão do processo judicial, que provoca, para o homem, uma dissociação entre o ato violento e a sanção jurídica aplicada, favorecendo à resistência e a autoidentificação como vítimas (Prado & Silva, 2017). Petrucci (2010), em seu estudo sobre vitimização, conclusão dos programas de intervenções encaminhadas pela justiça e níveis de reincidência, constatou que homens

que já tinham registros de ocorrência por violência doméstica foram os que mais desistiram durante a intervenção, seguidos dos homens com registros de outros tipos de violência e, por último, homens que não tinham registros anteriores. Dentre estes, o perfil de homens que mais desistiu dos grupos foi o dos homens mais jovens.

As(os) autoras(es) que apontam essa tendência de desistência, recomendam mais estudos sobre esse fenômeno antes de se fazer qualquer afirmação (Lila et al., 2018). Os artigos relatam ainda um alto índice de evasão das intervenções em grupo, mesmo daquelas com participação compulsória, e, diante dessa realidade, há a recomendação de práticas de manejo para que os participantes se sintam mais engajados nas intervenções e, portanto, continuem participando (Echeburúa, 2013; Gómez et al. 2017; Lima & Büchele, 2011; Ocampo, 2018).

Outro aspecto que é apontado é a desresponsabilização e o desconhecimento por parte dos homens sobre a legislação (Boira et al., 2013; Dziewa & Glowacz, 2018; Lila et al., 2013; Paixão et al. 2018; Prado & Silva, 2017). Tal desconhecimento é associado ao machismo. Os homens consideram as mulheres como propriedade, devido à cultura patriarcal em que estão inseridos, e usam a violência como forma de controle. as(os) autoras(es) demonstram que quando esses homens entram em contato com a justiça por denúncias de violência doméstica, apresentam grande resistência em reconhecer a violência cometida, colocam-se no lugar de vítima e se torna muito difícil o trabalho de responsabilização por seus atos.

É apontada a necessidade de se melhorar a confiança dos homens no sistema jurídico e nas instituições, a fim de evitar a resistência ao processo interventivo e a minimização da responsabilidade pela violência cometida (Boira et al., 2013). Com isso, as intervenções podem ter mais sucesso em relação à reincidência. Sugere-se implantar e reforçar estratégias de ressocialização e reintegração desses homens na comunidade, por

haver estudos que descrevem essas estratégias como efetivas para a diminuição das taxas de repetição da agressão e de reincidência do autor em crimes similares (Paixão et al., 2018; Prado et al., 2017).

Com relação ao sucesso das intervenções e à reincidência, foi observado por técnicas(os) de grupos reflexivos que os homens possuem a tendência de modificar apenas o seu discurso, adaptando-o àquilo que acreditam que as(os) facilitadoras(es) querem ouvir, mas sem alterar a maneira como se relacionam com suas parceiras. Dessa forma, as intervenções podem auxiliar um homem a aprender a controlar a mulher sem manifestações de violência que deixem marcas visíveis ou que possam ser denunciadas (Billand & Paiva, 2017). Assim, é possível que os participantes das intervenções acabem encontrando outras formas de violência que são mais difíceis de detectar. Isso acontece nos casos em que os homens se dizem vítimas do sistema e, durante a intervenção, isso não muda. Eles encaram toda a participação na intervenção apenas como cumprimento da pena. Essa situação é observada com maior frequência nos casos de encaminhamento compulsório, no qual o espaço da intervenção se torna local para troca de experiências entre os homens e também local de aprendizado de formas de violência de difícil detecção. O uso de formas mais sofisticadas de violência após intervenção se torna um problema, no qual ocorre o fim da violência física, mais fácil de detectar, que é substituída por outras formas de controle da mulher (violência moral, violência psicológica e violência patrimonial), sem o uso denunciado de força física (Aguiar & Diniz, 2017; Billand & Paiva, 2017; Schrock et al., 2017).

Como o risco de esses homens serem novamente violentos é alto, sugere-se que a avaliação sistemática de riscos deve ser implementada, sendo que a identificação desses homens permite que os profissionais adotem as medidas mais adequadas para garantir a segurança das vítimas, além de fornecer informações importantes sobre as necessidades

específicas de tratamento. A avaliação de risco deve ser realizada e documentada durante a fase de admissão no programa e a qualquer momento que o comportamento do homem ou a situação indiquem uma possível mudança. A avaliação de risco deve incluir o maior número possível de informações, principalmente a perspectiva do casal, mas também relatórios e informações policiais de outras agências que cuidam do participante ou de sua família (Geldschläger et al., 2010).

Os resultados de efetividade dos programas são incertos, entretanto, percebe-se que os homens que não completam os programas têm maior chance de reincidência e que programas de reeducação geram menores chances de reincidência (Ferrez-Perez & Bosch-Fiol, 2016). Um grande fator de risco para a reincidência é a presença de um histórico criminal, tanto por violência contra a mulher quanto por outros crimes (Klein & Crowe, 2008; McGrath et al., 2007; Riel et al., 2014). Os artigos demonstram que o perfil dos homens com maiores índices de reincidência normalmente é: não-brancos, ser mais novo no momento da primeira prisão, ter mais prisões anteriores, ter uma vítima mulher, não morar junto com a vítima, estar sobre influência de substâncias no momento da violência, ter tempo na prisão como pena para violência (Boots et al. 2015; Easton et al. 2017).

Questões Raciais no Contexto das Intervenções Voltadas para Homens Autores de Violência Contra Mulheres

Como pudemos ver em outras sessões deste trabalho, a dimensão racial está presente em vários aspectos do fenômeno violência contra mulheres, seja pela maior vulnerabilidade das mulheres negras em sofrerem esse tipo de violência, seja pelos homens negros e de origem latina, que são os que lideram a composição dos participantes

dos programas para homens autores de violência contra mulheres, os que mais tem índices de desistência, dentre outros elementos. Porém, esses dados não podem ser lidos fora de seu contexto histórico-cultural ou de maneira reducionista e, por isso, optei por apresentar esse tema em uma sessão exclusiva, dada sua relevância social para a análise deste trabalho. Nesta sessão, destacarei as informações recuperadas nos artigos sobre esses homens, que são os que fazem parte de maneira direta do meu objeto de estudo.

Sabemos que as diferenças raciais extrapolam questões específicas ligadas a aspectos individuais do sujeito, pois o debate racial precisa ser estrutural e não individual (Ribeiro, 2019). Ao falarmos desse fator em relação ao atendimento de homens autores de violência contra mulheres, ele não se limita à possibilidade de homens negros sofrerem discriminação de outros homens participantes do grupo, por exemplo, ou a qualquer outro aspecto relacional de racismo. É necessário considerar a existência de outros tipos de racismo, para além das vivências individuais, como o racismo institucional e estrutural (Almeida, 2019). Assim, vemos que é importante levar em conta os fatores de colonização para entender por que a manifestação da violência se dá de maneira predominante em determinados perfis de homens e como isso atravessa a história dos próprios sujeitos que a praticam.

Mbembe (2018) afirma que quando se fala de políticas do estado moderno, precisa-se também tratar da escravidão, uma vez que ela colocou historicamente a população negra em uma condição que equivale a uma morte social, uma expulsão da humanidade. Nesse sentido, Botosso (2019) traz que

na América Latina, as desigualdades raciais, étnicas e de gênero se constituem em eixos que estruturam a matriz da desigualdade social. E configuram uma lacuna estrutural de reconhecimento, autonomia, bem-estar, o exercício dos direitos das mulheres em relação aos homens, dos povos afrodescendentes e

indígenas em relação ao restante da população, interagindo com as desigualdades territoriais e manifestando-se em diferentes etapas do ciclo da vida (Botosso, 2019, p. 93)

Um estudo de Catlett et al. (2010) aponta que, por questões de racismo estrutural, homens negros têm maior taxa de desistência em programas de intervenção voltados para homens autores de violência contra mulheres por terem, em sua maioria, um histórico de desamparo por parte das instituições públicas. Os autores chamam atenção para o status marginalizado dos homens negros, que frequentemente enfrentam racismo dentro dos limites legais. O estudo conclui que eles tendem a apresentar interações mais problemáticas com o sistema de justiça criminal e, muitas vezes, carregam essa percepção particularmente negativa dessas instituições para os programas terapêuticos voltados a homens autores de violência, o que pode interferir na forma que esses homens se relacionam com as intervenções.

O estudo de Day et al. (2018) discorre a respeito das consequências da colonização sobre a masculinidade dos aborígenes. Os autores detalham que a colonização teve grande impacto em relação à compreensão do papel dos homens nas comunidades. A perda de identidade desses homens após o processo violento de colonização britânico fez com que houvesse um aumento dos níveis de raiva no ambiente doméstico, contribuindo para episódios de violência com suas parceiras.

Porém, isso nos leva a indagar o porquê o alvo da raiva hoje é destinado às mulheres? Lélia Gonzalez (2011) nos lembra que a colonização europeia sempre possuiu um sistema patriarcal-racista e afirmou que ser negra e ser mulher é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão. Com isso, a situação de vulnerabilidade das mulheres quanto à violência que sofrem, justifica-se pela cultura de colonização

absorvida e reproduzida por anos de práticas de violência contra a população negra e indígena no período de colonização, mas também por essa colonização ter em sua raiz uma estrutura racista e patriarcal que abarcou nas colônias juntamente os colonizadores e que é reproduzida até hoje.

Em relação às intervenções realizadas com esses homens, os autores destacam a importância de tratar esse trauma histórico viabilizado pela colonização através de uma abordagem abrangente que considere esses fatores. Tal aspecto dialoga com Fanon (1968), que afirma que "o desdobramento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado" (Fanon, 1968, p. 69). Ao falar da situação do povo argelino, lembra-nos que a criminalidade, a impulsividade e a violência presentes nessa população não são consequência de algo originado de seu caráter, como era defendido pela psiquiatria em um tempo remoto, mas o produto direto da situação colonial, uma espécie de reinterpretação desse contexto.

Ao observarmos especificamente a relação das questões raciais e sua intersecção com a classe social, as condições desses homens no processo judicial ficam ainda mais fragilizadas. Observando os fatores que influenciam a continuidade dos homens nas intervenções, foi verificado que a permanência desses homens se mostra associada à sua ancoragem social e seu sistema de suporte (Chamberland et al., 2007). Foi constatado ainda que ser negro, ser mais jovem, possuir baixa renda, não ter emprego estável, ter baixa escolaridade, fazer uso de drogas e/ou álcool, ter comportamentos geralmente violentos e não ter motivação para seguir a terapia são os fatores mais associados ao abandono das intervenções. Tais informações revelam as condições que Fanon (1968) chamou de *tentativas diárias de morte*, ou seja, a vulnerabilidade social que atravessa a realidade desses homens. Nesse sentido, Fanon ainda nos lembra da política de produção

de vigilância e punição centrada em corpos negros, seja pela polícia ou pelo sistema de justiça.

Com isso, retomo que, somado a essa vulnerabilidade social que a população negra é exposta cotidianamente, há ainda os fatores de risco citados no início do trabalho que contribuem para um aumento da prática da violência e, como vemos agora, também dificultam a permanência desses homens nas intervenções. Lembro que os fatores de risco, tais como escalada na frequência e na intensidade dos tipos de violência, uso abusivo de álcool e/ou outras drogas por parte do autor, como transtornos mentais (alterações de humor, instabilidade emocional, etc.), desemprego ou dificuldades financeiras graves e conflitos relacionados ao cuidado dos filhos (MPDFT, 2018), estão diretamente ligados aos padrões sociais de masculinidade dominante vigente apresentados no início deste trabalho, sendo impossível a dissociação desses fatores do comportamento desses homens. Com isso, vemos que os homens negros estão expostos a uma maior vulnerabilidade social e também um maior distanciamento dos padrões sociais de masculinidade, o que pode ser percebido nas informações encontradas nos artigos recuperados sobre o índice de desistência, de reincidência e de prática da violência contra mulheres.

Surinder (2006) argumenta que os programas voltados para homens autores de violência são desenvolvidos para os padrões e vivências de homens brancos, sustentando que, mesmo com abordagens feministas, homens de etnias e culturas diferentes possuem criações e construções diversas de masculinidades. Ele destaca que os programas devem ser capazes de entender e lidar com essa diversidade, sendo necessário que questões étnico-raciais sejam consideradas no desenvolvimento das intervenções para melhores resultados, seja por meio da percepção e leitura por parte das(os) facilitadoras(es), seja considerando o contexto social em que esses homens estão inseridos.

Aspectos Socioculturais e Psicossociais

Os aspectos socioculturais e psicossociais compreendem as características desses homens autores de violência, dentre raça, idade, escolaridade e classe econômica. Compreendem ainda como esses elementos psicossociais têm relação com a prática da violência, com os efeitos das intervenções, com o relacionamento desses homens com a justiça, entre outros fatores que possuem conexão e podem afetar os atendimentos voltados para esses homens e a forma que eles se implicam ou não nas intervenções realizadas. Cabe lembrar que, ao falarmos dos diversos aspectos sistêmicos que afetam os autores da violência contra mulheres, não se retira aqui a responsabilização individual desses homens pelo ato violento cometido, nem tampouco a disposição para a prática da violência, não se abstém ainda os processos relacionais a que esses homens estão inseridos, mas se soma a todas essas questões sistêmicas, os aspectos socioculturais e psicossociais que fazem parte dos processos de subjetivação dos homens e que podem favorecer a prática da violência, bem como dificultar uma série de processos durante as intervenções.

A relação *classe social e violência contra a mulher* demonstra que existe um padrão de homens que compõem as intervenções, sendo majoritariamente homens que pertencem a famílias de baixa renda. Não podemos deixar de considerar nesse debate a política de produção de vigilância e punição centrada nos corpos negros (Fanon, 1968), que são maioria dentre a classe econômica mais baixa, sendo mais denunciados e mais condenados quando cometem algum crime. Apesar disso, a literatura indica que isso não quer dizer que a violência só está presente nesse contexto, mas que existe uma camuflagem nas classes sociais mais altas, e que nesses casos de violência, em sua

maioria, por algum motivo não chegam a ser denunciados (Lila et al., 2013; Paiva & Vasconcelos, 2015).

A categoria masculinidades hegemônicas como fator principal para a violência traz várias relações entre a masculinidade e a violência contra a mulher, demonstrando que a violência acontece como uma forma de reafirmar a masculinidade. Como debatido antes, os homens acreditam que, de alguma forma, não atingiram as expectativas de masculinidade, "do homem ideal", estabelecido pela masculinidade hegemônica e uma forma de descarregar suas emoções é por meio da violência, por se sentirem pressionados a atingir as expectativas dessa masculinidade. Sabemos da influência dos fatores de risco que afetam principalmente os homens negros e de classe econômica mais baixa, uma vez que uma característica da masculinidade hegemônica é a figura do homem provedor, que se mostra menos presente em famílias de baixa renda. Nesses casos, o homem se sente desonrado em sua masculinidade e recorre à violência como forma de tentar manter o poder, podendo combinar essa violência com o uso de álcool (Fleming et al., 2015; Gadd, 2000; Hoang et al., 2013).

Outro aspecto relevante, principalmente nos programas da Europa e norte-americanos, diz respeito ao fato de os homens que compõem os programas serem predominantemente de imigrantes latinos. Apesar de uma pesquisa desenvolvida em Navarro encontrar em seus resultados que as intervenções realizadas nesse programa teriam sido igualmente efetivas para imigrantes e não-imigrantes (Echauri et al., 2013), há diferentes argumentos utilizados em outros estudos que demonstram que, para além de diferenças raciais e socioeconômicas, devem ser consideradas as diferenças culturais desses homens (Beiras et al., 2015; Lila et al., 2010; Lila et al., 2013; Niekerk & Boonzaier, 2016).

Os artigos que debatem sobre as questões socioculturais para as intervenções realizadas em grupo trazem ainda a dificuldade da coesão grupal, dada à diferença cultural encontrada intragrupo. A coesão do grupo é um fator importante para maior efetividade da intervenção e, conseqüentemente, menor reincidência (Beech & Hamilton-Giachritsis, 2005). Os artigos justificam essa desarmonia principalmente por diferenças de idade entre participantes, classe econômica, de raça ou ainda por adaptações de intervenções que não levaram em conta as diferenças entre o contexto em que a intervenção foi criada e o contexto para o qual estavam tentando replicar. Eles se referem às intervenções que foram criadas em contexto americano, como é o caso dos programas *Emerge* e o *Duluth*, e depois replicadas em outros países com diferenças culturais ou em imigrantes de outros países vivendo nos Estados Unidos ou Europa (Carbajosa & Boira, 2013; Guerrero-Molina et al., 2016; Moertl et al., 2010; Ocampo, 2018).

Nesse sentido, existem divergências quanto à importância de se levar em conta o contexto cultural dos homens na intervenção. Algumas(uns) autoras(es) ressaltam a importância da existência de programas que pensem os participantes dentro do seu contexto cultural (Boira et al., 2013; Echeburúa, 2013; Gadd, 2002; Gondolf, 2011; Laisser et al., 2011; Lima & Mélló, 2013; Thomson et al., 2013), já outros defendem que uma mesma intervenção pode ser construída para diferentes contextos culturais, sem perda de qualidade e de eficácia (Vargas et al. 2015).

Outro possível viés sociocultural e psicossocial está relacionado a uma das críticas de Granja (2009), que fala sobre a correlação direta e simplista entre o uso de drogas e a violência, que desconsidera os demais aspectos culturais e sociais que orientam a construção dos papéis de homens e mulheres na nossa sociedade. De tal forma, Gupta (2013) sugere que as intervenções tenham um olhar global sobre o sujeito e que as intervenções sejam pensadas de acordo com o contexto.

Assim, deve-se desafiar criticamente as noções dominantes da masculinidade, sempre reconhecendo que os processos de gênero não são estáveis e contínuos em todos os homens, ou seja, considerar questões sociais como raça e cultura ao trabalhar em intervenções é essencial (Lau & Stevens, 2010). Do mesmo modo, Ehrensaft (2008) sugere que sejam levados em consideração questões específicas ligadas à raça, situação socioeconômica e cultura do lugar, como, por exemplo, guerras e colonização de determinado país, que perpetuam uma cultura de violência. Afinal, a violência contra mulheres não pode ser erradicada sem que se faça um desmonte da estrutura ideológica patriarcal que a sustenta e que atravessa os diversos tecidos sociais (Delgado & Viejo, 2017).

Percebemos assim que, para que seja demonstrado que tais estudos e intervenções devam ser culturalmente sensíveis, é necessário entender contextos específicos e intersecções de classe social, etnia, raça e situação socioeconômica com mais estudos que avaliem essas variáveis concomitantemente com as intervenções. Ao mesmo tempo, vemos que, apesar de serem feitas essas considerações, pouco se encontra sobre formas práticas e concretas de como desenvolver um programa com essas características.

Aspectos Psicológicos e Emocionais

Os aspectos psicológicos dos participantes foram apontados como um fator de grande influência na aderência e abertura aos atendimentos com homens autores de violência. Riel (2014) sugere que questões psicológicas, como transtornos mentais, o histórico de violência na vida dos participantes e outros fatores de risco, como a situação social e econômica, também afetam a permanência desse homem nas intervenções, sendo necessário identificar essas especificidades de cada um e adaptar as intervenções de forma

mais individualizada quando necessário (Hamberger et al., 2000). Várias(os) autoras(os)es chamam a atenção para os aspectos individuais e emocionais comuns em homens que chegam nos serviços de atendimento, destacando um estado depressivo, angustiado, com sentimento de vergonha e, às vezes, dependência de álcool e outras drogas (Boots et al., 2015; Lila et al. 2013; Ocampo, 2018). Outro ponto de destaque é que, apesar das resistências, esses homens demonstram uma necessidade de falar sobre o ocorrido (violência praticada) e de expressar seus sentimentos, por não terem com quem conversar, devido ao isolamento social (Ocampo, 2018).

Aymer (2008) parte da premissa de que a exposição à violência e ao abuso ao longo da infância moldam inconscientemente a dinâmica de relacionamento, contribuindo para que os homens que tiveram essas vivências perpetrem a violência com suas parceiras e filhos na vida adulta. Além disso, destaca a importância de o histórico de abuso desses homens fazer parte do trabalho clínico para que a intervenção seja eficaz. É sugerido que, durante a intervenção, os terapeutas tenham um olhar atento para possíveis casos de depressão, ansiedade, baixa autoestima, desemprego e outras vulnerabilidades, pois isso tem papel importante na reincidência dos participantes (Tutty, 2016). As ideias ligadas à masculinidade hegemônica como sucesso financeiro e sexual, raiva e agressividade, como principais marcadores da expressão de sentimentos, somada às vulnerabilidades citadas colaboram para a reincidência desses homens à violência, por isso a importância de alertar sobre as questões psicológicas do sujeito.

O uso abusivo de álcool é colocado como um grande fator de risco também. Os homens nessas condições apresentam menores ganhos da intervenção e sugere-se que sejam feitas concomitantemente intervenções relacionadas a álcool (Lila et al., 2012; Gondolf, 2008). O ajuste psicológico dos homens participantes é sugerido como caminho promissor para melhor eficácia da intervenção (Lila, 2013).

Alguns artigos sugerem trabalhar a afetividade masculina, fornecendo elementos dinâmicos para os homens lidarem em seus relacionamentos cotidianos (Fleming et al., 2015; Flood, 2015; Lonngi, 2017; Paixão et al., 2018; Surinder, 2006; Thomson et al., 2013). É apontado ainda a necessidade do desenvolvimento da autonomia e da tomada de decisões que façam frente à normatividade da masculinidade hegemônica e desativem mecanismos de opressão. As(os) autoras(es) falam ainda da importância de considerar o impacto e as emoções sentidos pelos homens ao praticarem a violência, encontrando vergonha, culpa, raiva e tristeza como as principais emoções relatadas pelos homens (Brennan et al., 2016; Kaplenko et al., 2018; Lila et al., 2010; Rodríguez-Espartal & Lopez-Zafra, 2013; Sarto & Esteban, 2010). Por fim, destacam que para uma intervenção mais eficiente essas emoções devem ser elaboradas, considerando sua maneira e motivos de se manifestar.

Crenças dos Autores de Violência Contra Mulheres

Dentre os problemas enfrentados na prática dos atendimentos a homens autores de violência contra mulheres, um dos grandes obstáculos relatados é a noção de masculinidade enraizada, que dificulta que os homens assumam a responsabilidade pela violência cometida. Em vários artigos, as crenças dos homens em relação à masculinidade e feminilidade entram em conflito com a responsabilização pela violência, sendo apontado que, inicialmente, o homem sequer entende o ato cometido como violência (Catlett et al., 2010; Expósito & Ruiz, 2010; Moraes & Ribeiro, 2012; Niekerk & Boonzaier, 2016; Ocampo, 2018; Paiva & Vasconcelos, 2015; Silva et al., 2015;).

Lau e Stevens (2010) nos apresentam que há um padrão do uso da violência pelos homens e que ela é utilizada tanto para manter o controle no relacionamento, quanto como

uma expressão da perda do controle, sendo a forma que o homem encontra de expressar sua emoção. Por ser homem, ele entende que não pode expressar seus sentimentos de outras formas. Esse pensamento é mantido por uma ideia sexista e machista que é socialmente imposta de que as mulheres são sensíveis e emotivas, enquanto os homens são racionais e explosivos. Sendo assim, já é naturalizada a ideia do homem violento como forma de expressão, que segue o modelo de masculinidade hegemônica. Foi identificada a narrativa de que os homens cometem agressões pelo fato de sentirem que sua posição de poder na relação conjugal está ameaçada e, então, a violência funcionaria como uma forma de manutenção da hierarquia de poder desses homens, que se sentem ameaçados pela autonomia de suas mulheres (Alves et al., 2012; Cortez et al. 2010; Cortez & Sousa, 2010; Gomes et al. 2008; Pimentel, 2010; Ramos, 2013; Silva et. al., 2015; Silveira et al., 2009; Sousa et. al., 2016).

A violência praticada também foi associada à expressão de amor, pelo medo do abandono, ciúmes por "amar demais" e para negar a feminilidade que os homens apresentavam em si mesmos. Em um estudo de caso, Stenzel e Lisboa (2017) relatam que o autor da violência não teria recursos psíquicos para lidar com o nível de estresse que enfrenta em função do ciúme que sente da companheira. As(os) autoras(es) trazem ainda que, a partir de uma visão psicanalítica, há uma fragilidade na autoestima desse homem, por uma ferida narcísica que influencia as relações amorosas, uma vez que parecem se sentir desvalorizados em sua estima. Silva e Sattler (2015) afirmam que o ciúme pode ser encarado como uma negação de sentimentos ambivalentes e de projeção da sua insatisfação no outro, uma vez que a baixa autoestima é uma das características mais relacionadas ao ciúme. Paiva e Vasconcelos (2015), relatam que com advento das mudanças culturais sobre as relações de gênero adentrando no ambiente doméstico, foi possível perceber que o início dos conflitos familiares está relacionado a fatores como

mulheres trabalhando, chefiando lares e dividindo contas com o parceiro, em um contexto em que se desenvolve o ciúme em relação à dedicação das mulheres a outros aspectos das suas vidas que não o lar, o marido e os filhos. Dessa maneira, o ciúme passaria a ser romantizado, pois nele encontra-se uma expressão de amor, de proteção, de chamar atenção, que é aceita socialmente, tendo em vista que os homens não possuiriam outras estratégias de se expressar o que sentem para além da violência, uma ideia esta imposta pelo modelo de masculinidade hegemônica.

Outra ideia naturalizada em nossa sociedade que apoia o alto índice de violência contra mulheres é a visão de posseção das mulheres, como objetos que os homens possuem, justificando assim o ciúme exagerado e, muitas vezes, violento para com elas. Vasconcelos e Machado (2015) exemplificam que, quando os homens não conseguem controlar mais os comportamentos ou hábitos de sua mulher ou filha, quando não conseguem mais reter os ciúmes ou quando não enxergam na mulher o papel de “dona do lar”, então surge a violência como forma de “proteger a si e sua família”. As(os) autoras(es) reforçam que "essa percepção masculina se insere na crença de longa duração de que cabe ao homem controlar e proteger a família" (Vasconcelos e Machado, 2015, p. 270). Assim, pesquisadoras(es) do tema perceberam o ciúme como a razão mais alegada pelos homens para justificar a agressão violenta. Sendo assim, podemos concluir que a perspectiva feminista e de gênero é fundamental para que se consiga fazer essa leitura sobre como a violência é uma forma de manutenção das relações de poder entre homens e mulheres.

Cabe lembrar que ao falarmos dos diversos aspectos sistêmicos que afetam os autores da violência contra mulheres, não se retira aqui a responsabilização individual desses homens pelo ato violento cometido, nem tampouco se legitima o ciúme ou qualquer crença dos autores de violência, apesar de respaldado culturalmente, como

justificativa para a prática da violência. Os aspectos culturais que moldam as crenças dos autores de violência não podem ser vistos como uma força unilateral e determinante para a constituição dos indivíduos, mas que os processos relacionais a que esses homens estão inseridos, somados a todas essas questões sistêmicas, contribuem para os processos de subjetivação dos homens, que podem favorecer a prática da violência, bem como dificultar uma série de processos durante as intervenções.

Portanto, é sugerido que seja feita a análise das atitudes e crenças desses homens e de que forma eles assumem ou não a responsabilidade por suas ações violentas (Guerrero-Molina et al., 2016). A responsabilização é apontada por Giesbrecht (2018) como uma das partes mais importantes do processo terapêutico, pois, assim, os homens entendem o porquê de estarem naquele programa. Por fim, Boira et al. (2013) ressalta a importância de considerar as características e crenças dos participantes para promover uma atitude empática, despertando motivação, vínculo e possibilidade de mudança.

Sensibilização dos Homens

Um desafio encontrado nas intervenções é sobre o desenvolvimento de técnicas e estratégias para acessar e sensibilizar os homens sobre a situação da violência praticada e da necessidade de mudança por meio da responsabilização. Stenzel e Lisboa (2017) apontaram que é preciso oportunizar espaços de encontro em saúde mental que proporcionem vivências de respeito e de testemunho da dor do passado, para a partir desse ambiente seguro, os homens conseguirem legitimar e nomear seus sentimentos, inclusive sofrimentos e angústias, para que se possa iniciar a construção de outros modos de se vincular. Sabemos que a socialização dos homens diante dos papéis de gênero possui a tendência de suprimir a expressão natural dos sentimentos, desde a criação de meninos

para homens, como vimos aqui, até o distanciamento da emocionalidade, característica essa que se aproxima do que é visto como feminino.

Sendo assim, esse aspecto foi conceituado como *alexitimia masculina*, que significa a inabilidade dos homens de expressarem verbalmente as próprias emoções (Levant, 2003). Portanto, um espaço em que os homens possam refletir sobre o fracasso dos seus projetos de felicidades baseados na ideologia patriarcal, que exige que este homem seja forte, racional, provedor entre outras características tidas como “masculinas” na nossa sociedade é essencial (Billand & Paiva, 2017). Para lidar com a dificuldade dos homens de falar das próprias emoções, Levant (2003) sugere cinco passos desenvolvido em um programa voltado para alexitimia que podem ser utilizados como técnicas interventivas nos programas para homens autores de violência, sendo: (a) psicoeducação sobre alexitimia; (b) desenvolver um vocabulário para as emoções; (c) aprender a ler as emoções dos outros; (d) Manter um armazenamento de respostas emocionais; e (e) praticar a autoconsciência e a empatia emocional.

É sugerido que se criem estratégias para a sensibilização de homens de forma a atraí-los espontaneamente para os atendimentos, o que facilita a motivação, ao contrário da maior parte dos atendimentos, que acontecem de maneira compulsória, como apontado no início dos resultados. Outro fator apontado por Lee (2004) como positivo na procura espontânea de grupos reflexivos para homens é que permite a presença de outros homens da comunidade, mesmo que não sejam autores de violência, o que se torna algo benéfico para enriquecimento da intervenção. Porém, acredito que esse aspecto pode variar de acordo com o objetivo da intervenção, pois sendo um grupo reflexivo que busca trabalhar masculinidades, não necessariamente debateria temas relacionados à violência contra mulheres. Recomenda-se trocar as campanhas publicitárias sobre procura de programas para homens autores de violência com cunho negativo por campanhas positivas, que se

apresentem como uma possibilidade de procurar ajuda (Thomson et al., 2013). Segundo Campbell et al. (2010), uma procura espontânea por ajuda é importante para que as intervenções cheguem a quem precisa, já que há uma subnotificação da violência contra a mulher. A partir da sensibilização dos homens que participaram da intervenção, eles se tornam colaboradores e propagadores das reflexões propiciadas pelos grupos para o resto da comunidade (Nelson et al., 2010).

Rodríguez e Hernández (2015) e Hoang et al. (2013) notaram que a paternidade tem grande potencial de transformação quando se fala violência doméstica, o que poderia funcionar também como um fator de sensibilização nos homens, uma vez que os convocaria para outras vivências de masculinidades. Em contrapartida, a literatura não é consistente quanto à diminuição da violência quando há a gravidez (Okada et al., 2015). As(os) autoras(es) apresentam dados que, dependendo de aspectos culturais, sugerem que a gestação é um período de especial vulnerabilidade para a mulher, pois aumenta as chances de agressão física. Em seu estudo realizado com 385 puérperas em uma maternidade filantrópica vinculada ao sistema público de saúde de São Paulo, as(os) autoras(es) relatam que dentre as mulheres entrevistadas, 36.9% mulheres foram vítimas da violência doméstica em algum momento da vida e 34.6% durante a gravidez.

Ações Preventivas e Responsabilidade do Estado.

A menção à alguma política pública para homens autores de violência ocorreu em 48,2% dos artigos, sendo que 38,5% (30) sugerem algum tipo de alteração. Os grupos reflexivos com homens autores de violência contra mulheres ainda são o objeto principal para o combate à violência contra mulheres, sendo que tais intervenções ainda não constituem uma política pública amplamente sustentada pelo estado, muito por conta das

dificuldades em implementar plenamente em todo território nacional. Além disso, as modalidades de intervenções que buscam lidar com os homens ainda não são reconhecidas como parte da solução ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

Os estudos que sugerem alterações são majoritariamente do Brasil (17), seguido dos Estados Unidos (3), Espanha (2), México (2), Equador, Venezuela, Nicarágua, Bélgica, República Tcheca e Inglaterra. Com exceção dos Estados Unidos, Bélgica, República Tcheca e Inglaterra, vemos que os demais países são da América Latina. As sugestões dos artigos são: (a) que o processo de responsabilização se dê por meio da justiça restaurativa e não punitivista, abrangendo dimensões de reorientação, promoção e prevenção; (b) fazer uma definição detalhada sobre a estrutura e organização dos centros de atendimento aos homens; (c) estabelecer a obrigatoriedade na participação dos réus a essas medidas socioeducativas; (d) trabalhar os aspectos preventivos de violência contra mulheres, principalmente debatendo sobre as masculinidades e aspectos relacionados a gênero nos currículos escolares; (e) no caso do Brasil, a implementação efetiva do que prevê a LMP em todos os estados e municípios; (f) levar em consideração a gravidade da violência, variando entre pequenos conflitos, agressões mútuas e violência letal; (g) alteração da morosidade da justiça ao encaminhar os homens para as intervenções; (h) mais políticas públicas voltadas para os homens que cometem violência; (i) integralidade entre os sistemas de saúde, justiça e educação para a prevenção e promoção de saúde da população.

De maneira geral, há ainda a sugestão um olhar multidisciplinar, integrando os serviços oferecidos com as políticas públicas, chamando a atenção para a necessidade de um olhar mais humano para esses homens, que são restritos ao rótulo de agressor. Um ponto de destaque é o fato da grande integração entre áreas do conhecimento, serviços públicos e ONG 's.

Embora os fatores de risco para a prática da violência contra mulheres tenham sido apontados na pesquisa atual, fatores adicionais precisam ser considerados, implicando a necessidade de atender a meios e objetivos culturalmente formados, bem como uma abordagem restaurativa para o desenvolvimento e entrega do programa. É necessário ter uma abordagem decididamente restauradora em relação ao risco. Nos programas de atendimento a autores de violência têm havido uma ênfase maior nos “problemas” dentro da comunidade e pouca ênfase nas soluções. É importante ressaltar a importância de pesquisas e programas sobre assumir a responsabilidade na avaliação de riscos, para que haja uma clara sensibilidade ao que é viável para o casal no contexto violento em que vivem. Também é importante reconhecer e considerar a demanda de pesquisas sobre fatores de proteção que reduzem o risco.

Nos artigos brasileiros, vários dos autores fazem uma crítica clara à Lei Maria da Penha, inicialmente fazem a ressalva de que a lei ainda não está em pleno funcionamento. De qualquer forma, a lei propõe que os homens autuados devem passar por uma socioeducação e que deveríamos ter espaços exclusivos para isso, entretanto, deixa uma lacuna e não nos diz como montar esses centros e como devem ser os atendimentos (Billand & Paiva, 2017; Medrado & Mélo, 2008; Paiva & Vasconcelos, 2015; Vasconcelos, 2011; Vasconcelos & Machado, 2015; Vivian & Elisa 2016). A concentração dos centros existentes nas regiões Sul e Sudeste reforça que a aplicabilidade da lei ainda é um obstáculo, já que não atinge toda a população e nem da forma que deveria (Medrado et al., 2011; Oliveira et al. 2015). Além disso, alguns autores falam da falta de políticas de prevenção, inclusive de um olhar mais abrangente sobre o sujeito e intervenções em conjunto com a saúde e educação, em resumo, um olhar multidisciplinar do fenômeno (Granja & Medrado, 2009; Medrado & Mélo, 2008; Paixão et al. 2018; Vivian & Elisa 2016).

Para além de críticas e sugestões sobre o atendimento aos homens autores de violência, também foi sugerido o desenvolvimento de campanhas preventivas para lidar com o problema da violência contra a mulher (Campbell, 2010). É sugerido o uso da escala *Intimate Partner Violence Responsibility Attribution Scale* (IPVRAS), que se propõe a medir o grau de responsabilização do autor da violência para possíveis intervenções de prevenção (Lila, 2013). Starmann (2017) sugere que essas intervenções preventivas sejam realizadas com casais, pois, além de se mostrarem eficazes na diminuição da violência, também melhoram outros aspectos da vida do casal, como melhoria econômica.

É imprescindível envolver a população, além da comunidade profissional, que é necessária, mas não suficiente, incluindo líderes locais, indivíduos com conhecimento da família, valorizando o conhecimento cultural coletivamente mantido por membros da comunidade, o que poderia contribuir para uma avaliação do risco de violência contra mulheres e da segurança das mulheres.

Os programas que monitoram e tratam homens autores de violência podem ser ajustados para garantir que eles promovam um olhar mais sensível de cada situação. Os sistemas de justiça utilizam a abordagem de "tamanho único" para o tratamento de autores de violência. Essa abordagem reflete o movimento social para criação de estruturas rígidas de opressão social, desconsiderando raça e condição social. Os homens menos instruídos, de baixa renda e que enfrentam vários desafios da vida, estão menos preocupados em considerar e alterar suas atitudes sexistas e poderiam se envolver mais plenamente em uma modalidade de tratamento que atendesse às suas características sociais e emocionais únicas. Além disso, as pesquisas confirmam, que as detenções por violência doméstica envolvem um número desproporcionalmente alto de homens pobres, homens negros e latinos. E em todos os pontos de interação com o sistema jurídico, esses

homens são tratados pior do que os homens brancos. Sugere-se que o Estado desenvolva abordagens que se concentrem no trabalho e a prática da justiça restaurativa são mais aconselhadas para as comunidades raciais e economicamente subordinadas (Catlett et al., 2010).

Foi apontado que o governo tem a responsabilidade de criar um diálogo e promover conscientização sobre a violência de gênero, objetivando empoderar as mulheres e reeducar os homens (Nilan et al., 2014). É sugerido que a Justiça desenvolva diferentes formas de combate à prática da violência (Vasconcelos & Machado, 2015) por meio da articulação com a educação e a saúde, a fim de oportunizar momentos reflexivos para homens e mulheres, bem como a reeducação e ressocialização desses indivíduos para que não mais reincidam no crime (Paixão et al., 2018). A realização desses trabalhos socioeducativos deve objetivar dar oportunidade para esses homens repensarem a si, as relações de gênero e a violência.

As abordagens preventivas se apresentam como parte da capacitação profissional em equipes que atuam na saúde da família e na atenção primária para prevenção da violência contra mulheres no ambiente comunitário e escolar. Afirma-se ainda a importância de se pensar em ações preventivas nas escolas para desconstruir o modelo patriarcal vigente e a resolução de conflitos de maneira pacífica (Flood, 2015; Lima & Mélo, 2013; Paixão et al., 2018). Esse tipo de abordagem, que tem cunho educativo, é muito vantajoso, uma vez que a violência não chega a acontecer e, portanto, não existe o sofrimento de todas as partes envolvidas, pensando na mulher e também nas crianças que podem fazer parte do núcleo familiar. Além disso, o custo de intervenções preventivas, a longo prazo, é bem menor se comparadas a posvenção. Os serviços atuais, não possuem investimento suficiente para funcionar da melhor forma (Gondolf, 2008).

Widman et al. (2013) se referem à prevenção primária como a forma principal e mais efetiva de lidar com a violência contra mulher. Mankowski et al. (2002) e Hoang et al. (2013) chamaram a atenção para a necessidade de programas educativos para promover a mudança do que é socialmente aceito como “ser homem” e todas as causas de violência de gênero, que tem fundo estrutural, além de outras interseccionalidades como raça e classe. Esses aspectos foram trabalhados na intervenção preventiva na Costa do Marfim em uma população rural com altos níveis de violência (Starmann et al., 2013). Como resultado da intervenção preventiva, houve um aumento de consciência sobre violência doméstica e o aumento no número de denúncias.

Temas Sugeridos para Futuros Estudos

A partir da leitura dos artigos recuperados para esta pesquisa foi possível perceber a presença da discussão sobre a importância de mais estudos e pesquisas sobre as intervenções e a perspectiva de gênero em geral. Falb (2014) sugere mais estudos ligados às normas tradicionais da expressão do masculino como provedores econômicos da família e como esse papel é ameaçado em situação de extrema pobreza, violência e conflitos armados. Essas condições afloram, no homem, o sentimento de desvalorização ao não alcançarem o ideal de masculinidade hegemônica e, conseqüentemente, contribuem para a perpetuação da violência contra mulheres. Recomendam-se ainda mais estudos empíricos sobre como realizar atendimentos a esses homens e sobre sua efetividade, até porque é sabido que há uma variedade de modelos de intervenção e de atendimentos, assim como de público (Dempsey & Day, 2011; Feder & Dugan, 2002). Nesse sentido, é indicado que haja mais estudos sobre a utilização da perspectiva feminista para o desenvolvimento dos programas voltados para autores de violência

contra mulheres, uma vez que Dempsey e Day (2011) aponta um estudo que critica programas influenciados por abordagens feministas, no qual a relação desses atendimentos teriam objetivos políticos e ativistas e, por isso, faltaria base teórica ou serem originados em experimentos empíricos ou experiência clínica. As(os) autoras(es) trazem que esses estudos citam "a falta de atenção aos fatores psicológicos, como a ligação entre raiva e violência, a desregulação das emoções por meio de trauma, rejeição paterna e transtornos de apego" (Dempsey e Day, 2011, p. 427). Em contrapartida, apresentam outras(os) autoras(es) que defendem que "é necessário abordar os sistemas de crenças de justificação e racionalização a partir de uma estrutura de uma teoria política e orientada para o gênero" (Dempsey e Day, 2011, p. 427). Por fim, as(os) autoras(es) afirmam que, independentemente da abordagem teórica escolhida, há nitidamente uma necessidade de melhorar a eficácia dos programas de intervenção que são oferecidos aos perpetradores de violência doméstica e, por isso, o apontamento de mais estudos sobre o êxito dos programas em seus objetivos junto aos homens.

Outros temas específicos foram sugeridos para aprofundamento dos estudos sobre homens autores de violência contra mulheres. Propôs-se, por exemplo, a intersecção de estudos relacionados a imigrantes, pois foi verificado que mais de 50% dos homens que participam dos programas voltados para autores de violência na Espanha são imigrantes (Echauri, 2013); estudos sobre como as intervenções são afetadas se o casal moram juntos (Boots, 2015); pesquisas sobre violência conjugal contra mulheres em contexto de extrema violência e guerra (Dempsey & Day, 2013); pesquisas sobre os tipos de violência que ocorrem para que as intervenções sejam mais bem planejadas de acordo com o perfil dos homens atendidos, levando-se em conta classe social, escolaridade, raça etc. (Hall, 2012); e, estudos sobre o impacto da intervenção compulsória, pois os resultados até então encontrados são mistos em relação à sua efetividade (Niekerk & Boonzaier, 2016).

Foi possível perceber que a temática sobre homens autores de violência contra mulheres ainda é muito nova, sendo que o campo de intervenções com homens é algo relativamente recente e gera controvérsias no meio feminista. Vimos que a literatura mundial denota a importância da promoção da equidade de gênero e do combate à violência contra mulheres, tendo como foco o vetor principal desse fenômeno social: os homens e os modelos hegemônicos de masculinidades vigentes em nossa sociedade. Apesar disso, há o cuidado que se deve tomar ao tornar os homens mais ativos no processo de combate a violência, para não ocorrer uma nova marginalização das mulheres. É indicado observar para que não se coloque o protagonismo nos homens, uma vez que o aumento da participação dos homens nos estudos e pesquisas relacionadas às questões de gênero, reforçaria ideias patriarcais, apresentando os homens como ativistas da causa ou os colocando em uma posição de protetores das mulheres.

Considerações Finais

Diante dos dados obtidos a partir desta revisão integrativa e, considerando os referenciais teóricos e os diferentes modelos interventivos de atendimento psicossocial utilizados com homens autores de violência contra mulheres, é possível perceber como fundamental a discussão sobre o atendimento a essa população. Para isso, torna-se necessária a realização de estudos que englobem as experiências já existentes, identificando lacunas e desafios presentes nessa prática. Assim, sintetizei um conjunto de discussões, críticas e sugestões segundo a literatura mundial e tracei um panorama dos estudos sobre esse tema. Levei em consideração as variáveis dos modelos interventivos, tais como tipo de população, questões socioculturais, em que contexto os modelos encontrados podem ser mais adequados, dentre outras questões. Dessa forma, apresentei

os aspectos identificados em torno de quatro eixos centrais: contexto de produção dos artigos, atendimentos, profissionais e homens autores de violência.

Contexto de produção dos artigos

Vimos que os 162 artigos analisados representam apenas 2,2% do total de artigos recuperados inicialmente e que houve um crescimento substancial de publicações a partir de 2009, o que demonstrou o ritmo de crescimento das produções científicas e as iniciativas nacionais e internacionais voltadas para os homens e as masculinidades.

No que se refere à origem geográfica, os países com mais publicações sobre atendimentos para homens autores de violência contra mulheres foram os Estados Unidos, a Espanha e o Brasil. Percebemos a presença massiva da perspectiva feminista nas produções brasileiras. Nas produções espanholas, sua utilização ainda está em crescimento. Chamou a atenção a ausência significativa da perspectiva feminista nos artigos de origem norte-americana, sendo que somente 38,8% a utilizaram.

Sobre a autoria das pesquisas, vimos que as pesquisas relacionadas à violência contra mulheres foram iniciadas pelo movimento feminista e que havia pouca participação de pesquisadores do sexo masculino, mas que, à medida que a temática se aproximou das masculinidades e dos homens autores de violência, houve uma maior participação de homens pesquisando sobre o tema. Com isso, sugeri a importância de que eles se comprometam e apontem aspectos reais de mudança para si mesmos, para além da cumplicidade masculina, e que é fundamental a participação dos homens no processo de construção de novas possibilidades de masculinidades.

Sobre o método de pesquisa, majoritariamente se trata de estudos empíricos e vimos a presença prevalente do uso da abordagem qualitativa para o tema homens autores de violência contra mulheres. Algumas perspectivas sobre o tema, tais como a percepção dos

próprios homens sobre os programas interventivos, o debate entre questões raciais e a violência contra mulheres, percepções e postura das(os) facilitadoras(es) frente aos homens autores de violência e diversos aspectos que envolvem as políticas públicas, só são pesquisadas quando se trata de estudos qualitativos ou mistos. Entretanto, foi possível observar que, independente do tipo de abordagem, os estudos possuem alguns objetivos de pesquisa em comum: a eficácia das intervenções *versus* a reincidência/abandono/mudança, relação entre as masculinidades e a violência contra mulheres, percepção da violência praticada e aspectos emocionais/psicológicos dos homens.

Atendimentos

Sobre a abordagem teórica e a perspectiva feminista nos atendimentos, vimos que são usadas as mais diversas abordagens psicológicas. Os dados demonstraram que a TCC é a mais utilizada nas intervenções, porém a maioria dos artigos (56%) não cita a abordagem utilizada. Com isso, destaco a importância de não se focar apenas nas tentativas de mudança de atitudes e comportamentos individuais, mas de se promover reflexões sobre por que os homens praticam a violência. Os artigos ressaltam a importância de que, independentemente da abordagem, deve-se considerar as diferenças culturais nas intervenções. A utilização da perspectiva feminista para a realização dos atendimentos também tem se mostrado um recurso importante.

Sobre a forma de encaminhamento dos homens, a maioria dos estudos revisados relata encaminhamentos judiciais, sendo que a quantidade de encaminhamentos compulsórios e espontâneos não se diferenciam tanto entre si. Constatamos a importância das ONG's e das universidades que realizam pesquisas nessa temática para a oferta de atendimentos aos homens. É recomendada a realização de mais estudos que comprovem

se há diferença na eficácia dos atendimentos quando os homens se inseriram no programa de maneira compulsória ou voluntária, indicando os resultados das intervenções.

Sobre as modalidades de atendimentos, observamos que eles acontecem de maneira exclusivamente individual, exclusivamente em grupo ou combinando atendimentos individuais e em grupo. Dentre os artigos que relatam atendimentos em grupo, há relatos de várias configurações, sendo realizados grupos somente com homens, misto - homens e mulheres juntas - e configurações diversas (familiar ou conjugal e individual; grupo de casais e grupo de homens; somente do casal; grupos somente de homens somados a sessões exclusivas com o casal; atendimento somente de homens somado ao atendimento somente de mulheres acontecendo em paralelo, porém separadamente). Constatamos que os atendimentos acontecem majoritariamente em grupos exclusivos de homens, sendo as intervenções em grupo a forma mais comum de atendimento, o que seria explicado pela forma de coletividade masculina em que a subjetividade dos homens é construída, o que os faria se sentirem mais confortáveis para aderir às intervenções.

Sobre a triagem e seleção dos perfis dos homens, é indicado considerar as mais diversas características individuais (percepção sobre o ato cometido, nível de autoestima, classe social, escolaridade, etc.), os aspectos psicossociais dos homens, a gravidade da violência cometida, dentre outros fatores. Há o apontamento de que esses aspectos poderiam influenciar a eficácia dos atendimentos e a homogeneidade do grupo. O destaque para que o grupo seja homogêneo se dá, pois desequilíbrios na composição dos integrantes do grupo pode influenciar as reações dos homens nas situações de estresse e conflito, bem como dificultar o ritmo e a dinâmica das intervenções. Apesar de ser apontado em vários momentos que deve-se considerar a gravidade da violência cometida para avaliar características e desempenho dos homens nas intervenção, não se fala o que poderia ser utilizado como critério para mensurar essa gravidade.

Sobre a importância do gênero na coordenação dos grupos, foram debatidas as repercussões das coordenações conduzidas por mulheres, homens ou homens e mulheres em conjunto. Foi apontado que as facilitadoras mulheres tendem a ter sua função descredibilizada em alguma instância pelos participantes e que os facilitadores homens podem reproduzir relações desiguais baseadas nas masculinidades hegemônicas. Foi sugerida a coordenação mista dos grupos, o que funcionaria como um modelo para a equidade na relação entre mulheres e homens. Por fim, foi apontado que os facilitadores homens precisam passar por um trabalho reflexivo pessoal com o objetivo de repensarem sua masculinidade.

Sobre a quantidade de encontros e os acompanhamentos pós-intervenção (*follow-up*), a literatura sugere que o mínimo indicado seria 10 sessões, porém se mostra inconclusiva em relação à qual seria a quantidade ideal de encontros para que se obtivessem intervenções eficazes. Acredita-se que, quanto maior a quantidade de encontros, maiores os benefícios para a mudança e reeducação desses homens. As formas existentes atualmente de *follow-up* para verificar a eficácia das intervenções apresentaram algumas dificuldades, tais como as divergências de quando é o ideal começar esse acompanhamento e por quanto tempo ele deve ser mantido, não interesse dos homens em contribuir com essa etapa do processo, se devem ser feitos pessoalmente ou por telefone também é viável e atendimento em conjunto com a vítima da violência após determinado período. Foi demonstrada a necessidade de que haja mais estudos acerca da sistematização e eficiência desse *follow-up*, e que esses estudos demonstrem formas de acompanhamentos tangíveis/possíveis de serem colocadas em prática após as intervenções.

Sobre as técnicas utilizadas nos atendimentos, identificamos sete categorias: entrevistas, grupos reflexivos, questionários, enfrentamento de conflitos, atividades

individuais, dinâmica de grupo e materiais audiovisuais. As entrevistas e os questionários geralmente eram realizados antes do atendimento em grupo para a coleta de dados sociodemográficos básicos, para a triagem dos homens ou para coleta de informações a respeito das características e da percepção dos autores sobre a violência cometida. Os grupos reflexivos buscavam a resolução de conflitos, porém abordando também temáticas voltadas à conscientização dos homens acerca de questões que permeiam a violência praticada. O enfrentamento de conflitos foi utilizado para auxiliar a resolver o conflito conjugal existente, sem o uso da violência. Nesse sentido, utilizou-se com frequência o *time-out* e a comunicação não-violenta. As atividades individuais promoviam exercícios de autopercepção, reflexão, trabalho corporal, dentre outras que auxiliam a manutenção e o controle de comportamentos impulsivos e de raiva. As mais utilizadas foram tarefas de casa, planejamento familiar, yoga, auto-registro do comportamento violento e de pensamentos que desencadeiam agressão. As dinâmicas de grupo se centraram na utilização de técnicas do Psicodrama, tais como *role playing*, a dramatização de novos papéis, a técnica da cadeira vazia, dentre outros. Por fim a categoria audiovisual, englobou a utilização desses meios como recurso informativo, ilustração de casos e compartilhamento de experiências. Vimos que o uso das técnicas varia de acordo com a abordagem psicológica utilizada pelo programa e com os objetivos das intervenções, porém parece ser comum a combinação de técnicas, mesmo que não sejam específicas da abordagem predominante do programa.

Profissionais

Sobre as áreas de formação profissional das facilitadoras foi demonstrado que os atendimentos tendem a utilizar profissionais de psicologia, exclusivamente ou dentro de uma equipe multiprofissional. Ressaltei a participação da psicologia como indispensável

para as intervenções com os homens, independentemente de suas diferentes abordagens, por oferecer escuta psicológica qualificada dentro da realidade dos homens e por sua maneira particular de atuar no contexto psicossocial, pois convoca um olhar mais amplo sobre o sujeito e sobre as situações que o envolvem. Em contrapartida, as(os) profissionais de psicologia necessitam manter a atenção para que não caia numa lógica individualizante/patologizante.

Sobre as crenças e questões psicoemocionais das(os) profissionais, orienta-se um afastamento da dicotomia estigmatizada vítima-agressor, sendo importante realizar o suporte/acolhimento e também as contestações/questionamentos das atitudes dos participantes quando necessário. Vimos a importância de uma visão empática por parte das(os) profissionais e o cuidado de não atribuírem a responsabilidade da violência exclusivamente ao abuso de substâncias (álcool e drogas).

Sobre a capacitação, foi possível perceber que há a necessidade de maior qualificação das(os) profissionais que trabalham com homens autores de violência. Foi colocado que as capacitações não devem ser reduzidas apenas a métodos, ferramentas ou técnicas, mas que fomentem processos de reflexão e de mudança das(os) próprias(os) facilitadoras(es) sobre a percepção dos aspectos sociais de gênero nos relacionamentos, sobre a forma de olhar para os homens e para a violência cometida, bem como sobre a percepção que se tem do impacto das intervenções na vida dos homens autores de violência.

Sobre as atitudes das(os) facilitadoras(es) que seriam potencialmente relevantes, foi apresentada a importância de um olhar mais humano e completo no atendimento a esses homens. Esse olhar foi apontado como caminho para facilitar o processo de mudança, o estabelecimento do vínculo terapêutico e a permanência/engajamento dos homens nas intervenções

Homens Autores de Violência contra Mulheres

Sobre a resistência às intervenções, bem como à desistência e reincidência, foi apontada a relevância de levar em conta as diferenças individuais dos participantes em relação à motivação. Ao mesmo tempo, é ressaltado que a dificuldade da responsabilização é um grande desafio para a intervenção. É destacada a necessidade de se melhorar a confiança dos homens no sistema jurídico e nas instituições, a fim de evitar a resistência ao processo interventivo e a minimização da responsabilidade pela violência cometida. Além disso, chamou a atenção uma tendência dos homens, ao participarem das intervenções, de modificarem apenas o seu discurso, adaptando-o àquilo que acreditam que as(os) facilitadoras(es) querem ouvir, mas sem alterar a maneira como se relacionam com suas parceiras. Por fim, vimos que os resultados da efetividade dos programas são incertos, porém, percebe-se que os homens que não completam os programas têm maior chance de reincidência e que programas de reeducação geram menores chances de reincidência.

Sobre as questões raciais no contexto das intervenções voltadas para homens autores de violência contra mulheres, vimos que a dimensão racial está presente em vários aspectos. Os estudos apontam que os homens negros e de origem latina são os que lideram a composição dos participantes dos programas para homens autores de violência contra mulheres, os que apresentam maiores índices de desistência e de reincidência, dentre outros elementos. Foi colocado que o debate racial precisa ser estrutural e não individual, levando em conta o processo histórico-cultural violento da colonização e do racismo, considerando a vulnerabilidade social dessa população. Reforçamos a importância de pensar interseccionalmente a temática de violência contra mulheres a partir do histórico

de desamparo dos homens negros por parte das instituições públicas, do sistema patriarcal-racista absorvido e reproduzido por eles e a política de produção de vigilância e punição centrada em corpos negros, para se evitar um pensamento reducionista sobre esses dados. Por fim, foi colocado que a percepção e leitura por parte das(os) facilitadoras(es) precisa considerar o contexto social em que esses homens estão inseridos.

Sobre os aspectos socioculturais e psicossociais, é destacado que as intervenções devam ser culturalmente sensíveis, compreendendo os contextos específicos e as intersecções de classe social, etnia, raça e situação socioeconômica. Outro aspecto indispensável é desafiar criticamente as noções dominantes da masculinidade, sempre reconhecendo os processos de gênero vinculados às intervenções e vivências desses homens.

Sobre os aspectos psicológicos dos participantes, apontamos que esse é um fator de grande influência na aderência aos atendimentos por parte dos homens autores de violência. É apontada a importância de se considerar o impacto e as emoções sentidas pelos homens ao praticarem a violência, como vergonha, culpa, raiva e tristeza, e que para uma intervenção mais eficiente essas emoções devem ser elaboradas. Nesse sentido, ressalta-se a atenção para a não patologização da prática da violência.

Sobre as crenças do autor da violência, compreendeu-se que a noção de masculinidade enraizada dificulta que os homens assumam a responsabilidade pela violência cometida. Os principais argumentos seriam por entender erroneamente que as mulheres são posse ou que a violência motivada por *amar demais* ou por ciúmes seria aceitável socialmente. Nesse sentido, é importante destacar que aspectos culturais moldam as crenças dos autores de violência, mas não podem ser vistos como uma força unilateral e determinante, uma vez que os aspectos individuais de cada um também

contam para a prática da violência. Com isso, é sugerido analisar as atitudes e crenças desses homens, assim como a forma como eles assumem a responsabilidade por suas ações violentas.

Em seguida, é apresentada a importância de estratégias que acessem e sensibilizem os homens sobre a situação da violência praticada e da necessidade de mudança por meio da responsabilização. Sugere-se utilizar campanhas publicitárias positivas, que apresentem os grupos interventivos como uma possibilidade de procurar ajuda.

Por fim, apresentou-se a necessidade de os governos atuarem preventivamente, seja na criação de mais políticas públicas voltadas para os homens autores de violência, seja na implementação efetiva das políticas públicas já existentes. Além disso, foi apontada a necessidade de ações que integrem os sistemas de saúde, justiça e educação para a prevenção e promoção de saúde da população e combate à violência contra mulheres. Foi sugerido o desenvolvimento de campanhas preventivas para lidar com o problema da violência contra a mulher e a integração das temáticas de gênero nos currículos escolares como formas de ações preventivas.

Sobre temas sugeridos para pesquisas futuras, é necessária a realização de mais estudos sobre o uso da perspectiva feminista nas intervenções, a fim de entender seu alcance. Esses estudos são importantes para combater a lógica de que a utilização da perspectiva feminista teria objetivos ativistas e, por isso, não poderia ser utilizada em experimentos empíricos ou na experiência clínica. Nesse sentido, é sugerido o desenvolvimento de estudos que comprovem a efetividade dos programas que utilizam a perspectiva feminista e seus efeitos a longo prazo.

De maneira geral, não se sabe ao certo, quais são os resultados reais de mudança de atitudes violentas por parte dos homens. Por isso, outro aspecto importante que merece aprofundamento, diz respeito à efetividade das intervenções e à variedade de modelos de

intervenção e de público, demonstrando estratégias interventivas que obtiveram êxito em seus objetivos junto aos homens.

Um ponto central que necessita de mais pesquisas é a intersecção de estudos relacionados a imigrantes, considerando as questões socioculturais e os aspectos metodológicos. Nesse sentido, é importante a realização de mais pesquisas que estudem os aspectos raciais, seja no aspecto da desistência e reincidência por parte dos homens negros, seja sobre sua relação com o sistema de justiça e vulnerabilidade social.

Como vimos até aqui, a temática *violência contra mulheres* ainda possui baixa produção de publicações voltadas para intervenções de homens autores de violência. Vimos pelos nossos resultados gerais, nos quais de 6.252 artigos encontrados nas bases de dados, somente 2,2% (162) falavam sobre processos interventivos com os homens autores de violência. Conforme justificado no início deste trabalho, os estudos sobre violência contra mulheres têm, predominantemente, como foco o atendimento às mulheres vítimas de violência, sendo um número proporcionalmente muito maior de trabalhos científicos nesse enfoque do que voltados para os homens que cometeram a violência. Destaca-se que esse enfoque contemporâneo nos homens ganha maior visibilidade, pois tem sido debatido tanto em conferências mundiais de organizações internacionais, quanto por pesquisadoras (es) e por organizações governamentais, que enxergam a necessidade de lidar com esses homens para obtenção de melhores resultados no enfrentamento à violência contra mulheres. Há a necessidade do delineamento de novos modelos metodológicos interventivos que demonstrem a eficácia no combate ao nível de reincidência de práticas violentas por esses homens, bem como a divulgação de limitações e não êxito em alguma prática. Por isso, é necessário a existência de mais publicações voltadas para os estudos dos homens autores de violência, disseminando

informações sobre esse tema e promovendo a importância de se trabalhar com esse público para o enfrentamento da violência contra mulheres.

Limitações e Contribuições

Por meio desta revisão integrativa, espero ter colaborado para um melhor delineamento das práticas profissionais voltadas às intervenções psicossociais com homens autores de violência contra mulheres. O desenho metodológico que utilizei para realizar essa revisão integrativa contribui por seu caráter inovador, no que tange: (a) ao levantamento de informações voltado para essa temática, pois, apesar do crescimento de pesquisas sobre o tema, ainda há poucas produções sobre violência contra mulheres com foco nos homens que cometem a violência; (b) à abrangência geográfica mundial deste estudo, uma vez que há estudos nesse mesmo estilo, porém limitados ao próprio país do pesquisador ou a um continente específico; (c) à variedade de informações analisadas sobre a realidade brasileira do atendimento a homens autores de violência; (d) à contemporaneidade dos dados coletados (2000 a 2018); e (e) ao caráter multidisciplinar do estudo, visto que se optou pela escolha de bases de dados de fontes primárias não restritas à psicologia, na tentativa de minimizar os artigos duplicados e maximizar a possibilidade de uma maior variedade de artigos, independente da área de estudo a que eles pertencessem.

Partindo dessas características, este estudo proporcionou o conhecimento da realidade dessas intervenções, identificando a diversidade de estudos no que se refere às técnicas e abordagens teóricas utilizadas, tipos de atendimento, utilização da perspectiva dos estudos de masculinidades, dos estudos feministas e de gênero como leitura desse fenômeno social, dentre outros aspectos já debatidos ao longo do trabalho.

Por se tratar de um estudo metodológico misto (qualitativo e quantitativo), ressalto que interessam não somente os aspectos que mais se repetiram ou a quantificação dessa problemática, mas também entender suas peculiaridades, considerando os aspectos pontuais, com características únicas e/ou particularidades em relação ao público e às intervenções. A partir das informações qualitativas, é possível perceber novas configurações de práticas profissionais direcionadas aos homens autores de violência contra mulheres que ainda não estão difundidas, permitindo o aprimoramento das intervenções realizadas e o preenchimento de lacunas ainda não superadas pelos métodos utilizados até o momento.

Este trabalho contribuiu ainda para a sistematização das dificuldades enfrentadas no estudo dessa temática. Dentre estas, destaco a avaliação dos índices de reincidência após as intervenções, a identificação de práticas que não forneceram êxito interventivo, o índice de resistência e desistência em relação às intervenções, dentre outras.

Entendo como limitação deste trabalho a utilização das bases de dados Oasis e BVS, por fornecerem um número de resultados majoritariamente em língua portuguesa, o que provavelmente contribui para uma maior representação de estudos conduzidos no Brasil em comparação a estudos conduzidos em países que não utilizam os idiomas Português ou Inglês. Acredito que essa seja uma limitação não pela escolha das bases em si, pois é importante produzir e reconhecer o conhecimento científico local, mas pelo risco de enviesar a interpretação dos resultados gerais, colocando o Brasil em um parâmetro mundial que não necessariamente corresponde à realidade. Sendo assim, tomei o cuidado de interpretar os resultados encontrados de maneiras diversas, para além do resultado geral consolidado, dialogando também com a realidade de cada país individualmente e comparando esses países segundo cada perspectiva analisada. Sugiro que, em novos

estudos, haja a inclusão de mais plataformas internacionais, na tentativa de diversificar os resultados encontrados com caráter majoritariamente mundial.

Outra limitação se refere à restrição de informações na coleta dos dados contidos em alguns artigos, uma vez que nem todos relatavam todas as informações que gostaria de coletar, variando nas informações faltantes. Estiveram ausentes desde características da metodologia de atendimento utilizada, sendo ocultados aspectos importantes como a quantidade de encontros, abordagem teórica e técnicas utilizadas, tipo de profissional que realiza as intervenções etc., até questões como o objetivo central das intervenções, críticas e sugestões para melhorias, maiores dificuldades encontradas, etc. Tais informações ocultadas afetaram consideravelmente algumas variáveis de análise, limitando a possível diversidade de informações que poderiam ser avaliadas.

Outras Impressões

Considerando que este trabalho foi produzido dentro de um programa de pós-graduação em psicologia, não posso deixar de enfatizar o compromisso político e social da psicologia para com a sociedade dentro da produção de conhecimento dos estudos de gênero, uma vez que ela se apresenta como um campo de produção e de práticas muito acionada para as intervenções com homens autores de violência contra mulheres. Me espantou a quantidade de artigos que não utilizavam a perspectiva feminista dos estudos de gênero para a realização dos atendimentos, uma vez que para falar do fenômeno violência contra mulheres considero ser essencial esse entendimento para obtenção de um olhar ampliado para além dos aspectos individuais do sujeito. Me surpreendi negativamente com a quantidade de artigos que sequer consideraram importante falar quem fazia as intervenções em grupo, se eram homens ou mulheres, e como isso poderia ou não impactar os atendimentos. Percebi que ainda há a necessidade de que a psicologia

amplie suas fronteiras e se apresente a novos desafios. Que entenda a importância de incorporar à sua prática o debate dos estudos de gênero e, principalmente, que volte seu olhar, dentro dos estudos de gênero, para os homens e para as masculinidades, buscando novas formas de entender e lidar com essa população. Com isso, poderá auxiliar no desenvolvimento de novas ferramentas interventivas e delineamentos possíveis de metodologias dos atendimentos para com os homens de maneira abrangente e sistêmica, e não individualista.

Na etapa inicial desta pesquisa, eu acreditava que encontraria muitas informações metodológicas referente ao atendimento dos homens autores de violência, sobre as práticas interventivas realizadas com eles, contendo um detalhamento das etapas e das técnicas utilizadas. Porém, me surpreendi com a quantidade de informações que os artigos não citam, nas suas mais variadas ausências de informações, dificultando o processo de análise proposto neste trabalho. Nesse sentido, não posso dizer, por exemplo, que a abordagem mais utilizada no mundo para atendimento a homens autores de violência contra mulheres é a Terapia Cognitivo-Comportamental ou que a quantidade ideal de encontros é um determinado número, já que praticamente mais da metade dos artigos não mostram essas informações. Muitas informações recuperadas nesse trabalho nem sempre possuíam uma sessão específica dentro dos artigos ou davam a devida importância ao recorte feito aqui. Assim, por vezes, essas informações foram resgatadas no meio de uma frase ou parágrafo cujo tinha outro foco, mas que pincelavam, mesmo que superficialmente aquilo que me interessava saber. Com isso, na análise que realizei desses artigos, sei que ainda não estou lidando com a realidade fiel das intervenções para os homens autores de violência, visto que há a ausência de informações específicas ou há informações incompletas nos artigos recuperados.

Seria isso uma demonstração do nível de qualidade das publicações científicas nas ciências humanas? Seria um deslize das(os) pesquisadoras(es) ao escreverem esses artigos, omitindo ou esquecendo de pontuar informações importantes, como abordagem e técnicas utilizadas, gênero das(os) facilitadoras(es) dos atendimentos ou até mesmo a quantidade de encontros? Não tenho essa resposta e acho que seria reducionista se simplificássemos a isso. Porém, o mais relevante é entender a importância de que as pessoas que produzem conhecimento sobre as suas experiências de práticas interventivas tragam dados norteadores e palpáveis para quem lê os artigos, principalmente no diz respeito à informações sobre os detalhes dos atendimentos realizados, com etapas, técnicas, abordagem, tempo, entre tantas outras informações possíveis e necessárias para sua replicabilidade, por exemplo.

Há programas voltados para homens autores de violência conhecidos mundialmente, porém quando utilizado em contexto diferente daquele em que foi desenvolvido, faz-se necessário adaptações desses modelos, a fim de garantir as especificidades de cada país e respectiva população para que se mostrem efetivo. Novas práticas de atendimento também são fundamentais para o desenvolvimento de tipos de intervenções variadas, moldando suas práticas de acordo com os objetivos propostos pelo programa, com o contexto sociocultural de cada país, de cada população, e respeitando a ideia de que não há um modelo interventivo único.

Como pesquisadora, ressalto que esse trabalho não seria o mesmo caso a perspectiva feminista crítica não tivesse sido utilizada, seja para a recuperação e análise dos artigos, seja para discussão e entendimento dos resultados encontrados. Apontando para o desenvolvimento do que é imprescindível em modelo interventivo, um aspecto que merece atenção é a configuração do vínculo terapêutico para garantia de uma sensibilização e motivação que permitam acessar esses homens para o processo de

responsabilização. Considero também como indispensável um protocolo de atendimento que consiga alcançar um equilíbrio entre ser acolhedor e empático para com esses homens, porém sem se esquecer jamais de que seu principal foco deve ser o de proporcionar reflexão e responsabilização sobre o ato cometido. Para isso, se mostra necessário a quebra do mito de que a utilização da perspectiva feminista seria uma prática não científica ou um tipo de atendimento enviesado. Não é possível falar sobre homens, masculinidades e feminilidades sem o entendimento dos estudos de gênero. Não é possível olhar para a violência contra mulheres sem considerar os aspectos relacionais de poder entre os gêneros como uma categoria analítica. Assim, é preciso compreender que a violência contra mulheres se dá em uma estrutura relacional de poder e que, por isso, o olhar crítico do feminismo precisa ser uma ferramenta central para lidar com esse fenômeno social nas suas mais variadas formas, seja no contexto preventivo, interventivo ou pósventivo, para provocar uma mudança real nesses homens.

Referências Bibliográficas

- Abritta, S. D., Roque, F. C. F., & Ramos, M. E. C. (2015). A importância do acolhimento e do aquecimento em grupos sem demanda no contexto da Justiça. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 23(2), 6–15. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.20150002>
- Aguiar, L. H. M., & Diniz, G. R. S. (2017). Estudos sobre masculinidades e seus impactos no trabalho com homens autores de violência. *Gênero*, 17(2), 81–94.
- Allen, C. T., Swan, S. C., Maas, C. D., & Barber, S. (2015). A Comparison of the Structural Factors of the Propensity for Abusiveness Scale for Women and Men in a Domestic Violence Treatment Program. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(13), 2326–2343. <https://doi.org/10.1177/0886260514552450>
- Almeida, S. (2019). Racismo estrutural. Coleção Feminismos Plurais. *Pólen*.
- Alves, R. A., Pinto, L. M. N., Silveira, A. M., Oliveira, G. L., & Melo, E. M. (2012). Homens, vítimas e autores de violência: A corrosão do espaço público e a perda da condição humana. *Interface: Comunicação Saúde Educação*, 16(43), 871–883. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000049>
- Aquino, E. M. L. (2006). Gênero e saúde: perfil e tendências da produção científica no Brasil. *Rev Saúde Pública*, 40(N Esp), 121–132.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia Em Estudo*, 7(2), 3–11. <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n2/v7n2a02.pdf>
- Arias, E., Arce, R., & Vilariño, M. (2013). Batterer intervention programmes: A meta-analytic review of effectiveness. *Psychosocial Intervention*, 22(1), 153–160. <https://doi.org/10.4135/9781446221211.n11>
- Aymer, S. R. (2008). Beyond power and control: Clinical interventions with men engaged in partner abuse. *Clinical Social Work Journal*, 36(4), 323–332. <https://doi.org/10.1007/s10615-008-0167-z>
- Badinter, E. (1993). *XY: Sobre a identidade masculina* (1ª ed.). Nova Fronteira.
- Bandeira, L. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. *Estudos Feministas*, 16(1), 207–230. <http://www.ambafrance.org.br/>
- Barros, J. M. P. (2009). Dinâmica de Grupo e o Psicodrama: Uma Proposta Metodológica ao Ensino Jurídico. *Conteúdo Jurídico*.

<https://conteudojuridico.com.br/consulta/artigos/17681/dinamica-de-grupo-e-o-psicodrama-uma-proposta-metodologica-ao-ensino-juridico>

- Bartholomew, L. K., Parcel, G. S., Kok, G., & Gottlieb, N. H. (2006). *Planning Health Promotion Programs: An Intervention Mapping Approach*. Jossey-Bass.
- BBC News. (2020, 11 de março). *O que é pandemia e o que muda com declaração da OMS sobre o novo coronavírus*. <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51363153#:~:text=Declarar%20uma%20pandemia%20significa%20dizer,epidemia%20est%C3%A1%20fora%20de%20controle>.
- Bechelli, L. P. C., & Santos, M. A. (2005). O paciente na psicoterapia de grupo. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 13(1), 118–125. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692005000100019>
- Beech, A. R., & Hamilton-Giachritsis, C. E. (2005). Relationship Between Therapeutic Climate and Treatment Outcome in Group-Based Sexual Offender Treatment Programs. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17(2), 127–140. <https://doi.org/10.1007/s11194-005-4600-3>
- Beiras, A. (2014). *Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro*. Instituto Noos. http://www.noos.org.br/userfiles/file/Relat%C3%B3rio%20Mapeamento%20SHAV_site.pdf
- Beiras, A. & Bronz, A. (2016). *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Instituto Noos. http://noos.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Metodologia-Noos_PDF-final.pdf
- Beiras, A., Cantera, L. M., & Alencar-Rodrigues, R. (2015). I am a bull! The construction of masculinities in a group of men permasculinities, violence, bull, domination, subjectivity. *Universitas Psychologica*, 14(5), 1525. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy14-5.bcmg>
- Beiras, A., Nascimento, M., & Incrocci, C. (2019). Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. *Saúde e Sociedade*, 28(1), 262–274. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902019170995>
- Bernardes, J. P., & Mayorga, C. (2017). Um Estudo Sobre Intervenções Junto a Homens Autores de Violência Doméstica Contra Mulheres. *Revista de Psicologia*, 26(1), 1–15. www.revistapsicologia.uchile.cl

- Bezerra, I. M. P., & Sorpreso, I. C. E. (2016). Concepts and movements in health promotion to guide educational practices. *Journal of Human Growth and Development*, 26(1), 11. <https://doi.org/10.7322/jhgd.113709>
- Billand, J., & Paiva, V. S. F. (2017). Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(9), 2979–2988. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13742016>
- Blatner, A., & Blatner, A. (1996). *Uma Visão Global do Psicodrama*. Editora Ágora.
- Bletzer, K. V., & Koss, M. P. (2012). From parallel to intersecting narratives in cases of sexual assault. *Qualitative Health Research*, 22(3), 291–303. <https://doi.org/10.1177/1049732311430948>
- Boira, S., Carbajosa, P., & Marcuello, C. (2013). La violencia en la pareja desde tres perspectivas: Víctimas, agresores y profesionales. *Psychosocial Intervention*, 22(1), 125–133. <https://doi.org/10.4135/9781446221211.n11>
- Boonzaier, F. A., & Gordon, S. F. (2015). Responding to Men’s Violence Against Women Partners in Post-apartheid South Africa: On the Necessity of Identification Across Identity’s Intersections. *British Journal of Criminology*, 55(6), 1096–1114. <https://doi.org/10.1093/bjc/azv090>
- Boots, D. P., Wareham, J., Bartula, A., & Canas, R. (2015). A Comparison of the Batterer Intervention and Prevention Program with Alternative Court Dispositions on 12-Month Recidivism. *Violence Against Women*, 22(9), 1134–1157. <https://doi.org/10.1177/1077801215618806>
- Bortoli, R. (2012). Violência de gênero e masculinidades no SUAS. *Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social*, 66, 37–39.
- Botosso, T. C. de O. (2019). A Articulação do feminismo negro na América Latina e Caribe: décadas de 1980 e 1990. In E. F. Lima (Ed.), *Ensaio sobre racismos: pensamento de fronteira*. Balão Editorial.
- Bourdieu, P. (2011). *A Dominação Masculina* (10ª ed.). Bertrand Brasil.
- Braidotti, R. (2004). Las figuraciones del nomadismo. In *Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómade*. Editorial Gedisa. https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1383/rosi_braidotti.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Brasil. (2006). *Lei Maria da Penha*. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas.

- Brasil. (2009). *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: princípios e diretrizes*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas.
- Brasil. (2011). Diretrizes para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores. In *Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República. <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brennan, C. L., Swartout, K. M., Cook, S. L., & Parrott, D. J. (2018). A Qualitative Analysis of Offenders' Emotional Responses to Perpetrating Sexual Assault. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 30(4), 393–412. <https://doi.org/10.1177/1079063216667917>
- Brown, J. (2012). Male Perpetrators, the Gender Symmetry Debate, and the Rejection-Abuse Cycle: Implications for Treatment. *American Journal of Men's Health*, 6(4), 331–343. <https://doi.org/10.1177/1557988312439404>
- Butler, J. (2019). *Problemas de Gêneros: feminismo e subversão da identidade* (17^a ed.). Civilização Brasileira.
- Campbell, M., Neil, J. A., Jaffe, P. G., & Kelly, T. (2010). Engaging abusive men in seeking community intervention: A Critical research & practice priority. *Journal of Family Violence*, 25(4), 413–422. <https://doi.org/10.1007/s10896-010-9302-z>
- Carbajosa, P., & Boira, S. (2013). Estado actual y retos futuros de los programas para hombres condenados por violencia de género en España. *Psychosocial Intervention*, 22(1), 145–152. <https://doi.org/10.4135/9781446221211.n11>
- Catlett, B. S., Toews, M. L., & Walilko, V. (2010). Men's gendered constructions of intimate partner violence as predictors of court-mandated batterer treatment drop out. *American Journal of Community Psychology*, 45(1), 107–123. <https://doi.org/10.1007/s10464-009-9292-2>
- CEPIA. (2016). *Violência contra as mulheres os serviços de responsabilização dos homens autores de violência*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro. <http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Relatoriodepesquis>

[a_ViolenciacontraasMulheres_Osservicosderesponsabilizacaodoshomensauto
resdeviolencia_Marco2016.pdf](#)

- Chakraborty, P., Osrin, D., & Daruwalla, N. (2018). “We Learn How to Become Good Men”: Working with Male Allies to Prevent Violence against Women and Girls in Urban Informal Settlements in Mumbai, India. *Men and Masculinities*, 23(3–4), 749–771. <https://doi.org/10.1177/1097184X18806544>
- Chamberland, C., Fortin, A., Turgeon, J., & Laporte, L. (2007). Men’s recognition of violence against women and spousal abuse: Comparison of three groups of men. *Violence and Victims*, 22(4), 419–436. <https://doi.org/10.1891/088667007781553937>
- Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados. (2018). *Mapa da violência contra a mulher 2018*. <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>
- Connell, R. (2016). *Gênero em termos reais* (1ª). nVersos.
- Connell, R. W. (1995). *Masculinities: knowledge, power and social change* (2nd ed.). University of California Press.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241–282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Connors, A. D., Mills, J. F., & Gray, A. L. (2013). Intimate partner violence intervention for high-risk offenders. *Psychological Services*, 10(1), 12–23. <https://doi.org/10.1037/a0028979>
- Cortez, M. B., & Souza, L. de. (2010). A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 129–142.
- Cortez, M. B., Souza, L. & Queiróz, S. S. de. (2010). Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. *Revista Psicologia Política*, 10(20), 227–243.
- Costa, L. F. & Brandão, S. N. (2005). Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 33–41. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000200006>

- Crane, C. A., & Easton, C. J. (2017). Integrated treatment options for male perpetrators of intimate partner violence. *Drug and Alcohol Review*, 36(1), 24–33. <https://doi.org/10.1111/dar.12496>
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). Artmed.
- Crockett, E. E., Keneski, E., Yeager, K., & Loving, T. J. (2015). Breaking the Mold: Evaluating a Non-Punitive Domestic Violence Intervention Program. *Journal of Family Violence*, 30(4), 489–499. <https://doi.org/10.1007/s10896-015-9706-x>
- Cukier, R. (1992). *Psicodrama bipessoal: Sua técnica, seu terapeuta e seu paciente*. Ágora.
- Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2013). Intimate partner violence offenders: Generating a data-based typology of batterers and implications for treatment. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 5(2), 131–139. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2013a2>
- Czernesia, D., & Freitas, C. M. (Orgs). (2009). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências* (2ª revista). Editora Fiocruz.
- Dantas, B. M. & Mélo, R. P. (2008). Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 20(Edição Especial), 78–86. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400011
- Day, A., Vlasis, R., Chung, D., & Green, D. (2018). Standards of Practice in Domestic and Family Violence Behaviour Change Programs in Australia and New Zealand. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, 39(4), 501–513. <https://doi.org/10.1002/anzf.1332>
- Albuquerque, F. P. (2012). Agravos à saúde mental dos homens envolvidos em situações de violência. *Faculdade de Medicina, Dissertação de Mestrado*. Universidade de São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-03092012-100819/pt-br.php>
- Deeke, L. P. (2007). A dinâmica da violência a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Centro de Ciências da Saúde. Dissertação de Mestrado*. Universidade Federal de Santa Catarina.

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90571/244680.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Delgado, A. D. V., & Viejo, C. M. (2017). Masculinidades y déficit emocional: Relación entre el patrón de género masculino y el déficit de competencias emocionales en hombres que maltratan a mujeres en la intimidad. *Masculinities and Social Change*, 6(2), 166–189. <https://doi.org/10.17583/MCS.2017.2589>
- Dempsey, B., & Day, A. (2011). The identification of implicit theories in domestic violence perpetrators. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(3), 416–429. <https://doi.org/10.1177/0306624X10363448>
- Devaney, J. (2014). Male perpetrators of domestic violence: How should we hold them to account? *The Political Quarterly*, 85(4), 480–486. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12111>
- Dziewa, A., & Glowacz, F. (2018). Violences Conjugales et Politiques Publiques: le Paradigme de la Désistance pour la Gestion des Auteurs de Violences entre Partenaires Intimes. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*, 4, 474–482.
- Easton, C. J., Crane, C. A., & Mandel, D. (2017). A Randomized Controlled Trial Assessing the Efficacy of Cognitive Behavioral Therapy for Substance-Dependent Domestic Violence Offenders: An Integrated Substance Abuse-Domestic Violence Treatment Approach (SADV). *Journal of Marital and Family Therapy*, 44(3), 1–16. <https://doi.org/10.1111/jmft.12260>
- Echauri, J. A., Fernández-Montalvo, J., Martínez, M., & Azkarate, J. M. (2013). Efectividad de un programa de tratamiento con inmigrantes que ejercen violencia de género contra la pareja. *Psicothema*, 25(1), 49–54. <https://doi.org/10.7334/psicothema2012.75>
- Echeburúa, E. (2013). Adherencia al tratamiento en hombres maltratadores contra la pareja en un entorno comunitario: Realidad actual y retos de futuro. *Psychosocial Intervention*, 22(1), 87–93. <https://doi.org/10.4135/9781446221211.n11>
- Echeburúa, E., & Amor, P. J. (2016). Hombres violentos contra la pareja: ¿tienen un trastorno mental y requieren tratamiento psicológico? *Terapia Psicológica*, 34(1), 31–40. <https://doi.org/10.4067/S0718-48082016000100004>

- Ehrensaft, M. K. (2008). Intimate partner violence: Persistence of myths and implications for intervention. *Children and Youth Services Review, 30*(3), 276–286. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2007.10.005>
- Expósito, F., & Ruiz, S. (2010). Reeducação de Maltratadores: Una Experiencia de Intervención desde la Perspectiva de Género. *Intervención Psicosocial, 19*(2), 145–151. <https://doi.org/10.5093/in2010v19n2a6>
- Falb, K. L., Annan, J., King, E., Hopkins, J., Kpebo, D., & Gupta, J. (2014). Gender norms, poverty and armed conflict in Côte D’Ivoire: Engaging men in women’s social and economic empowerment programming. *Health Education Research, 29*(6), 1015–1027. <https://doi.org/10.1093/her/cyu058>
- Fanon, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Editora Civilização Brasileira.
- Farias, M. G., Biermann, M. C., Meneses, G. de O., Plutarco, L. W. & Gusmão, E. É. da S. (2019). Violência Contra a Mulher: Uma Revisão Da Produção Científica Brasileira a Partir De 2014. *A Pesquisa Em Psicologia Em Foco, 108–122*. <https://doi.org/10.22533/at.ed.67519050610>
- Feder, L., & Dugan, L. (2002). A test of the efficacy of courtmandated counseling for domestic violence offenders: The broward experiment. *Justice Quarterly, 19*(2), 343–375. <https://doi.org/10.1080/07418820200095271>
- Ferrer-Perez, V. A., & Bosch-Fiol, E. (2016). Batterer Intervention Programs in Spain: An Analysis of Their Effectiveness. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 62*(4), 885–897. <https://doi.org/10.1177/0306624X16672455>
- Figueiredo, W. dos S. (2008). Masculinidades e Cuidado: diversidade e necessidade de saúde dos homens na atenção primária. *Faculdade de Medicina. Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-15122008-155615/publico/WagnerdosSantosFigueiredoTeseDoutorado.pdf>
- Fleming, P. J., Gruskin, S., Rojo, F., & Dworkin, S. L. (2015). Men’s violence against women and men are inter-related: Recommendations for simultaneous intervention. *Social Science and Medicine, 146*, 249–256. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.10.021>
- Fleming, P. J., Silverman, J., Ghule, M., Ritter, J., Battala, M., Velhal, G., Nair, S., Dasgupta, A., Donta, B., Saggurti, N., & Raj, A. (2018). Can a Gender Equity and Family Planning Intervention for Men Change Their Gender Ideology?

- Results from the CHARM Intervention in Rural India. *Studies in Family Planning*, 49(1), 41–56. <https://doi.org/10.1111/sifp.12047>
- Flood, M. (2015). Work with men to end violence against women: a critical stocktake. *Culture, Health and Sexuality*, 17, 159–176. <https://doi.org/10.1080/13691058.2015.1070435>
- Flores, L. M. S., & Pascual, C. F. S. (2013). Aplicación de la terapia de aceptación y compromiso (ACT) con hombres que cumplen condena por maltrato. un estudio piloto. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 13(3), 289–305.
- Folha UOL. (2020, 20 de abril). *Número de medidas protetivas contra violência doméstica cai na quarentena*. <https://www1.folha.uol.com.br/amp/cotidiano/2020/04/numero-de-medidas-protetivas-contraviolencia-domestica-cai-na-quarentena.shtml>
- Fontoura, F., & Ramos, M. E. C. (2009). A violência no casal: uma análise a partir do grupo socioterapêutico com homens encaminhados pela justiça. *Anais de Trabalhos Completos Do XV Encontro Nacional Da Abrapso*.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2019). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*. http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). *Violência doméstica durante a pandemia de COVID-19*. <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>
- Frank, S., Coelho, E., & Boing, A. (2010). Perfil dos estudos sobre violência contra a mulher por parceiro íntimo: 2003 a 2007. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 27(5), 376–381. <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2010.v27n5/376-381/pt>
- Freitas, M. R., & Cabrera, O. J. (2011). Grupo Reflexivo: uma alternativa de trabalho voltada aos homens cumpridores de medida protetiva. *Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Renata_e_cia.pdf
- G1 Portal de Notícias. (2020, 18 de abril). *Registros de violência doméstica contra a mulher caem 49,2% no Ceará durante quarentena*. <https://g1.globo.com/cc/ceara/noticia/2020/04/18/registros-de-violencia->

[domestica-contra-a-mulher-caem-492percent-no-ceara-durante-quarentena.ghtml](#)

- Gadd, D. (2000). Masculinities, Violence and Defended Psychosocial Subjects. In *Theoretical Criminology* (Vol. 4, Issue 4, pp. 429–449). <https://doi.org/10.1177/1362480600004004002>
- Gadd, D. (2002). Masculinities and Violence Against Female Partners. *Social & Legal Studies*, 11(1), 61–80.
- Gadd, D. (2004). Evidence-led policy or policy-led evidence? Cognitive behavioral programmes for men who are violent towards women. *Criminal Justice*, 4(2), 173–197. <https://doi.org/10.1177/1466802504044913>
- Gage, A. N., & Lease, S. H. (2018). An Exploration of the Link Between Masculinity and Endorsement of IPV Myths in American Men. *Journal of Interpersonal Violence*, 00(0), 1–21. <https://doi.org/10.1177/0886260518818430>
- Geldschläger, H., Beckmann, S., Jungnitz, L., Puchert, R., Stabingis, A. J., Dully, C., Kraus, H., Logar, R., Dotterud, P. K., Lorentzen, J., & Schweier, S. (2010). Programas Europeos de Intervención para Hombres que Ejercen Violencia de Género: Panorámica y Criterios de Calidad. *Intervención Psicosocial*, 19(2), 181–190. <https://doi.org/10.5093/in2010v19n2a9>
- Giesbrecht, C. J. (2018). A phenomenological inquiry into men’s desistance from intimate partner violence. *Partner Abuse*, 9(4), 398–420. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.9.4.398>
- Gomes, N. P., & Diniz, N. M. F. (2008). Homens desvelando as formas da violência conjugal. *ACTA Paulista de Enfermagem*, 21(2), 262–267. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002008000200005>
- Gómez, J. L. G., Rodríguez, N. R., Muñoz-Rivas, M. J., & Montesino, M. L. C. (2017). Short-term treatment response, attrition and recidivism in a partner violent men typology compared with a control group. *Psicologia Conductual*, 25(3), 465–482.
- Gonçalves, J. P. (2017). As contribuições na noção de interseccionalidade e dos estudos feministas póscoloniais para o campo das intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres. In A. Beiras & M. Nascimento (Eds.), *Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro* (pp. 19–21). Instituto NOOS.

- Gondolf, E. W. (2008). Implementation of case management for batterer program participants. *Violence Against Women*, 14(2), 208–225.
<https://doi.org/10.1177/1077801207312589>
- Gondolf, E. W. (2011). The weak evidence for batterer program alternatives. *Aggression and Violent Behavior*, 16(4), 347–353.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.04.011>
- Gonzalez, L. (2011). Por um feminismo afro-latino-americano. In *Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino* (pp. 12–20). AfroLatinoAmérica.
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por_um_feminismo_Afro-latino-americano.pdf
- Google. (2020, 5 de julho). *COVID-19: Relatórios de mobilidade da comunidade*.
<https://www.google.com/covid19/mobility/>
- Granja, E., & Medrado, B. (2009). Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 25–34.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100004>
- Gregori, J. de. (2017). Feminismos e Resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino*, 30(2), 47–68.
<https://doi.org/10.14393/cef-v30n2-2017-3>
- Grossi, M. P. (2004). Masculinidades: Uma Revisão Teórica. *Antropologia Em Primeira Mão*, 75, 1–37.
<https://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf>
- Grossi, M. P., Minella, L. S., & Losso, J. C. M. (2006). *Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975 - 2005)*. Editora Mulheres.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (2013). *Micropolítica: cartografias do desejo*. 12ª edição. Vozes.
- Guerrero-molina, M., Moreno-manso, J. M., Guerrero-barona, E., & Cruz-márquez, B. (2016). Atribución de responsabilidad en condenados por violencia de género. *Apuntes de Psicología*, 34(1), 27–35.
<https://core.ac.uk/download/pdf/196609023.pdf>
- Guerrero-Molina, M., Moreno-Manso, J. M., Guerrero-Barona, E., & Cruz-Márquez, B. (2016). Pensamientos Distorsionados y Atribución de Responsabilidad en Condenados por Violencia de Género. *Psicología Conductual*, 24(2), 207–220.

- Gupta, J., Falb, K. L., Lehmann, H., Kpebo, D., Xuan, Z., Hossain, M., Zimmerman, C., Watts, C., & Annan, J. (2013). Gender norms and economic empowerment intervention to reduce intimate partner violence against women in rural Côte d'Ivoire: A randomized controlled pilot study. *BMC International Health and Human Rights*, *13*(1), 1–12. <https://doi.org/10.1186/1472-698X-13-46>
- Guru, S. (2006). Working with asian perpetrators of domestic violence — The British Experience. *Practice*, *18*(3), 153–166. <https://doi.org/10.1080/09503150600904037>
- Hall, J. E., Walters, M. L., & Basile, K. C. (2012). Intimate partner violence perpetration by court-ordered men: Distinctions among subtypes of physical violence, sexual violence, psychological abuse, and stalkin. *Journal of Interpersonal Violence*, *27*(7), 1374–1395. <https://doi.org/10.1177/0886260511425249>
- Hamberger, L. K., Lohr, J. M., & Gottlieb, M. (2000). Predictors of treatment dropout from a spouse abuse abatement program. *Behavior Modification*, *24*(4), 528–552. <https://doi.org/10.1177/0145445500244003>
- Hamel, J. (2009). Gender inclusive systemic treatment of intimate partner abuse (GIST). *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, *1*(3), 71–76. <https://doi.org/10.1108/17596599200900019>
- Haraway, D. (1995). Artigos saberes localizados: *Cadernos Pagu*, *5*, 07–41.
- Hoang, T. A., Quach, T. T., & Tran, T. T. (2013). “Because I am a man, I should be gentle to my wife and my children”: Positive masculinity to stop gender-based violence in a coastal district in Vietnam. *Gender and Development*, *21*(1), 81–96. <https://doi.org/10.1080/13552074.2013.767511>
- Hur, D. U., & Lacerda Júnior, F. (2016). *Psicologia política crítica: insurgências na América Latina*. Alínea Editora.
- IBGE. (2010). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD). Um panorama da saúde no Brasil: acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção da saúde: 2008*. Coordenação de Trabalho e Rendimento.
- IBGE. (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios [Pnad]Contínua*. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>

- Instituto de Pesquisa DataSenado. (2016). *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais*. 1, 71. <https://doi.org/305.4842>
- Instituto de Pesquisa DataSenado. (2018). *Panorama da violência contra as mulheres no Brasil - indicadores nacionais e estaduais* (Vol. 2, p. 39). Senado Federal.
- Ipea, (2020). *Atlas da Violência 2020*. Governo Federal. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>
- Kaplenko, H., Loveland, J. E., & Raghavan, C. (2018). Relationships between shame, restrictiveness, authoritativeness, and coercive control in men mandated to a domestic violence offenders program. *Violence and Victims*, 33(2), 296–309. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-16-00123>
- Ketzer, P. (2017). Como pensar uma Epistemologia Feminista? Surgimento, repercussões e problematizações. *Argumentos Revista de Filosofia*, 9(18), 95–106.
- Klein, A. R., & Crowe, A. (2008). Findings from an outcome examination of Rhode Island’s specialized domestic violence probation supervision program: Do specialized supervision programs of batterers reduce reabuse? *Violence Against Women*, 14(2), 226–246. <https://doi.org/10.1177/1077801207312633>
- Laisser, R. M., Nystrom, L., Lugina, H. I., & Emmelin, M. (2011). Community perceptions of intimate partner violence- a qualitative study from urban Tanzania. *BMC Women’s Health*, 11(13), 1–12. <http://www.embase.com/search/results?subaction=viewrecord&from=export&id=L51392799%0Ahttp://dx.doi.org/10.1186/1472-6874-11-13>
- Langaro, F., & de Souza, M. (2012). (Des)construções do masculino e do feminino na relação de mulheres-mães com filhos e filhas. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 695–712. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300006>
- Lau, U., & Stevens, G. (2010). Exploring the psychological exteriority and interiority of men’s violence against women. *Journal of Psychology in Africa*, 20(4), 623–633. <https://doi.org/10.1080/14330237.2010.10820420>
- Lauretis, T. de. (1984). A tecnologia do gênero. In H. B. Holanda (Ed.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura* (pp. 206–242). Editora Rocco.
- Lee, R. B. (2004). Filipino men’s familial roles and domestic violence: Implications and strategies for community-based intervention. *Health and Social Care in the*

- Community*, 12(5), 422–429. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2524.2004.00512.x>
- Levant, R. F. (2003). Treating Male Alexithymia. In L. B. Silverstein & T. J. Goodrich (Eds.), *Feminist Family Therapy: Empowerment in Social Context* (pp. 177–188). American Psychological Association.
- Levesque, D. A., Velicer, W. F., Castle, P. H., & Greene, R. N. (2008). Resistance Among Domestic Violence Offenders: Measurement Development and Initial Validation. *Violence Against Women*, 14(2), 158–184. <https://doi.org/10.1177/1077801207312397>
- Lila, M. (2013). La intervención con hombres condenados por violencia de pareja contra la mujer en España: Investigación y avances en intervención. *Psychosocial Intervention*, 22(1), 81–85. <https://doi.org/10.4135/9781446221211.n11>
- Lila, M., Catalá, A., Conchell, R., García, A., Lorenzo, M. V., Pedrón, V., & Terreros, E. (2010). Una Experiencia de Investigación, Formación e Intervención con Hombres Penados por Violencia contra la Mujer en la Universidad de Valencia: Programa Contexto. *Intervención Psicosocial*, 19(2), 167–179. <https://doi.org/10.5093/in2010v19n2a8>
- Lila, M., Gracia, E., & Catalá-Miñana, A. (2018). Individualized motivational plans in batterer intervention programs: A randomized clinical trial. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 86(4), 309–320. <https://doi.org/10.1037/ccp0000291>
- Lila, M., Gracia, E., & Herrero, J. (2012). Asunción de responsabilidad en hombres maltratadores: Influencia de la autoestima, la personalidad narcisista y la personalidad antisocial. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 44(2), 99–108.
- Lila, M., Gracia, E., & Murgui, S. (2013). Psychological adjustment and victim-blaming among intimate partner violence offenders: The role of social support and stressful life events. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 5(2), 147–153. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5093/ejpalc2013a4>
- Lila, M., Oliver, A., Catalá-Miñana, A., Galiana, L., & Gracia, E. (2014). The intimate partner violence responsibility attribution scale (IPVRAS). *European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 6(1), 29–36. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2014a4>

- Lima, D. C., & Büchele, F. (2011). Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 21(2), 721–743. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000200020>
- Lima, D. C., Büchele, F. & Clímaco, D. de A. (2008). Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saúde e Sociedade*, 17(2), 69–81.
- Lima, M. L. C. & Mélo, R. P. (2013). Algumas considerações sobre os homens no contexto da violência contra a mulher. *Psicologia Argumento*, 31(74), 425–435. <https://doi.org/10.7213/psicol.argum.31.074.ds06>
- Lonngi, L. B. (2017). Análisis del “enojo” del varón en el contexto de la violencia contra las mujeres para trazar un marco de construcción de responsabilidad. *Masculinities and Social Change*, 6(1), 39–61. <https://doi.org/10.17583/MCS.2017.1923>
- Lopes, V. P. V. L. & Leite, F. (2013). *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/homens_miolo_9nov_.pdf
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* (6ª). Editora Vozes.
- Mankowski, E. S., Haaken, J., & Silvergleid, C. S. (2002). Collateral damage: An analysis of the achievements and unintended consequences of batterer intervention programs and discourse. *Journal of Family Violence*, 17(2), 167–184. <https://doi.org/10.1023/A:1015061517888>
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica* (3rd ed.). N 1 Edições.
- McGrath, R. J., Cumming, G. F., Hoke, S. E., & Bonn-Miller, M. O. (2007). Outcomes in a community sex offender treatment program: A comparison between polygraphed and matched non-polygraphed offenders. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 19(4), 381–393. <https://doi.org/10.1007/s11194-007-9058-z>
- Medrado, B., Lemos, A. R. & Brasilino, J. (2011). Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. *Psicologia Em Estudo*, 16(3), 471–478. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000300014>
- Medrado, B., & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Revista Estudos Feministas*, 16(3), 809–840. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>

- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. de C. P. & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 758–764. <https://doi.org/10.1590/s0104-07072008000400018>
- Michener, H. A., Delamater, J. D. & Myers, D. (2005). *Psicologia Social*. Pioneira Thomson.
- Miller, S. (2010). Discussing the Duluth Curriculum: Creating a Process of Change for Men Who Batter. *Violence Against Women*, 16(9), 1007–1021. <https://doi.org/10.1177/1077801210379318>
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (2018). *Guia de Avaliação de Risco para o Sistema de Justiça* (p. 28). Núcleos de Direitos Humanos. http://www.mpdfp.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/Guia_avaliacao_risco_sistema_justica_MPDFT.pdf
- Mitchell, R. (2013). Domestic violence prevention through the Constructing Violence-free Masculinities programme: An experience from Peru. *Gender and Development*, 21(1), 97–109. <https://doi.org/10.1080/13552074.2013.767516>
- Modelli, L., & G1 Portal de Notícias. (2020, April 19). *Violência contra a mulher avança com coronavírus na América Latina*. <https://noticias.r7.com/internacional/violencia-contra-a-mulher-avanca-com-coronavirus-na-america-latina-13042020>
- Moertl, K., Buchholz, M. B., & Lamott, F. (2010). Gender constructions of male sex offenders in Germany: Narrative analysis from group psychotherapy. *Archives of Sexual Behavior*, 39(1), 203–212. <https://doi.org/10.1007/s10508-009-9588-1>
- Moraes, A. F., & Ribeiro, L. (2012). As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência.” *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (11), 37-58. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872012000500003>
- Morgan, R. D., Garland, J. T., Rozycki, A. T., Reich, D. A., & Wilson, S. (2005). Group therapy goals: A comparison of group therapy providers and male inmates. *The Journal for Specialists in Group Work*, 30(2), 159–172. <https://doi.org/10.1080/01933920590926011>

- Morrow, S. L. (2005). Quality and trustworthiness in qualitative research in counseling psychology. *Journal of Counseling Psychology*, 52(2), 250–260. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.52.2.250>
- Muñoz, A. P., & Ruiz, E. G. D. L. F. (2004). Aproximación teórico-descriptiva de la violencia de género: propuestas para la prevención. *Apuntes de Psicología*, 22(3), 353–373.
- Nelson, A., Lewy, R., Ricardo, F., Dovydaitis, T., Hunter, A., Mitchell, A., Loe, C., & Kugel, C. (2010). Eliciting behavior change in a US sexual violence and intimate partner violence prevention program through utilization of Freire and discussion facilitation. *Health Promotion International*, 25(3), 299–308. <https://doi.org/10.1093/heapro/daq024>
- Niekerk, T. J. Van, & Boonzaier, F. A. (2016). “The Only Solution There Is To Fight”: Discourses of Masculinity Among South African Domestically Violent Men. *Violence Against Women*, 22(3), 271–291. <https://doi.org/10.1177/1077801214555473>
- Nilan, P., Demartoto, A., Broom, A., & Germov, J. (2014). Indonesian Men’s Perceptions of Violence Against Women. *Violence Against Women*, 20(7), 869–888. <https://doi.org/10.1177/1077801214543383>
- Nothafft, R. J., & Beiras, A. (2019). O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar. *Revista Estudos Feministas*, 27(3), 1–14. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019V27N356070>
- Notícias UOL. (2020a, 13 de abril). *Número de prisões em flagrante por violência doméstica sobe em São Paulo*. <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/13/numero-de-prisoos-em-flagrante-por-violencia-domestica-sobe-em-sao-paulo.htm>
- Notícias UOL. (2020b, 13 de abril). *Papa faz alerta sobre risco de violência contra as mulheres*. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2020/04/13/papa-faz-alerta-sobre-risco-de-violencia-contras-mulheres.htm>
- Ocampo, I. (2018). Men who have exercised intrafamily violence: The desertion in a municipal intervention program in Montevideo, Uruguay. *Generos*, 7(3), 1762–1785. <https://doi.org/10.17583/generos.2018.3709>

- Okada, M. M., Hoga, L. A. K., Borges, A. L. V., Albuquerque, R. S. de, & Belli, M. A. (2015). Violência doméstica na gravidez. *ACTA Paulista de Enfermagem*, 28(3), 270–274. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201500045>
- Oliveira, I. V. de, Andrade, L. F., Prates, P. L., & Mistura, T. F. (2015). Tensões e Desafios na Intervenção com Homens Autuados pela Lei Maria da Penha: O Caso dos Grupos Reflexivos no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. *Gênero & Direito*, 1, 219–240. <https://doi.org/10.18351/2179-7137/ged.2015n1p219-240>
- Oliveira, M. M. T. (2013). O Poder da máscara no Psicodrama: a sombra e a luz. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 183–191.
- ONU Mulheres Brasil. (2020, 04 de abril). *Violência contra mulheres e meninas é pandemia das sombras*. <http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres/>
- Organização das Nações Unidas. (2018). *Violência contra as mulheres é ‘pandemia global’, diz chefe da ONU*. 20/11/2018. <https://nacoesunidas.org/violencia-contra-as-mulheres-e-pandemia-global-diz-chefe-da-onu/>
- Organização Mundial da Saúde (OMS). (1946, July 22). *Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) - 1946*. <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organização-Mundial-da-Saúde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>
- Organização Panamericana de Saúde - Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). (2015). Violência Contra a Mulher: estratégia e plano de ação para o reforço do sistema de saúde para abordar a violência contra a mulher. In *54º Conselho Diretor; 67ª Sessão do Comitê Regional da OMS para as Américas* (p. 32).
- Organização Panamericana de Saúde - Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS). (2017, Novembro). *Folha informativa - Violência contra as mulheres*.
- Padovani, R. C., & Williams, L. C. de A. (2002). Intervenção Psicoterapêutica Com Agressor Conjugal : Psychotherapy Intervention With a Batterer : a Case Study. *Psicologia em Estudo*, 7(2), 13–17. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000200003>

- Padovani, R. da C., & Williams, L. C. de A. (2002). Intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: um estudo de caso. *Psicologia Em Estudo*, 7(2), 13–17. <https://doi.org/10.1590/s1413-73722002000200003>
- Painel do Orçamento Federal. (2019). *Portal da Transparência*.
- Paiva, A. C. S., & Vasconcelos, F. E. A. (2015). Reaprendizagens do masculino após o advento da lei “Maria da Penha.” *O Público e o Privado*, 25, 121–137.
- Paixão, G. P. do N., Pereira, Á., Gomes, N. P., Campos, L. M., Cruz, M. A. da & Santos, P. F. D. M. (2018). A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: o discurso de homens. *Texto e Contexto Enfermagem*, 27(2), 1–8. <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003820016>
- Paixão, G. P. do N., Pereira, A., Gomes, N. P., Sousa, A. R. de, Estrela, F. M., Silva Filho, U. R. P. da, & Araújo, I. B. de. (2018). Naturalização, reciprocidade e marcas da violência conjugal: percepções de homens processados criminalmente. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(1), 178–184. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0475>
- Papo de Homem. (2018). *129 projetos, iniciativas e pessoas que trabalham com a transformação dos homens, no Brasil e no mundo*. <https://papodehomem.com.br/transformacao-homens-masculinidades-projetos-iniciativas-pessoas/>
- Parra-Cardona, J. R., Escobar-Chew, A. R., Holtrop, K., Carpenter, G., Guzmán, R., Hernández, D., Zamudio, E., & Ramírez, D. G. (2013). “En el Grupo Tomas Conciencia (In Group You Become Aware)”: Latino Immigrants’ Satisfaction With a Culturally Informed Intervention for Men Who Batter. *Violence Against Women*, 19(1), 107–132. <https://doi.org/10.1177/1077801212475338>
- Pelizzoli, M. L. (2012). *Introdução à Comunicação Não Violenta (CNV) - reflexões sobre fundamentos e método*. Editora da UFPE. https://www.ufpe.br/documents/623543/624496/Introdução_à_Comunicação_Não_Violenta_CNV_.pdf/a26d91e3-229f-4759-b1a5-01f2de3e4b68
- Perazzo, S. (2018). O mito da cadeira vazia. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 26(1), 102–107. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.20180020>
- Petrucci, C. J. (2010). A Descriptive study of a California domestic violence court: Program completion and recidivism. *Victims and Offenders*, 5(2), 130–160. <https://doi.org/10.1080/15564880903423037>

- Pimentel, A. (2010). Violência doméstica praticada por homens detidos na Delegacia da Mulher de Belém. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, 16(2), 148–156.
- Prado, V. M. do & Silva, E. M. O. (2017). Núcleo de atenção ao homem como espaço de reconstrução de masculinidades agressoras. *Barbarói*, 50(2), 245–262. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.10506>
- R7 Notícias. (2020, April 13). *Violência contra a mulher avança com coronavírus na América Latina*. <https://noticias.r7.com/internacional/violencia-contra-a-mulher-avanca-com-coronavirus-na-america-latina-13042020>
- Ramos, M. E. C. (2013). Homens e Mulheres Envolvidos em Violência e Atendidos em Grupos Socioterapêuticos: União, Comunicação e Relação. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 39–54. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100004&lng=pt&tlng=pt
- Rasera, E. F. & Rocha, R. M. G. (2010). Sentidos sobre a prática grupal no contexto de saúde pública. *Psicologia Em Estudo*, 15(1), 35–44. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100005>
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno Manual Antirracista*. Companhia das Letras.
- Riel, E., Languedoc, S., Brown, J., & Gerrits, J. (2014). Couples Counseling for Aboriginal Clients Following Intimate Partner Violence: Service Providers' Perceptions of Risk. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 60(3), 286–307. <https://doi.org/10.1177/0306624X14551953>
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2007). *Psicologia Social* (25º). Vozes.
- Rodríguez-Espartal, N., & Lopez-Zafra, E. (2013). Programa emocional para presos por violencia de género (PREMOVIGE): Efectividad en variables cognitivas y conductuales. *Psychosocial Intervention*, 22(1), 115–123. <https://doi.org/10.4135/9781446221211.n11>
- Ronzani, T. M., Mota, D. C. B. & Costa, P. H. A. da. (2015). Avaliação de necessidades em saúde mental: utilizando métodos participativos. In S. G. M. Murta, C. Leandro-França, K. B. dos S. Santos, & L. Polejack (Eds.), *Prevenção e Promoção em Saúde Mental: Fundamentos, Planejamento e Estratégias de Intervenção* (pp. 152–167). Sinopsys Editora.

- Rosa, A. G. da, Boing, A. F., Büchele, F., Oliveira, W. F. de, & Coelho, E. B. S. (2008). A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 152–160. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902008000300015>
- Rosenbaum, A., Gearan, P. J., & Ondovic, C. (2001). Completion and Recidivism among court- and self-referred batterers in a psychoeducational group treatment program: Implications for intervention and public policy. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 5(2), 199–220. <https://doi.org/10.1300/J146v05n02>
- Rothman, E. F., Butchart, A., & Cerdá, M. (2003). *Intervening with perpetrators of intimate partner violence: a global perspective*. World Health Organization.
- Saffioti, H. (2011). *Gênero, Patriarcado e Violência*. Fundação Perseu Abramo. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502002000800001&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
- Santos, C. M. D. C., Pimenta, C. A. D. M. & Nobre, M. R. C. (2007). A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(3), 508–511. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000300023>
- Sarto, S. B. & Esteban, P. J. (2010). Psicopatología, características de la violencia y abandonos en programas para hombres violentos con la pareja: Resultados en un dispositivo de intervención. *Psicothema*, 22(4), 593–599.
- Schraiber, L. B., Barros, C. R. D. S., Couto, M. T., Figueiredo, W. S., & Albuquerque, F. P. de. (2012). Homens, masculinidade e violência: estudo em serviços de atenção primária à saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 15(4), 790–803. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000400011>
- Schrock, D., McCabe, J., & Vaccaro, C. (2017). Narrative Manhood Acts: Batterer Intervention Program Graduates' Tragic Relationships. *Symbolic Interaction*, 41(3), 384–410. <https://doi.org/10.1002/symb.340>
- Schrock, D. P., & Padavic, I. (2007). Negotiating hegemonic masculinity in a batterer intervention program. *Gender and Society*, 21(5), 625–649. <https://doi.org/10.1177/0891243207304975>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99.

- Secretaria de Políticas para as Mulheres. (2011). *Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres*. <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contras-mulheres>
- Segato, R. L. (2003). La Argamasa Jerárquica: violência moral, reprodução del mundo y la eficacia simbólica del derecho. *Série Antropologia*, 332. <http://repositorio.ciem.ucr.ac.cr/bitstream/123456789/150/1/RCIEM131.pdf>
- Sidone, O. J. G., Haddad, E. A., & Mena-Chalco, J. P. (2016). A ciência nas regiões brasileiras: evolução da produção e das redes de colaboração científica. *Transinformação*, 28(1), 15–32. <https://doi.org/10.1590/2318-08892016002800002>
- Silva, I. M. da, & Sattler, M. K. (2015). As raízes do ciúme: uma compreensão a partir das experiências vivenciadas na família de origem. In T. de Almeida (Ed.), *Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois*. (V. 3) (pp. 251–285). PoloBook.
- Silva, F. A., Silva, F. P. P. da, Tavares, E. de S., Oliveira, H. S. G., Neves, A. L. M., Silva, I. R. da & Oliveira, K. N. L. de. (2015). Atenção psicossocial a homens autores de violência conjugal contra a mulher: uma construção participativa. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), 177–191. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100015
- Silveira, P. S., Medrado, B., & Rodrigues, L. O. (2009). Sentidos de violência contra as mulheres nas narrativas de homens denunciados por violência conjugal. *Caderno de Saúde Coletiva*, 17(4), 951–970.
- Silvergleid, C. S., & Mankowski, E. S. (2006). How Batterer Intervention Programs Work: Participant and Facilitator Accounts of Processes of Change. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(1), 139–159. <https://doi.org/10.1177/0886260505282103>
- Soares, C. B., Hoga, L. A., Peduzzi, M., Sangaleti, C., Yonekura, T., Silva, D. R. A. D., Dutra, V. F. D., Oliveira, R. M. P., Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., Koller, S. H. S. H., Grau, D. E. F. E., Evidência, D. E. R. D. E., Souza, M. T. De, Dias, M., Carvalho, R. De, Ercole, F. F., Melo, L. S. de, ... Trevizan, M. A. (2010). Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. *Reme: Revista Mineira de Enfermagem*, 8(1), 102–106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>

- SOF, S. O. F. (2015). *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. SOF Sempre Viva Organização Feminista. <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Caderno-de-textos-web.pdf>
- Sousa, A. R. de, Pereira, Á., Paixão, G. P. do N., Pereira, N. G., Campos, L. M. & Couto, T. M. (2016). Repercussões da prisão por violência conjugal: O discurso de homens. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 24, 1–9. <https://doi.org/10.1590/1518-8345.1569.2847>
- Souza, A. C. de. (2012). Atendimento Psicossocial a Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. *Universidade Católica de Brasília* (pp. 1–42). Curso de Psicologia.
- Souza, A. L. C. F. de, Elias, I. V. & Santos, V. S. (2019). A participação das mulheres na produção acadêmica da área de Relações Internacionais no Brasil. *Mural Internacional*, 10(e37384), 1–16. <https://doi.org/10.12957/rmi.2019.37384>
- Souza, E. R. (2005). Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(1), 59–70. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100012>
- Starmann, E., Collumbien, M., Kyegombe, N., Devries, K., Michau, L., Musuya, T., Watts, C., & Heise, L. (2017). Exploring Couples' Processes of Change in the Context of SASA!, a Violence Against Women and HIV Prevention Intervention in Uganda. *Prevention Science*, 18(2), 233–244. <https://doi.org/10.1007/s11121-016-0716-6>
- Stenzel, G. Q. D. L. & Lisboa, C. S. D. M. (2017). Aprisionamento psíquico sob uma perspectiva psicanalítica: Estudo de caso de um agressor conjugal. *Revista Ágora - Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 20(3), 625–633. <https://doi.org/10.1590/1809-44142017003003>
- Stewart, L. A., Gabora, N., Kropp, P. R., & Lee, Z. (2014). Effectiveness of Risk-Needs-Responsivity-Based Family Violence Programs with Male Offenders. *Journal of Family Violence*, 29(2), 151–164. <https://doi.org/10.1007/s10896-013-9575-0>
- Stith, S. M., & McCollum, E. E. (2011). Conjoint treatment of couples who have experienced intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior*, 16(4), 312–318. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.04.012>

- Straus, M. A. (2014). Addressing Violence by Female Partners Is Vital to Prevent or Stop Violence Against Women: Evidence from the Multisite Batterer Intervention Evaluation. *Violence Against Women*, 20(7), 889–899. <https://doi.org/10.1177/1077801214545932>
- Taylor, A., & Barker, G. (2013). *Programs for men who have used violence against women: recommendations for action and caution*. Instituto Promundo.
- Thomson, G., Stanley, N., & Miller, P. (2013). Give me ‘strength to change’: Insights into a social marketing campaign in the North of England. *Primary Health Care Research and Development*, 14(4), 350–359. <https://doi.org/10.1017/S1463423612000473>
- Todd, N., Weaver-Dunlop, G., & Ogden, C. (2014). Approaching the subject of violence: A response-based approach to working with men who have abused others. *Violence Against Women*, 20(9), 1117–1137. <https://doi.org/10.1177/1077801214549638>
- Toledo, E., & Agência Fiocruz de Notícias. (2020, 29 de abril). O aumento da violência contra a mulher na pandemia de Covid-19: um problema histórico. *Agência Fiocruz de Notícias*. <https://agencia.fiocruz.br/o-aumento-da-violencia-contra-mulher-na-pandemia-de-covid-19-um-problema-historico>
- Toneli, M. J. F. (2007). *Violência Sexual e Saúde Mental: análise dos programas de atendimento a homens autores de violência sexual*.
- Toneli, M. J. F., Souza, M. G. C. de & Müller, R. de C. F. (2010). Masculinidades e práticas de saúde: retratos da experiência de pesquisa em Florianópolis/SC. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 20(3), 973–994. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312010000300015>
- Torres, V. M. S., Goicolea, I., Edin, K., & Öhman, A. (2012). “Expanding your mind”: The process of constructing gender-equitable masculinities in young Nicaraguan men participating in reproductive health or gender training programs. *Global Health Action*, 8(1), 1–14. <https://doi.org/10.3402/gha.v5i0.17262>
- Tutty, L. M., & Babins-Wagner, R. (2016). Outcomes and Recidivism in Mandated Batterer Intervention Before and After Introducing a Specialized Domestic Violence Court. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(5), 1039–1062. <https://doi.org/10.1177/0886260516647005>

- Tyagi, S. V. (2006). Female counselors and male perpetrators of violence against women. *Women and Therapy*, 29(1–2), 1–22. https://doi.org/10.1300/J015v29n01_01
- UNESCO. (2015). *Relatório de ciência da unesco Rumo a 2030: visão geral e cenário brasileiro*. <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Caderno-de-textos-web.pdf>
- Vargas, V., Lila, M. & Catalá-Miñana, A. (2015). ¿influyen las diferencias culturales en los resultados de los programas de intervención con maltratadores? Un estudio con agresores españoles y latinoamericanos. *Psychosocial Intervention*, 24(1), 41–47. <https://doi.org/10.1016/j.psi.2015.03.001>
- Vasconcelos, I. S. L. de & Machado, L. Z. (2015). Intervenção Judicial e a Efetividade de Procedimentos Alternativos no Combate à Violência Doméstica. *Gênero & Direito*, 1, 261–280. <https://doi.org/10.18351/2179-7137/ged.2015n1p261-280>
- Vasconcelos, F. E. A. (2011). A outra face da violência nas relações de gênero : o homem preso pela Lei Maria. *Anais Da Semana de Humanidades 8. Humanidades: Entre Fixos e Fluxos*, 1–16. http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20913/1/2011_eve_feavasconcelos.pdf
- Veloso, F. G. C., & Natividade, C. (2013). Metodologias de abordagem dos homens autores de violência contra as mulheres. In V. P. V. L. Lopes & F. Leite (Eds.), *Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública*. http://www.iser.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/homens_miolo_9nov_.pdf
- Waiselfisz, J. J. (2015). Mapa Da Violência 2015 - Homicídio de mulheres no Brasil. *FLACSO Brasil, Brasília DF*, 1, 72. <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Waldo, M., Kerne IV, P. A., & Kerne, V. V. H. (2007). Therapeutic factors in guidance versus counseling sessions of domestic violence groups. *Journal for Specialists in Group Work*, 32(4), 346–361. <https://doi.org/10.1080/01933920701476672>
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas*, 9(2), 460–482.

- Widman, L., Olson, M. A., & Bolen, R. M. (2013). Self-Reported Sexual Assault in Convicted Sex Offenders and Community Men. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(7), 1519–1536. <https://doi.org/10.1177/0886260512468237>
- Wistow, R., Kelly, L., & Westmarland, N. (2016). “Time Out”: A Strategy for Reducing Men’s Violence Against Women in Relationships? *Violence Against Women*, 23(6), 730–748. <https://doi.org/10.1177/1077801216647944>
- Wittig, M. (2010). *El pensamiento heterosexual y otros ensayos* (2ª). Editorial EGALES.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação* (1ª). Appris editora.
- Zorzella, V. L. & Celmer, E. G. (2016). Grupos de Reflexão Sobre Gênero com Homens Acusados de Violência Doméstica: Percebendo Vulnerabilidades e Repensando Polarizações. *Gênero & Direito*, 5(1), 92–111. <https://doi.org/10.18351/2179-7137/ged.v5n1p92-111>

Anexos

Anexo 1 - Modelo do Formulário para Análise dos Artigos

Revisão Integrativa - Análise dos artigos

Categorização das informações após a leitura dos artigos, a fim de identificar os conteúdos compostos em cada um deles. ***Obrigatório**

1. Email address *

2. Auxiliar de pesquisa que está preenchendo: *

Pesquisadora 1

Pesquisadora 3

Pesquisadora 2

Pesquisadora 4

3. Nome do artigo: *

4. Link de acesso ao artigo:

5. Nome das(os) autoras(es): *

6. Artigo escrito por... *

Somente Homens

Somente Mulheres

Homens e Mulheres

Outro: _____

7. Ano de publicação *

2000

2005

2010

2015

2001

2006

2011

2016

2002

2007

2012

2017

2003

2008

2013

2018

2004

2009

2014

8. País de publicação *

Brasil

Colômbia

Austrália

México

Estados Unidos

Outro: _____

Canadá

9. Se Brasil, qual a região

Nordeste

Sul

Sudeste

Centro-Oeste

Norte

10. Posicionamento Geográfico *

América do Sul

Ásia

América do Norte

África

América Central

Oceania

Europa

Antártida

11. Qual a plataforma que o artigo foi coletado? *

Oasis

BVS

Scopus

PubMed

12. Qual o objetivo do artigo? *

Lembrem-se que o objetivo do artigo e o objetivo das intervenções são duas coisas diferentes. Aqui você deve copiar e colar o trecho literal (na língua original do artigo) que fala sobre o objetivo dos autores aos escreverem este artigo.

Normalmente essa informação aparece no resumo, nos parágrafos anteriores ao método ou nos parágrafos iniciais da introdução.

13. O artigo tem natureza teórica ou empírica? *

Teórica *Pular para a pergunta 29*

Empírica *Pular para a pergunta 14*

Artigos empíricos

14. Os atendimentos são realizados por que tipo de instituição? *

Marque todas que se aplicam.

ONG

Pesquisadores ligados à universidades e respectivos grupos de pesquisa

Instituições Governamentais

Artigo não cita

Outro: _____

15. Os atendimentos realizados foram encaminhados e/ou realizados por órgãos vinculados à qual setor da sociedade? *

Marque todas que se aplicam.

- Justiça
 Saúde
 Educação
 Comunitário
 Artigo não cita
 Outro: _____

16. Qual o nome da instituição onde os atendimentos foram realizados? *

- Artigo não cita
 Outro: _____

17. Quem realiza os atendimentos? *

Marque todas que se aplicam.

- Psicóloga(o)
 Assistente social
 Pedagoga(o)
 Estudante de psicologia sob supervisão
 Outro: _____

18. Atendimento realizados por profissionais... *

- Somente homens
 Somente mulheres
 Homens e Mulheres
 Artigo não cita

19. Qual o tipo de atendimento realizado? *

- Em grupo
 Individualmente
 Individualmente e em grupo
 Artigo não cita

20. Se em grupo, qual o formato do grupo?

- Somente homens
 Mixto (Homens e mulheres)
 Artigo não cita
 Outro: _____

21. Como os homens são inseridos nos atendimentos? * *Marque todas que se aplicam.*

- Participação espontânea
 Participação compulsória
 Artigo não cita essa informação

22. De quantas intervenções cada usuário participa? *

- De 1 à 5 encontros De 16 à 20 encontros
 De 6 à 10 encontros Mais de 20 encontros
 De 11 à 15 encontros Artigo não cita

23. Qual o objetivo das intervenções? *

Qual o propósito dos atendimentos realizados? Tente identificar o que o profissional que realizou as intervenções gostaria de provocar nesses homens, o que gostaria que fosse produzido por esses homens após as intervenções realizadas. De preferência, tentem copiar as expressões literais que são utilizadas nos artigos.

24. Qual abordagem teórica é utilizada para realizar os atendimentos? *

Abordagem Teórica: teoria psicológica utilizada para realizar os atendimentos. Vertente teórica que guia os atendimentos dos profissionais que realizam a intervenção. Lembrar que o feminismo não é uma abordagem psicológica, é uma lente/perspectiva que dialoga com a prática profissional. Portanto, não pode ser citada nessa categoria.

- Psicanálise Cognitivo-Comportamental/TCC
 Gestalt-terapia Behaviorista/Comportamental
 Humanismo Psicodrama Artigo não cita
 Sistêmica/Conjugal e Familiar Outro: _____

25. Quais técnicas são utilizadas ao longo do atendimento? *

Ferramentas, instrumentos, atividades, intervenções... citar qualquer atividade e/ou técnica utilizada nas intervenções.

26. Quais as maiores dificuldades encontradas nos atendimentos? *

27. Quais as sugestões e/ou críticas do artigo sobre os atendimentos a esses homens? *

28. De acordo com as(os) autoras(es) do artigo, os objetivos dos atendimentos foram alcançados? *

Analisar essa questão de acordo com o que os autores do artigo avaliam. Eles consideram que os objetivos da intervenção foram alcançados? Lembre-se que pontos a serem melhorados sempre existirão, mas isso não invalida que os objetivos possam ter sido alcançados. Às vezes, esses pontos a serem melhorados são somente uma forma de aprimoramento do que já deu certo.

- Sim
- Não
- Parcialmente
- Artigo não menciona

Artigos Teóricos e Empíricos

29. Utiliza a perspectiva feminista, estudos de gênero e/ou masculinidades? *

- Sim
- Não

30. Se sim, quais autoras(es) são citadas(os) no artigo? *Marque todas que se aplicam.*

- Butler, J.
- Saffioti, H.
- Welzer-Lang, D.
- Scott, J.
- Bourdieu, P.
- Connell, R.
- Haraway, D.
- Lauretis, T.
- Irigaray, L.
- Outro: _____

31. Qual o tipo da análise de dados do artigo? *

- Quantitativa
- Qualitativa
- Mista

32. Em algum momento, o artigo cita algum tipo de política pública para os homens autores de violência? *

- Sim
- Não

33. Se sim, sugerem alguma necessidade de alteração e/ou complemento?

- Sim
- Não

34. Se sugerem alguma necessidade de alteração e/ou complemento, qual?

35. Quais são as proposições do artigo voltadas para o atendimento a homens autores de violência? * *Marque todas que se aplicam.*

- Maior investimento econômico por parte do governo
- Integralidade das ações entre os sistemas de saúde, justiça e educação, etc
- Olhar multidisciplinar, integrando os serviços oferecidos com as políticas públicas
- Sistematização dos atendimentos (metodologia, estrutura, tipo, quantidade, etc)
- Alteração do tipo do atendimento exclusivamente punitivo para um preventivo e/ou de reeducação/tratamento/terapêutico
- Obrigatoriedade de abrangência do atendimento a todos os homens e não somente alguns a critério da justiça
- Modificação do tipo de atendimento com um olhar humano sobre esses homens e não restrito à "agressor"
- Outro: _____

36. Caso haja alguma informação relevante que não foi perguntada no formulário, acrescente esta informação aqui!

37. Após a leitura integral desse artigo, ele continua atendendo aos critérios de inclusão da revisão integrativa de literatura? *

- Sim
- Não

38. Se não atende aos critérios de inclusão, porque você acha isso?

Anexo 2 - Lista de Artigos Recuperados na Revisão Integrativa

- Abritta, S. D., Roque, F. C. F., & Ramos, M. E. C. (2015). A importância do acolhimento e do aquecimento em grupos sem demanda no contexto da Justiça. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 23(2), 6–15. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.20150002>
- Aguiar, L. H. M. de, & Diniz, G. R. S. (2017). Estudos sobre masculinidades e seus impactos no trabalho com homens autores de violência. *Gênero*, 17(2), 81–94.
- Allen, C. T., Swan, S. C., Maas, C. D., & Barber, S. (2015). A Comparison of the Structural Factors of the Propensity for Abusiveness Scale for Women and Men in a Domestic Violence Treatment Program. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(13), 2326–2343. <https://doi.org/10.1177/0886260514552450>
- Alves, R. A., Pinto, L. M. N., Silveira, A. M., Oliveira, G. L., & de Melo, E. M. (2012). Homens, vítimas e autores de violência: A corrosão do espaço público e a perda da condição humana. *Interface: Comunicação Saúde Educação*, 16(43), 871–883. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000049>
- Andrews, S., Gallant, D., Humphreys, C., Ellis, D., Bamblett, A., Briggs, R., & Harrison, W. (2018). Holistic programme developments and responses to Aboriginal men who use violence against women. *International Social Work*, 00(0), 1–15. <https://doi.org/10.1177/0020872818807272>
- Ariza-Sosa, G. R., Gaviria, S. L., Geldres-García, D. A., & Vargas-Romero, R. (2015). Hombres cuidadores de vida: formación en masculinidades género-sensibles para la prevención de las violencias hacia las mujeres en Medellín. *Revista Colombiana de Psiquiatria*, 44(2), 106–114. <https://doi.org/10.1016/j.rcp.2015.01.005>

- Auchter, B., & Backes, B. L. (2013). NIJ's Program of Domestic Violence Research: Collaborative Efforts to Build Knowledge Guided by Safety For Victims and Accountability of Perpetrators. *Violence Against Women, 19*(6), 713–736. <https://doi.org/10.1177/1077801213494703>
- Aymer, S. R. (2008). Beyond power and control: Clinical interventions with men engaged in partner abuse. *Clinical Social Work Journal, 36*(4), 323–332. <https://doi.org/10.1007/s10615-008-0167-z>
- Aymer, S. R. (2011). A Case for Including the “Lived Experience” of African American Men in Batterers’ Treatment. *Journal of African American Studies, 15*(3), 352–366. <https://doi.org/10.1007/s12111-010-9150-1>
- Beiras, A., Cantera, L. M., & De Alencar-Rodrigues, R. (2015). I am a bull! The construction of masculinities in a group of men permasculinities, violence, bull, domination, subjectivity. *Universitas Psychologica, 14*(5), 1525. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy14-5.bcmg>
- Billand, J., & Paiva, V. S. F. (2017). Desconstruindo expectativas de gênero a partir de uma posição minoritária: como dialogar com homens autores de violência contra mulheres? *Ciência & Saúde Coletiva, 22*(9), 2979–2988. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.13742016>
- Blacker, J., Watson, A., & Beech, A. R. (2008). A combined drama-based and CBT approach to working with self-reported anger aggression. *Criminal Behaviour and Mental Health, 18*, 129–137. <https://doi.org/10.1002/cbm.686>
- Blacklock, N. (2001). Domestic violence: Working with perpetrators, the community and its institutions. *Advances in Psychiatric Treatment, 7*(1), 65–72. <https://doi.org/10.1192/apt.7.1.65>

- Bletzer, K. V., & Koss, M. P. (2012). From parallel to intersecting narratives in cases of sexual assault. *Qualitative Health Research*, 22(3), 291–303. <https://doi.org/10.1177/1049732311430948>
- Boira, S., Carbajosa, P., & Marcuello, C. (2013). La violencia en la pareja desde tres perspectivas: Víctimas, agresores y profesionales. *Psychosocial Intervention*, 22(1), 125–133. <https://doi.org/10.4135/9781446221211.n11>
- Boira, S., Tomas-Aragones, L., & Rivera, N. (2017). Intimate partner violence and femicide in Ecuador. *Qualitative Sociology Review*, 13(3), 30–47.
- Boonzaier, F. A., & Gordon, S. F. (2015). Responding to Men’s Violence Against Women Partners in Post-apartheid South Africa: On the Necessity of Identification Across Identity’s Intersections. *British Journal of Criminology*, 55(6), 1096–1114. <https://doi.org/10.1093/bjc/azv090>
- Boots, D. P., Wareham, J., Bartula, A., & Canas, R. (2015). A Comparison of the Batterer Intervention and Prevention Program with Alternative Court Dispositions on 12-Month Recidivism. *Violence Against Women*, 22(9), 1134–1157. <https://doi.org/10.1177/1077801215618806>
- Boroumandfar, K., Javaheri, S., Ehsanpour, S., & Abedi, A. (2010). Reviewing the effect of two methods of educational package and social inoculation on changing the attitudes towards domestic violence against women. *Iranian Journal of Nursing and Midwifery Research*, 15(Suppl 1), 283–291. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22069401><http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=PMC3208932>
- Bortoli, R. (2012). Violência de gênero e masculinidades no SUAS. *Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social*, 66, 37–39.

- Bowen, E., Gilchrist, E., & Beech, A. R. (2008). Change in Treatment Has No Relationship with Subsequent Re-Offending in U.K. Domestic Violence Sample: A Preliminary Study. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 52(5), 598–614. <https://doi.org/10.1177/0306624X08319419>
- Campbell, M., Neil, J. A., Jaffe, P. G., & Kelly, T. (2010). Engaging abusive men in seeking community intervention: A Critical research & practice priority. *Journal of Family Violence*, 25(4), 413–422. <https://doi.org/10.1007/s10896-010-9302-z>
- Catlett, B. S., Toews, M. L., & Walilko, V. (2010). Men’s gendered constructions of intimate partner violence as predictors of court-mandated batterer treatment drop out. *American Journal of Community Psychology*, 45(1), 107–123. <https://doi.org/10.1007/s10464-009-9292-2>
- Cavanaugh, M. M., Solomon, P., & Gelles, R. J. (2011). The dialectical psychoeducational workshop (DPEW): The conceptual framework and curriculum for a preventative intervention for males at risk for IPV. *Violence Against Women*, 17(8), 970–989. <https://doi.org/10.1177/1077801211414266>
- Chakraborty, P., Osrin, D., & Daruwalla, N. (2018). “We Learn How to Become Good Men”: Working with Male Allies to Prevent Violence against Women and Girls in Urban Informal Settlements in Mumbai, India. *Men and Masculinities*, 23(3–4), 749–771. <https://doi.org/10.1177/1097184X18806544>
- Chamberland, C., Fortin, A., Turgeon, J., & Laporte, L. (2007). Men’s recognition of violence against women and spousal abuse: Comparison of three groups of men. *Violence and Victims*, 22(4), 419–436. <https://doi.org/10.1891/088667007781553937>

- Christofides, N. J., Hatcher, A. M., Pino, A., Rebombo, D., McBride, R. S., Anderson, A., & Peacock, D. (2018). A cluster randomised controlled trial to determine the effect of community mobilisation and advocacy on men's use of violence in periurban South Africa: Study protocol. *BMJ Open*, *8*(3), 1–11. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2017-017579>
- Connors, A. D., Mills, J. F., & Gray, A. L. (2012). An Evaluation of Intimate Partner Violence Intervention With Incarcerated Offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, *27*(6), 1176–1196. <https://doi.org/10.1177/0886260511424499>
- Connors, A. D., Mills, J. F., & Gray, A. L. (2013). Intimate partner violence intervention for high-risk offenders. *Psychological Services*, *10*(1), 12–23. <https://doi.org/10.1037/a0028979>
- Cortez, M. B., & Souza, L. de. (2010). A violência conjugal na perspectiva de homens denunciados por suas parceiras. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, *62*(2), 129–142.
- Cortez, M. B., Souza, L., & Queiróz, S. S. de. (2010). Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. *Revista Psicologia Política*, *10*(20), 227–243.
- Coté, A. M., & Mahaffy, K. A. (2005). Beyond Recidivism: Identifying Additional Measures of Success for Special Offenders Programs. *Research in Social Problems and Public Policy*, *12*(05), 181–196. [https://doi.org/10.1016/S0196-1152\(05\)12009-2](https://doi.org/10.1016/S0196-1152(05)12009-2)
- Crane, C. A., Eckhardt, C. I., & Schlauch, R. C. (2015). Motivational enhancement mitigates the effects of problematic alcohol use on treatment compliance among partner violent offenders: Results of a randomized clinical trial. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *83*(4), 689–695. <https://doi.org/10.1037/a0039345>

- Crockett, E. E., Keneski, E., Yeager, K., & Loving, T. J. (2015). Breaking the Mold: Evaluating a Non-Punitive Domestic Violence Intervention Program. *Journal of Family Violence*, 30(4), 489–499. <https://doi.org/10.1007/s10896-015-9706-x>
- Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2013). Intimate partner violence offenders: Generating a data-based typology of batterers and implications for treatment. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 5(2), 131–139. <https://doi.org/10.5093/ejpalc2013a2>
- Dankwort, J., & Rausch, R. (2000). Men at work to end wife abuse in Quebec: A case study in claims making. *Violence Against Women*, 6(9), 936–959. <https://doi.org/10.1177/10778010022182227>
- Dantas, B. M., & Mélló, R. P. (2008). Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*, 20(Edição Especial), 78–86. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000400011
- Day, A., Carson, E., & Saebel, J. (2010). Perspectives on domestic violence: The influence of organizational issues on program outcomes. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 5, 18–22. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2010.07.043>
- Day, A., Vlasis, R., Chung, D., & Green, D. (2018). Standards of Practice in Domestic and Family Violence Behavior Change Programs in Australia and New Zealand. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, 39(4), 501–513. <https://doi.org/10.1002/anzf.1332>
- Delgado, A. D. V., & Viejo, C. M. (2017). Masculinidades y déficit emocional: Relación entre el patrón de género masculino y el déficit de competencias

- emocionales en hombres que maltratan a mujeres en la intimidad. *Masculinities and Social Change*, 6(2), 166–189. <https://doi.org/10.17583/MCS.2017.2589>
- Dempsey, B., & Day, A. (2011). The identification of implicit theories in domestic violence perpetrators. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(3), 416–429. <https://doi.org/10.1177/0306624X10363448>
- Devaney, J. (2014). Male perpetrators of domestic violence: How should we hold them to account? *The Political Quarterly*, 85(4), 480–486. <https://doi.org/10.1111/1467-923X.12111>
- Dziewa, A., & Glowacz, F. (2018). Violences Conjugales et Politiques Publiques: le Paradigme de la Désistance pour la Gestion des Auteurs de Violences entre Partenaires Intimes. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*, 4, 474–482.
- Easton, C. J., Crane, C. A., & Mandel, D. (2017). A Randomized Controlled Trial Assessing the Efficacy of Cognitive Behavioral Therapy for Substance-Dependent Domestic Violence Offenders: An Integrated Substance Abuse-Domestic Violence Treatment Approach (SADV). *Journal of Marital and Family Therapy*, 44(3), 1–16. <https://doi.org/10.1111/jmft.12260>
- Echauri, J. A., Fernández-Montalvo, J., Martínez, M., & Azkarate, J. M. (2013). Efectividad de un programa de tratamiento con inmigrantes que ejercen violencia de género contra la pareja. *Psicothema*, 25(1), 49–54. <https://doi.org/10.7334/psicothema2012.75>
- Echeburúa, E. (2013). Adherencia al tratamiento en hombres maltratadores contra la pareja en un entorno comunitario: Realidad actual y retos de futuro.

<https://doi.org/10.4135/9781446221211.n11>

Echeburúa, E., & Amor, P. J. (2016). Hombres violentos contra la pareja: ¿tienen un trastorno mental y requieren tratamiento psicológico? *Terapia Psicológica*, 34(1), 31–40. <https://doi.org/10.4067/S0718-48082016000100004>

Ehrensaft, M. K. (2008). Intimate partner violence: Persistence of myths and implications for intervention. *Children and Youth Services Review*, 30(3), 276–286. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2007.10.005>

Expósito, F., & Ruiz, S. (2010). Reeducción de Maltratadores: Una Experiencia de Intervención desde la Perspectiva de Género. *Intervención Psicosocial*, 19(2), 145–151. <https://doi.org/10.5093/in2010v19n2a6>

Falb, K. L., Annan, J., King, E., Hopkins, J., Kpebo, D., & Gupta, J. (2014). Gender norms, poverty and armed conflict in Côte D’Ivoire: Engaging men in women’s social and economic empowerment programming. *Health Education Research*, 29(6), 1015–1027. <https://doi.org/10.1093/her/cyu058>

Fattah, K. N., & Camellia, S. (2017). Gender Norms and Beliefs, and Men’s Violence Against Women in Rural Bangladesh. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(3–4), 771–793. <https://doi.org/10.1177/0886260517690875>

Feder, L., & Dugan, L. (2002). A test of the efficacy of courtmandated counseling for domestic violence offenders: The broward experiment. *Justice Quarterly*, 19(2), 343–375. <https://doi.org/10.1080/07418820200095271>

Fleming, P. J., Gruskin, S., Rojo, F., & Dworkin, S. L. (2015). Men’s violence against women and men are inter-related: Recommendations for simultaneous intervention. *Social Science and Medicine*, 146, 249–256. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2015.10.021>

- Fleming, P. J., Silverman, J., Ghule, M., Ritter, J., Battala, M., Velhal, G., Nair, S., Dasgupta, A., Donta, B., Saggurti, N., & Raj, A. (2018). Can a Gender Equity and Family Planning Intervention for Men Change Their Gender Ideology? Results from the CHARM Intervention in Rural India. *Studies in Family Planning*, 49(1), 41–56. <https://doi.org/10.1111/sifp.12047>
- Flood, M. (2015). Work with men to end violence against women: a critical stocktake. *Culture, Health and Sexuality*, 17, 159–176. <https://doi.org/10.1080/13691058.2015.1070435>
- Flores, L. M. S., & Pascual, C. F. S. (2013). Aplicación de la terapia de aceptación y compromiso (ACT) con hombres que cumplen condena por maltrato. un estudio piloto. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy*, 13(3), 289–305.
- Gadd, D. (2000). Masculinities, Violence and Defended Psychosocial Subjects. *Theoretical Criminology*, 4(4), 429–449. <https://doi.org/10.1177/1362480600004004002>
- Gadd, D. (2002). Masculinities and Violence Against Female Partners. *Social & Legal Studies*, 11(1), 61–80.
- Gadd, D. (2004). Evidence-led policy or policy-led evidence? Cognitive behavioural programmes for men who are violent towards women. *Criminal Justice*, 4(2), 173–197. <https://doi.org/10.1177/1466802504044913>
- Gage, A. N., & Lease, S. H. (2018). An Exploration of the Link Between Masculinity and Endorsement of IPV Myths in American Men. *Journal of Interpersonal Violence*, 00(0), 1–21. <https://doi.org/10.1177/0886260518818430>

- Garda, R. (2001). 'I want to recover those things I damaged': The experience of men's groups working to stop violence in Mexico. *Development*, 44(3), 104–106. <https://doi.org/10.1057/palgrave.development.1110273>
- Geldschläger, H., Beckmann, S., Jungnitz, L., Puchert, R., Stabingis, A. J., Dully, C., Kraus, H., Logar, R., Dotterud, P. K., Lorentzen, J., & Schweier, S. (2010). Programas Europeos de Intervención para Hombres que Ejercen Violencia de Género: Panorámica y Criterios de Calidad. *Intervención Psicosocial*, 19(2), 181–190. <https://doi.org/10.5093/in2010v19n2a9>
- Gerardo Hernández, I. (2014). El ser del varón y el diseño de políticas públicas e intervención social con perspectiva de género. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 59(222), 209–233. [https://doi.org/10.1016/s0185-1918\(14\)70216-8](https://doi.org/10.1016/s0185-1918(14)70216-8)
- Giesbrecht, C. J. (2018). A phenomenological inquiry into men's desistance from intimate partner violence. *Partner Abuse*, 9(4), 398–420. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.9.4.398>
- Gómez, J. L. G., Rodríguez, N. R., Muñoz-Rivas, M. J., & Montesino, M. L. C. (2017). Short-term treatment response, attrition and recidivism in a partner violent men typology compared with a control group. *Psicología Conductual*, 25(3), 465–482.
- Gondolf, E. W. (2008). Implementation of case management for batterer program participants. *Violence Against Women*, 14(2), 208–225. <https://doi.org/10.1177/1077801207312589>
- Gondolf, E. W. (2010a). Lessons from a successful and failed random assignment testing batterer program innovations. *Journal of Experimental Criminology*, 6(4), 355–376. <https://doi.org/10.1007/s11292-010-9104-6>

- Gondolf, E. W. (2010b). The Contributions of Ellen Pence to Batterer Programming. *Violence Against Women*, 16(9), 992–1006. <https://doi.org/10.1177/1077801210379330>
- Gondolf, E. W. (2011). The weak evidence for batterer program alternatives. *Aggression and Violent Behavior*, 16(4), 347–353. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.04.011>
- Granja, E., & Medrado, B. (2009). Homens, violência de gênero e atenção integral em saúde. *Psicologia & Sociedade*, 21(1), 25–34. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000100004>
- Guerrero-molina, M., Moreno-manso, J. M., Guerrero-barona, E., & Cruz-márquez, B. (2016). Atribución de responsabilidad en condenados por violencia de género. *Apuntes de Psicología*, 34(1), 27–35. <https://core.ac.uk/download/pdf/196609023.pdf>
- Guerrero-Molina, M., Moreno-Manso, J. M., Guerrero-Barona, E., & Cruz-Márquez, B. (2016). Pensamientos Distorsionados y Atribución de Responsabilidad en Condenados por Violencia de Género. *Psicología Conductual*, 24(2), 207–220.
- Gupta, J., Falb, K. L., Lehmann, H., Kpebo, D., Xuan, Z., Hossain, M., Zimmerman, C., Watts, C., & Annan, J. (2013). Gender norms and economic empowerment intervention to reduce intimate partner violence against women in rural Côte d'Ivoire: A randomized controlled pilot study. *BMC International Health and Human Rights*, 13(1), 1–12. <https://doi.org/10.1186/1472-698X-13-46>
- Guru, S. (2006). Working with asian perpetrators of domestic violence — The British Experience. *Practice*, 18(3), 153–166. <https://doi.org/10.1080/09503150600904037>

- Hall, J. E., Walters, M. L., & Basile, K. C. (2012). Intimate partner violence perpetration by court-ordered men: Distinctions among subtypes of physical violence, sexual violence, psychological abuse, and stalking. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(7), 1374–1395. <https://doi.org/10.1177/0886260511425249>
- Hamberger, L. K., Lohr, J. M., & Gottlieb, M. (2000). Predictors of treatment dropout from a spouse abuse abatement program. *Behavior Modification*, 24(4), 528–552. <https://doi.org/10.1177/0145445500244003>
- Hamel, J. (2009). Gender inclusive systemic treatment of intimate partner abuse (GIST). *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 1(3), 71–76. <https://doi.org/10.1108/17596599200900019>
- Hamel, J. (2012). “But she’s violent, too!”: Holding domestic violence offenders accountable within a systemic approach to batterer intervention. *Journal of Aggression, Conflict and Peace Research*, 4(3), 124–135. <https://doi.org/10.1108/17596591211244139>
- Hearn, J., & Whitehead, A. (2006). Collateral damage: Men’s ‘domestic’ violence to women seen through men’s relations with men. *Probation Journal*, 53(1), 38–56. <https://doi.org/10.1177/0264550506060864>
- Hoang, T. A., Quach, T. T., & Tran, T. T. (2013). “Because I am a man, I should be gentle to my wife and my children”: Positive masculinity to stop gender-based violence in a coastal district in Vietnam. *Gender and Development*, 21(1), 81–96. <https://doi.org/10.1080/13552074.2013.767511>
- Klein, A. R., & Crowe, A. (2008). Findings from an outcome examination of Rhode Island’s specialized domestic violence probation supervision program: Do

- specialized supervision programs of batterers reduce reabuse? *Violence Against Women*, 14(2), 226–246. <https://doi.org/10.1177/1077801207312633>
- Laisser, R. M., Nystrom, L., Lugina, H. I., & Emmelin, M. (2011). Community perceptions of intimate partner violence- a qualitative study from urban Tanzania. *BMC Women's Health*, 11(13), 1–12. <http://www.embase.com/search/results?subaction=viewrecord&from=export&id=L51392799%0Ahttp://dx.doi.org/10.1186/1472-6874-11-13>
- Lau, U., & Stevens, G. (2010). Exploring the psychological exteriority and interiority of men's violence against women. *Journal of Psychology in Africa*, 20(4), 623–633. <https://doi.org/10.1080/14330237.2010.10820420>
- Lavolette, A. (2014). Batterers' treatment: Observations from the trenches. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 5(2), 45–56. <https://doi.org/10.1300/J146v05n02>
- Lee, R. B. (2004). Filipino men's familial roles and domestic violence: Implications and strategies for community-based intervention. *Health and Social Care in the Community*, 12(5), 422–429. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2524.2004.00512.x>
- Levesque, D. a, Velicer, W. F., Castle, P. H., & Greene, R. N. (2008). Resistance Among Domestic Violence Offenders: Measurement Development and Initial Validation. *Violence Against Women*, 14(2), 158–184. <https://doi.org/10.1177/1077801207312397>
- Lila, M., Catalá, A., Conchell, R., García, A., Lorenzo, M. V., Pedrón, V., & Terreros, E. (2010). Una Experiencia de Investigación, Formación e Intervención con Hombres Penados por Violencia contra la Mujer en la

- Universidad de Valencia: Programa Contexto. *Intervención Psicosocial*, 19(2), 167–179. <https://doi.org/10.5093/in2010v19n2a8>
- Lila, M., Gracia, E., & Catalá-Miñana, A. (2017). More Likely to Dropout, but What if They Don't? Partner Violence Offenders With Alcohol Abuse Problems Completing Batterer Intervention Programs. *Journal of Interpersonal Violence*, 35(9–10), 1958–1981. <https://doi.org/10.1177/0886260517699952>
- Lila, M., Gracia, E., & Catalá-Miñana, A. (2018). Individualized motivational plans in batterer intervention programs: A randomized clinical trial. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 86(4), 309–320. <https://doi.org/10.1037/ccp0000291>
- Lila, M., Gracia, E., & Herrero, J. (2012). Asunción de responsabilidad en hombres maltratados: Influencia de la autoestima, la personalidad narcisista y la personalidad antisocial. *Revista Latinoamericana de Psicología*, 44(2), 99–108.
- Lila, M., Gracia, E., & Murgui, S. (2013). Psychological adjustment and victim-blaming among intimate partner violence offenders: The role of social support and stressful life events. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 5(2), 147–153. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5093/ejpalc2013a4>
- Lila, M., Oliver, A., Catalá-Miñana, A., & Conchell, R. (2014). Recidivism risk reduction assessment in batterer intervention programs: A key indicator for program efficacy evaluation. *Psychosocial Intervention*, 23(1), 217–223. <https://doi.org/10.4135/9781446221211.n11>
- Lila, M., Oliver, A., Catalá-Miñana, A., Galiana, L., & Gracia, E. (2014). The intimate partner violence responsibility attribution scale (IPVRAS). *European*

- Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 6(1), 29–36.
<https://doi.org/10.5093/ejpalc2014a4>
- Lila, M., Oliver, A., Galiana, L., & Gracia, E. (2013). Predicting success indicators of an intervention programme for convicted intimate-partner violence offenders: The contexto programme. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 5(1), 73–95.
- Lima, D. C., & Büchele, F. (2011). Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 21(2), 721–743. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000200020>
- Lima, D. C., Büchele, F., & Clímaco, D. de A. (2008). Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saúde e Sociedade*, 17(2), 69–81.
- Lima, M. L. C., & Mélo, R. P. (2013). Algumas considerações sobre os homens no contexto da violência contra a mulher. *Psicologia Argumento*, 31(74), 425–435.
<https://doi.org/10.7213/psicol.argum.31.074.ds06>
- Loeffler, C. H., Prelog, A. J., Unnithan, N. P., & Pogrebin, M. R. (2010). Evaluating Shame Transformation in Group Treatment of Domestic Violence Offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 54(4), 517–536. <https://doi.org/10.1177/0306624X09337592>
- Lonngi, L. B. (2017). Análisis del “enojo” del varón en el contexto de la violencia contra las mujeres para trazar un marco de construcción de responsabilidad. *Masculinities and Social Change*, 6(1), 39–61.
<https://doi.org/10.17583/MCS.2017.1923>
- Mankowski, E. S., Haaken, J., & Silvergleid, C. S. (2002). Collateral damage: An analysis of the achievements and unintended consequences of batterer

- intervention programs and discourse. *Journal of Family Violence*, 17(2), 167–184. <https://doi.org/10.1023/A:1015061517888>
- McGrath, R. J., Cumming, G. F., Hoke, S. E., & Bonn-Miller, M. O. (2007). Outcomes in a community sex offender treatment program: A comparison between polygraphed and matched non-polygraphed offenders. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, 19(4), 381–393. <https://doi.org/10.1007/s11194-007-9058-z>
- Medrado, B., Lemos, A. R., & Brasilino, J. (2011). Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. *Psicologia Em Estudo*, 16(3), 471–478. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722011000300014>
- Miller, S. (2010). Discussing the Duluth Curriculum: Creating a Process of Change for Men Who Batter. *Violence Against Women*, 16(9), 1007–1021. <https://doi.org/10.1177/1077801210379318>
- Mitchell, R. (2013). Domestic violence prevention through the Constructing Violence-free Masculinities programme: An experience from Peru. *Gender and Development*, 21(1), 97–109. <https://doi.org/10.1080/13552074.2013.767516>
- Moraes, A. F., & Ribeiro, L. (2012). As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência.” *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, (11), 37-58.
- Morgan, R. D., Garland, J. T., Rozycki, A. T., Reich, D. A., & Wilson, S. (2005). Group therapy goals: A comparison of group therapy providers and male inmates. *The Journal for Specialists in Group Work*, 30(2), 159–172. <https://doi.org/10.1080/01933920590926011>

- Morran, D. (2010). Re-education or recovery? Re-thinking some aspects of domestic violence perpetrator programmes. *The Journal of Community and Criminal Justice*, 58(1), 23–36. <https://doi.org/10.1177/0264550510388968>
- Muñoz, A. P., & Ruiz, E. G. D. L. F. (2004). Aproximación teórico-descriptiva de la violencia de género: propuestas para la prevención. *Apuntes de Psicología*, 22(3), 353–373.
- Nelson, A., Lewy, R., Ricardo, F., Dovydaitis, T., Hunter, A., Mitchell, A., Loe, C., & Kugel, C. (2010). Eliciting behavior change in a US sexual violence and intimate partner violence prevention program through utilization of Freire and discussion facilitation. *Health Promotion International*, 25(3), 299–308. <https://doi.org/10.1093/heapro/daq024>
- Niekerk, T. J. Van, & Boonzaier, F. A. (2016). “The Only Solution There Is To Fight”: Discourses of Masculinity Among South African Domestically Violent Men. *Violence Against Women*, 22(3), 271–291. <https://doi.org/10.1177/1077801214555473>
- Nilan, P., Demartoto, A., Broom, A., & Germov, J. (2014). Indonesian Men’s Perceptions of Violence Against Women. *Violence Against Women*, 20(7), 869–888. <https://doi.org/10.1177/1077801214543383>
- Ocampo, I. (2018). Men who have exercised intrafamily violence: The desertion in a municipal intervention program in Montevideo, Uruguay. *Generos*, 7(3), 1762–1785. <https://doi.org/10.17583/generos.2018.3709>
- Oliveira, I. V. de, Andrade, L. F., Prates, P. L., & Mistura, T. F. (2015). Tensões e Desafios na Intervenção com Homens Autuados pela Lei Maria da Penha: O Caso dos Grupos Reflexivos no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.

Gênero & Direito, 1, 219–240. <https://doi.org/10.18351/2179-7137/ged.2015n1p219-240>

Padovani, R. da C., & Williams, L. C. de A. (2002). Intervenção psicoterapêutica com agressor conjugal: um estudo de caso. *Psicologia Em Estudo*, 7(2), 13–17. <https://doi.org/10.1590/s1413-73722002000200003>

Paiva, A. C. S., & Vasconcelos, F. E. A. (2015). Reaprendizagens do masculino após o advento da lei “Maria da Penha.” *O Público e o Privado*, 25, 121–137.

Paixão, G. P. do N., Pereira, Á., Gomes, N. P., Campos, L. M., Cruz, M. A. da, & Santos, P. F. D. M. (2018). A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: o discurso de homens. *Texto e Contexto Enfermagem*, 27(2), 1–8. <https://doi.org/10.1590/0104-07072018003820016>

Paixão, G. P. do N., Pereira, A., Gomes, N. P., Sousa, A. R. de, Estrela, F. M., Silva Filho, U. R. P. da, & Araújo, I. B. de. (2018). Naturalização, reciprocidade e marcas da violência conjugal: percepções de homens processados criminalmente. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 71(1), 178–184. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0475>

Parra-Cardona, J. R., Escobar-Chew, A. R., Holtrop, K., Carpenter, G., Guzmán, R., Hernández, D., Zamudio, E., & Ramírez, D. G. (2013). “En el Grupo Tomas Conciencia (In Group You Become Aware)”: Latino Immigrants’ Satisfaction With a Culturally Informed Intervention for Men Who Batter. *Violence Against Women*, 19(1), 107–132. <https://doi.org/10.1177/1077801212475338>

Pelikan, C. (2010). On the efficacy of victim-offender-mediation in cases of partnership violence in austria, or: Men don’t get better, but women get stronger: Is it still true? Outcomes of an Empirical Study. *European Journal on*

- Criminal Policy and Research*, 16(1), 49–67. <https://doi.org/10.1007/s10610-010-9117-8>
- Petrucci, C. J. (2010). A Descriptive study of a California domestic violence court: Program completion and recidivism. *Victims and Offenders*, 5(2), 130–160. <https://doi.org/10.1080/15564880903423037>
- Pimentel, A. (2010). Violência doméstica praticada por homens detidos na Delegacia da Mulher de Belém. *Revista Da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, 16(2), 148–156.
- Prado, V. M. do, & Silva, E. M. O. (2017). Núcleo de atenção ao homem como espaço de reconstrução de masculinidades agressoras. *Barbarói*, 50(2), 245–262. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i0.10506>
- Ramírez, M. P., Framís, A. G.-S., & Espinosa, M. de J. (2013). Evaluación de la eficacia del programa de tratamiento con agresores de pareja (PRIA) en la comunidad. *Psychosocial Intervention*, 22(2), 121–138. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.5093/in2013a13>
- Ramírez Rodríguez, J. C., Torre, N. C. G. de la, & Hernández, L. G. C. (2015). La construcción de una agenda de políticas públicas de Género de los hombres en México: Prolegómenos. *Masculinities and Social Change*, 4(2), 186–210. <https://doi.org/10.17583/MCS.2015.1514>
- Ramos, M. E. C. (2013). Homens E Mulheres Envolvidos em Violência E Atendidos em Grupos Socioterapêuticos: União, Comunicação e Relação. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 39–54. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100004&lng=pt&tlng=pt.

- Riel, E., Languedoc, S., Brown, J., & Gerrits, J. (2014). Couples Counseling for Aboriginal Clients Following Intimate Partner Violence: Service Providers' Perceptions of Risk. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 60(3), 286–307. <https://doi.org/10.1177/0306624X14551953>
- Rodríguez-Espartal, N., & Lopez-Zafra, E. (2013). Programa emocional para presos por violencia de género (PREMOVIGE): Efectividad en variables cognitivas y conductuales. *Psychosocial Intervention*, 22(1), 115–123. <https://doi.org/10.4135/9781446221211.n11>
- Rosa, A. G. da, Boing, A. F., Büchele, F., Oliveira, W. F. de, & Coelho, E. B. S. (2008). A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde e Sociedade*, 17(3), 152–160. <https://doi.org/10.1590/s0104-12902008000300015>
- Rosenbaum, A., Gearan, P. J., & Ondovic, C. (2001). Completion and Recidivism among court- and self-referred batterers in a psychoeducational group treatment program: Implications for intervention and public policy. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 5(2), 199–220. <https://doi.org/10.1300/J146v05n02>
- Sarto, S. B., & Esteban, P. J. (2010). Psicopatología, características de la violencia y abandonos en programas para hombres violentos con la pareja: Resultados en un dispositivo de intervención. *Psicothema*, 22(4), 593–599.
- Schrock, D., McCabe, J., & Vaccaro, C. (2017). Narrative Manhood Acts: Batterer Intervention Program Graduates' Tragic Relationships. *Symbolic Interaction*, 41(3), 384–410. <https://doi.org/10.1002/symb.340>

- Schrock, D. P., & Padavic, I. (2007). Negotiating hegemonic masculinity in a batterer intervention program. *Gender and Society*, 21(5), 625–649. <https://doi.org/10.1177/0891243207304975>
- Schuler, S. R., Lenzi, R., Badal, S. H., & Nazneen, S. (2018). Men's perspectives on women's empowerment and intimate partner violence in rural Bangladesh. *Culture, Health and Sexuality*, 20(1), 113–127. <https://doi.org/10.1080/13691058.2017.1332391>
- Sechrist, S. M., & Weil, J. D. (2017). Assessing the Impact of a Focused Deterrence Strategy to Combat Intimate Partner Domestic Violence. *Violence Against Women*, 24(3), 243–265. <https://doi.org/10.1177/1077801216687877>
- Silva, F. A., Silva, F. P. P. da, Tavares, E. de S., Oliveira, H. S. G., Neves, A. L. M., Silva, I. R. da, & Oliveira, K. N. L. de. (2015). Atenção psicossocial a homens autores de violência conjugal contra a mulher: uma construção participativa TT - Psychosocial attention to men who have perpetrated conjugal violence against women: a participatory construction TT - Atención psicossocial a h. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), 177–191. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100015
- Silveira, P. S., Medrado, B., & Rodrigues, L. O. (2009). Sentidos de violência contra as mulheres nas narrativas de homens denunciados por violência conjugal. *Caderno de Saúde Coletiva*, 17(4), 951–970.
- Silvergleid, C. S., & Mankowski, E. S. (2006). How Batterer Intervention Programs Work: Participant and Facilitator Accounts of Processes of Change. *Journal of Interpersonal Violence*, 21(1), 139–159. <https://doi.org/10.1177/0886260505282103>

- Sousa, A. R. de, Pereira, Á., Paixão, G. P. do N., Pereira, N. G., Campos, L. M., & Couto, T. M. (2016). Repercussões da prisão por violência conjugal: O discurso de homens. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 24, 1–9.
<https://doi.org/10.1590/1518-8345.1569.2847>
- Souza, A. C. de. (2012). Atendimento Psicossocial a Homens Autores de Violência Doméstica de Familiar Contra a Mulher. *Universidade Católica de Brasília*. Curso de Psicologia.
- Souza, L. T., Lopes, A. B. A., & Silva, A. F. (2018). O NEAH e a atenção ao autor de violência doméstica e familiar contra a mulher em Belém. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Boas Práticas Para o Sistema Penal*, 8(1), 378–395.
<https://doi.org/10.5102/rbpp.v8i1.5047>
- Stanley, N., Fell, B., Miller, P., Thomson, G., & Watson, J. (2012). Men’s Talk: Men’s Understandings of Violence Against Women and Motivations for Change. *Violence Against Women*, 18(11), 1300–1318.
<https://doi.org/10.1177/1077801212470547>
- Starmann, E., Collumbien, M., Kyegombe, N., Devries, K., Michau, L., Musuya, T., Watts, C., & Heise, L. (2017). Exploring Couples’ Processes of Change in the Context of SASA!, a Violence Against Women and HIV Prevention Intervention in Uganda. *Prevention Science*, 18(2), 233–244.
<https://doi.org/10.1007/s11121-016-0716-6>
- Stenzel, G. Q. D. L., & Lisboa, C. S. D. M. (2017). Aprisionamento psíquico sob uma perspectiva psicanalítica: Estudo de caso de um agressor conjugal. *Revista Ágora - Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 20(3), 625–633.
<https://doi.org/10.1590/1809-44142017003003>

- Stewart, L. A., Gabora, N., Kropp, P. R., & Lee, Z. (2014). Effectiveness of Risk-Needs-Responsivity-Based Family Violence Programs with Male Offenders. *Journal of Family Violence, 29*(2), 151–164. <https://doi.org/10.1007/s10896-013-9575-0>
- Stith, S. M., & McCollum, E. E. (2011). Conjoint treatment of couples who have experienced intimate partner violence. *Aggression and Violent Behavior, 16*(4), 312–318. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.04.012>
- Straus, M. A. (2014). Addressing Violence by Female Partners Is Vital to Prevent or Stop Violence Against Women: Evidence From the Multisite Batterer Intervention Evaluation. *Violence Against Women, 20*(7), 889–899. <https://doi.org/10.1177/1077801214545932>
- Thomson, G., Stanley, N., & Miller, P. (2013). Give me ‘strength to change’: Insights into a social marketing campaign in the North of England. *Primary Health Care Research and Development, 14*(4), 350–359. <https://doi.org/10.1017/S1463423612000473>
- Todd, N., Weaver-Dunlop, G., & Ogden, C. (2014). Approaching the subject of violence: A response-based approach to working with men who have abused others. *Violence Against Women, 20*(9), 1117–1137. <https://doi.org/10.1177/1077801214549638>
- Torres, V. M. S., Goicolea, I., Edin, K., & Öhman, A. (2012). “Expanding your mind”: The process of constructing gender-equitable masculinities in young Nicaraguan men participating in reproductive health or gender training programs. *Global Health Action, 8*(1), 1–14. <https://doi.org/10.3402/gha.v5i0.17262>

- Tutty, L. M., & Babins-Wagner, R. (2016). Outcomes and Recidivism in Mandated Batterer Intervention Before and After Introducing a Specialized Domestic Violence Court. *Journal of Interpersonal Violence, 34*(5), 1039–1062. <https://doi.org/10.1177/0886260516647005>
- Tyagi, S. V. (2006). Female counselors and male perpetrators of violence against women. *Women and Therapy, 29*(1–2), 1–22. https://doi.org/10.1300/J015v29n01_01
- Vargas, V., Lila, M., & Catalá-Miñana, A. (2015). ¿influyen las diferencias culturales en los resultados de los programas de intervención con maltratadores? Un estudio con agresores españoles y latinoamericanos. *Psychosocial Intervention, 24*(1), 41–47. <https://doi.org/10.1016/j.psi.2015.03.001>
- Vasconcelos, I. S. L. de, & Machado, L. Z. (2015). Intervenção Judicial e a Efetividade de Procedimentos Alternativos no Combate à Violência Doméstica. *Gênero & Direito, 1*, 261–280. <https://doi.org/10.18351/2179-7137/ged.2015n1p261-280>
- Vasconcelos, F. E. A. (2011). A outra face da violência nas relações de gênero: o homem preso pela Lei Maria. *Anais Da Semana de Humanidades 8. Humanidades: Entre Fixos e Fluxos, 1–16*. http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20913/1/2011_eve_feavasconcelos.pdf
- Viitanen, A. P., & Colvin, C. J. (2015). Lessons learned: Program messaging in gendertransformative work with men and boys in South Africa. *Global Health Action, 8*(1), 1–13. <https://doi.org/10.3402/gha.v8.27860>

- Waldo, M., Kerne IV, P. A., & Kerne, V. V. H. (2007). Therapeutic factors in guidance versus counseling sessions of domestic violence groups. *Journal for Specialists in Group Work*, 32(4), 346–361. <https://doi.org/10.1080/01933920701476672>
- Weaver, L. (2008). Facilitating Change in Men Who Are Violent towards Women: Considering the ethics and efficacy of a person-centered approach. *Person-Centered and Experiential Psychotherapies*, 7(3), 173–184. <https://doi.org/10.1080/14779757.2008.9688463>
- White, A. M., & Peretz, T. (2010). Emotions and redefining black masculinity: Movement narratives of two profeminist organizers. *Men and Masculinities*, 12(4), 403–424. <https://doi.org/10.1177/1097184X08326007>
- Wistow, R., Kelly, L., & Westmarland, N. (2016). “Time Out”: A Strategy for Reducing Men’s Violence Against Women in Relationships? *Violence Against Women*, 23(6), 730–748. <https://doi.org/10.1177/1077801216647944>
- Wojnicka, K. (2015). Work with perpetrators of domestic violence in Eastern European and Baltic countries. *Gender, Rovne Prilezitosti, Vyzkum*, 16(1), 35–45. <https://doi.org/10.13060/12130028.2015.16.1.165>
- Zorzella, V. L., & Celmer, E. G. (2016). Grupos de Reflexão Sobre Gênero com Homens Acusados de Violência Doméstica: Percebendo Vulnerabilidades e Repensando Polarizações. *Gênero & Direito*, 5(1), 92–111. <https://doi.org/10.18351/2179-7137/ged.v5n1p92-111>